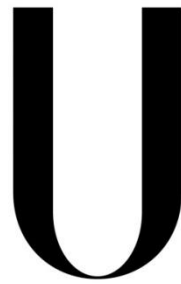


Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**Estilos de Pensamento Criminal em Jovens
Delinquentes**

Nuno Miguel Roldão Cabral

Orientador (es): Prof. Dr. Daniel Maria Bugalho Rijo

Prof. Dr. Jorge Costa Santos

**Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre
em Medicina Legal e Ciências Forenses**

- 2016 -

Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**Estilos de Pensamento Criminal em Jovens
Delinquentes**

Nuno Miguel Roldão Cabral

Orientador (es): Prof. Dr. Daniel Maria Bugalho Rijo
Prof. Dr. Jorge Costa Santos

**Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre
em Medicina Legal e Ciências Forenses**

- 2016 -

A impressão desta dissertação foi aprovada pelo conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em reunião de 19 de julho de 2016.

Agradecimentos

Um projeto desta natureza, nos dias que “correm”, em que as exigências profissionais e familiares são uma constante, só foi possível com a ajuda e compreensão de todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na sua concretização.

Obviamente que tudo o que sou é o reflexo do trabalho árduo e “interessado” dos meus pais que, com muitos sacrifícios pessoais, procuraram educar-me da melhor forma e dar-me todas as condições para criar e agarrar oportunidades de sucesso. É por essa razão que o meu primeiro agradecimento lhes é dirigido. Em segundo lugar, dirijo os agradecimentos à minha esposa pelo apoio inesgotável, o encorajamento incansável, a preocupação nos períodos de exaustão e o amor incondicional em todos os momentos.

Aos “amigos de sempre e para sempre”, dirijo também o meu agradecimento pela compreensão quanto aos muitos momentos de ausência... À minha amiga Maria Bracons pela paciência para, por duas ocasiões, ler integralmente este trabalho e efetuar correções.

Um agradecimento especial à Ana Ramires, Isabel Ferreira e Luzayadio Manuel pelo apoio, incentivo e sistemática colaboração desde que este projeto se começou a desenhar, até ao final do mesmo, sem a colaboração dos quais nada “disto” teria sido possível. Também aos Srs. Diretores dos Centros Educativos, Dr. António Viana, Dr. Paulo Rio, Dr. Paulo Monteiro e Dr. Rogério Canhões e restantes profissionais dos centros pela ajuda nos dias em que aí me desloquei. Não poderia esquecer a Dra. Manuela Silva, Dra. Anabela Meneses e Dra. Irene Louro, da Direção da “minha” Escola Secundária José Afonso, em Loures, pela colaboração, assim como aos alunos que integraram a amostra do meu estudo e respetivos encarregados de educação.

A todos os colaboradores do Instituto de Formação Avançada, da Faculdade de Medicina de Lisboa, em particular a Sra. Dra. Antónia Ferreira, pela total disponibilidade para responder a todas as minhas questões e esclarecer as minhas (muitas) dúvidas, ao longo de todos estes anos.

À Margarida Custódio, pela ajuda na construção da base em SPSS e inserção de dados. Ao Nélio Brazão e à Ana Tinoco pelos ensinamentos estatísticos, pela paciência e por, desinteressadamente, terem sempre disponibilizado o seu tempo.

Por último, uma palavra para o Sr. Prof. Dr. Daniel Rijo, o orientador deste trabalho. Não poderia deixar de lhe endereçar o maior agradecimento, pela ajuda preciosa, a disponibilidade, os ensinamentos, a paciência ao longo deste tempo e o privilégio por mais esta oportunidade para usufruir o muito do seu conhecimento.

Resumo

Walters (1990) desenvolveu a *Teoria dos Estilos de Vida Criminal* para explicar os comportamentos e pensamento que refletem um padrão de vida criminal duradouro e que são resultantes da influência de três fatores (*3 C's*): *Condições*, *Escolhas* e *Cognições*. As *Cognições*, resultantes da união entre os outros dois fatores, são fundamentais na formação e manutenção do pensamento criminal e suportam o comportamento subsequente, alterando também o processo de tomada de decisão e a perceção sobre as variadas condições de vida. Walters (1990) descreveu, a partir dos erros de pensamento propostos por Yochelson e Samenow (1976), oito estilos de pensamento que desempenham um papel fundamental na iniciação e manutenção de comportamentos delitivos, cujo padrão é distinto entre os delinquentes e não delinquentes.

A presente dissertação de mestrado tem como principal objetivo estudar os estilos de pensamento criminal em duas amostras de jovens adolescentes, comunitária e forense, e eventuais diferenças por sexo na amostra global. Pretende-se igualmente avaliar a associação entre os estilos de pensamento criminal e os processos cognitivos relacionados com a raiva (adaptativos e mal-adaptativos) e entre aqueles e a agressividade, bem como o poder preditivo do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo. A amostra deste estudo é constituída por 139 jovens, 82 do sexo masculino e 57 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos de idade, distribuídos por dois grupos: o grupo forense que compreende 71 jovens internados em centro educativo, com medida tutelar aplicada, no âmbito da Lei Tutelar Educativa, e o grupo comunitário constituído por 68 estudantes de duas escolas do ensino básico e secundário, sem histórico de medidas tutelares aplicadas.

Os resultados obtidos mostram diferenças estatisticamente significativas entre as amostras comunitária e forense ao nível do pensamento criminal, com a última a registar valores mais elevados na maioria das subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal - IPEPC**. No que concerne à associação entre estilos de pensamento criminal e processos cognitivos, adaptativos e mal-adaptativos, todas as subescalas do IPEPC se correlacionam baixa a moderadamente (.217 a .389), mas de forma estatisticamente significativa no sentido positivo, com os processos mal-adaptativos. Efetuada a análise por amostra, o grupo forense revela uma tendência mais expressiva na associação entre estilos de pensamento criminal e processos mal-adaptativos (.289 a .471) comparativamente com a amostra comunitária (.139 a .412).

Os estilos de pensamento criminal relacionam-se positivamente e de forma estatisticamente significativa com a agressividade total (.367 a .605) e com a dimensão *Agressão Física* (.206 a .654) na amostra global, enquanto na amostra comunitária se relacionam com a agressividade total (.265 a .635) e a dimensão *Hostilidade* (.319 a .623). Na amostra forense a associação foi maior com a agressividade total (.476 a .608), *Agressão Física* (.361 a .608) e *Hostilidade* (.473 a .615).

Os estilos de pensamento criminal revelam-se bons preditores da agressividade total, na amostra global, explicando 40,7% da variância ($R^2=.407$; $F=32,550$, $p<.001$). Efetuada a análise separadamente, na amostra comunitária os estilos de pensamento criminal *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping* ($\beta=.506$, $p=.001$) e o *pensamento criminal corrente* ($\beta=.595$, $p=.001$) são as variáveis que mais contribuíram para a agressividade total, enquanto na amostra forense essas variáveis são as *atitudes, crenças e traços antissociais* ($\beta=.494$, $p=.003$) e a *história do pensamento criminal* ($\beta=.448$, $p=.001$).

Os dados resultantes deste estudo proporcionam indícios importantes da influência do pensamento criminal no comportamento delincente. A sua relação com os processos cognitivos mal-adaptativos e a agressividade total e as suas dimensões agressão física e hostilidade constituem informação de grande relevância para o tratamento de jovens delinquentes e para futuras investigações relacionadas com os estilos de pensamento criminal, nomeadamente as suas diferenças por sexo.

Palavras-Chave: *Agressividade, Estilos de Pensamento Criminal, Processos Cognitivos Adaptativos, Processos Cognitivos Mal-adaptativos, Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal.*

Abstract

Walters (1990) has developed the Criminal Lifestyles Theory to explain the behaviors and the thoughts which reflect a long-lasting criminal life pattern and that are the result of the influence of three factors (3 C's): Conditions, Choices and Cognitions. Cognitions, resulting from the union between the other two factors, are critical to the formation and maintenance of criminal thinking and support the subsequent behavior, also changing the decision making process and the perception of the various life conditions. Walters (1990) has described, from the thinking errors proposed by Yochelson and Samenow (1976), eight thinking styles that play a key role in the initiation and maintenance of criminal behaviors, whose pattern is different in delinquent and non-delinquent.

The main purpose of this Master's Degree dissertation is to study the endorsement of Criminal Thinking Styles in two samples of youngsters, communitarian and forensic, and eventual differences by sex in the global sample. There is also the intention to evaluate the association between criminal thinking styles and cognitive processes related to anger (Adaptive and maladaptive) and between those and aggressiveness, as well as the predictive power of criminal thinking over aggressive behavior. This study's sample is composed by 139 youngsters, 82 males and 57 females, of ages between 14 and 19, distributed by two groups: the forensic sample, comprising 71 internees in education center under tutelary measure according to the Tutelary Education Law, and the communitarian sample, composed by 68 students from two basic and secondary schools, with no history of tutelary measures applied.

The results show statistically significant differences between communitarian and forensic samples at the level of criminal thinking, with higher values in the majority of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles – PICTS subscales in the forensic

sample. Concerning the association between criminal thinking styles and cognitive processes, adaptive and maladaptive, all PICTS subscales show low to medium correlation (.217 to .389) but in a statistically significant way, in a positive way with maladaptive processes. In the analysis by sample, the forensic group show a more expressive trend to the association between criminal thinking styles and maladaptive processes (.289 to .471) comparing to the communitarian sample (.139 to .412). The criminal thinking styles relate positively and in a statistically significant way with total aggressiveness (.367 to .605) and with physical aggression dimension (.206 to .654) in the global sample, whereas in the communitarian sample they related with total aggressiveness (.265 to .635) and with the hostility dimension (.319 to .623). In the forensic sample, that association was higher with total aggressiveness (.476 to .608), physical aggression (.361 to .608) and hostility (.473 to .615). In the global sample, the criminal thinking styles appear as a good predictor of total aggressiveness, explaining 40,7% of the variance ($R^2=.407$; $F=32,550$, $p<.001$). In a separate analysis, the criminal thinking styles, personal/interpersonal skills and *coping* styles ($\beta=.506$, $p=.001$) and current criminal thinking ($\beta=.595$, $p=.001$), are the variables with higher contribution to total aggressiveness in the communitarian sample, whereas in the forensic sample those variables are attitudes, beliefs and anti-social features ($\beta=.494$, $p=.003$) and the history of criminal thinking ($\beta=.448$, $p=.001$). Data resulting from this study bring important evidences of the influence of criminal thinking on delinquent behavior. Its relation with maladaptive cognitive processes and total aggressiveness and the physical aggression and hostility dimensions is information of great relevance for the treatment of young delinquents and for future investigations on criminal thinking styles, namely their differences according to gender.

Keywords: *Aggressiveness, Criminal Thinking Styles, Adaptive Cognitive Processes, Maladaptive Cognitive Processes, Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles.*

Índice

INTRODUÇÃO.....	16
PARTE A	22
FUNDAMENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO	22
<i>Capítulo I.....</i>	<i>22</i>
1. Contributos prévios para os estilos de pensamento criminal	22
1.1 Teoria da Associação Diferencial – Edwin Sutherland (1939).....	22
1.2 Teoria da Neutralização da Culpa, Sykes e Matza (1957).....	24
1.3 Teoria da Personalidade Criminal, Yochelson e Samenow (1976)	26
2. Teoria dos Estilos de Vida Criminal, Walters (1990)	28
2.1 Estilos de Pensamento Criminal, Walters (1990)	35
2.1.1 Esquemas, Sub-redes e Sistemas de crenças.....	36
2.1.2 Oito estilos de pensamento criminal	38
2.1.3 Psychological Inventory of Criminal Thinking Style - PICTS	42
2.1.4 O pensamento criminal como preditor do comportamento criminal	51
2.1.5 A intervenção ao nível do Pensamento Criminal.....	62
<i>Capítulo II</i>	<i>73</i>
MÉTODO	73
1. Objetivos do estudo.....	73
2. Sujeitos	74
3. Instrumentos.....	76
3.1 Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal - IPEPC	76
3.2 Angry Cognitions Scale – ACS	80
3.3 Questionário de Agressividade – AQ	82
4. Procedimento.....	84
PARTE B	86
RESULTADOS	86
<i>Capítulo I.....</i>	<i>86</i>
1. Apresentação de Resultados.....	86
1.1 Comparações nos Estilos de Pensamento Criminal entre as amostras comunitária e forense.....	86
1.2 Comparações nos Estilos de Pensamento Criminal por sexo na amostra global	88
1.3 Associações entre estilos de pensamento criminal e os processos cognitivos adaptativos e mal-adaptativos	89
1.3.1 Na amostra global	89
1.3.2 Na amostra comunitária	90
1.3.3 Na amostra forense	91
1.4 Associações entre estilos de pensamento criminal e a agressividade.....	92
1.4.1 Na amostra global	92
1.4.2 Na amostra comunitária	94
1.4.3 Na amostra forense	95
1.5 Poder preditivo dos estilos de pensamento criminal sobre o comportamento agressivo	96
1.5.1 Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global	97

1.5.2 Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra comunitária	98
1.5.3 Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra forense	99
1.5.4 Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global.....	99
1.5.5 Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra comunitária.....	100
1.5.6 Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra forense	101
Capítulo II	102
1. Discussão dos Resultados	102
1.1.1 Os jovens que integram a amostra forense apresentam maior pensamento criminal que os jovens que integram amostra comunitária - H ₁	102
1.1.2 Os jovens do sexo masculino apresentam maior pensamento criminal que os jovens do sexo feminino, na amostra global - H ₂	104
1.1.3 Os estilos de pensamento criminal estão associados aos processos cognitivos que suportam a raiva nas amostras global, comunitária e forense - H ₃	107
1.1.4 Os estilos de pensamento criminal estão associados ao comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense - H ₄	110
1.1.5 Os estilos de pensamento criminal, o pensamento criminal corrente e a história do pensamento criminal são preditores do comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense – H ₅ e H ₆	112
1.2 Limitações ao estudo.....	115
2. Implicações para a intervenção	119
Conclusão.....	124
Referências Bibliográficas.....	128
Anexos	139
Anexo I - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação (Amostra Forense)	140
Anexo II - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação (Amostra Comunitária)	141
Anexo III - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação (Pais, Representante Legal, Detentor da Guarda de Facto)	142
Anexo IV – Nota Introdutória (Amostra Forense e Comunitária)	143
Anexo V - I. P. E. P. C. (Amostra Forense)	144
Anexo VI - I. P. E. P. C. (Amostra Comunitária).....	148
Anexo VII – AQ (Amostras Forense e Comunitária)	152
Anexo VIII – ACS (Amostras Forense e Comunitária).....	154
Anexo IX – Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal * Sexo / Qui-Quadrado de Pearson	159
Anexo X - Estatística Descritiva da amostra global	160
Anexo XI – Teste-t para amostras independentes	161
Anexo XII - Frequências de Nacionalidade	162
Anexo XIII - T-Test nas duas amostras: comunitária e forense	163
Anexo XIV - T-Test nas duas amostras: rapazes e raparigas.....	165
Anexo XV – Correlações entre IPEPC - ACS e IPEPC - AQ na amostra global.....	167
Anexo XVI - Correlações entre IPEPC - ACS e IPEPC - AQ na amostra Comunitária.	168
Anexo XVII - Correlações entre IPEPC - ACS e IPEPC - AQ na amostra Forense	169

Anexo XVIII – Regressão Subescalas de Estilos de Pensamento Criminal e AQ Total na amostra global.....	170
Anexo XIX – Regressão Subescalas de Estilos de Conteúdo e AQ Total na amostra global	172
Anexo XX – Regressão Subescalas de Estilos de Pensamento Criminal e AQ Total na amostra Comunitária.....	174
Anexo XXI – Regressão Subescalas de Conteúdo e AQ Total na amostra Comunitária	176
Anexo XXII – Regressão Subescalas de Estilos de Pensamento Criminal e AQ Total na amostra Forense	178
Anexo XXIII – Regressão Subescalas de Conteúdo e AQ Total na amostra Forense....	180

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Intervenção dos Estilos de Vida (Walters, 1990)	66
---	----

Índice de Quadros

Quadro 1 - Técnicas de Neutralização da Culpa (Sykes & Matza, 1957)	25
Quadro 2 - Características Comportamentais Primárias (Walters, 1990; Walters & White, 1989)	30
Quadro 3 - Motivações Secundárias (Walters, 1990).....	33
Quadro 4 - Os 10 postulados da Teoria dos Estilos de Vida Criminal (Walters, 1990).....	34
Quadro 5 - Níveis do mecanismo de Defesa (Walters, 2002b)	37
Quadro 6 - Oito Estilos de Pensamento Criminal (Walters, 1990; Gonçalo & Vieira, 2005; Rode, 2010).....	40
Quadro 7 - Veículos de confrontação dos Oito Estilos de Vida Criminal (Walters, 1990)..	67
Quadro 8 - Hipóteses de Estudos.....	74
Quadro 9 - Escalas do IPEPC (Vieira, 2011)	78

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Amostra por grupo e sexo	75
Tabela 2 - Amostra por idade e ano de escolaridade	75
Tabela 3 - Teste-t nas duas amostras: comunitária e forense.....	87
Tabela 4 - Teste-t por sexo.....	88
Tabela 5 - Correlações entre estilos de pensamento criminal do IPEPC e os processos cognitivos do ACS da amostra global (n=139).....	89
Tabela 6 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e os processos cognitivos do ACS na amostra Comunitária (n=68).....	91
Tabela 7 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e os processos cognitivos do ACS na amostra Forense (n=71)	92
Tabela 8 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da agressividade do AQ na amostra global (n=139).....	93
Tabela 9 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da agressividade do AQ na amostra Comunitária (n=68).....	94
Tabela 10 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da agressividade do AQ na amostra Forense (n=71)	96
Tabela 11 - Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global (n=139)	97
Tabela 12 - Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra comunitária (n=68)	98
Tabela 13 - Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra forense (n=71)	99
Tabela 14 - Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global (n=139)	100
Tabela 15 - Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra Comunitária (n=68)	100
Tabela 16 - Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra Forense (n=71)	101

INTRODUÇÃO

O crime está presente desde o início da civilização, a partir do momento em que a sociedade definiu normas e regras para regular o comportamento, mas o nosso conhecimento sobre as causas do mesmo permanece ainda envolto em imensas dúvidas. Ao longo dos séculos, a abordagem ao fenómeno da delinquência tem atraído a atenção de várias disciplinas científicas e, nas últimas décadas, regista uma evidente intensificação e desenvolvimentos ao nível da investigação em adultos e jovens.

A delinquência juvenil, que atinge atualmente níveis elevados, constitui um motivo de preocupação na nossa sociedade ^[25], havendo um número substancial de jovens que cometem mais do que um crime.

Em Portugal, no âmbito da intervenção “Escola Segura”, por exemplo, no ano de 2013/2014 registaram-se 6693 participações em ambiente escolar, 4854 das quais respeitantes a ocorrências de natureza criminal. Este número representa um aumento de 8,1% face ao período de 2012/2103 (4.489 ocorrências de natureza criminal, em 6.353 participações) que registava já um aumento de 7,11% (298) face ao período de 2011/12. ^[91]

^[92] Das participações da GNR e PSP durante o ano 2014, 2393 foram classificadas como delinquência juvenil, representando um aumento de 453 casos (23,4%) face ao ano de 2013 (1940 casos). ^[92] Este período apresentou uma diminuição de cerca de 4,67% face ao número de participações do ano anterior (-95). ^[91]

A DGRSP (resultante da fusão entre as extintas DGRS e DGSP ^[32]), em 2014, recebeu 5032 pedidos para assessoria (3882) e execução de medida (1150) dos tribunais com competência na área tutelar educativa, uma diminuição de 35,81% comparativamente aos pedidos registados em 2010, ano em que teve início um decréscimo progressivo dos pedidos. Este foi também acompanhado por uma diminuição do número de internamentos em centro educativo, que atingiu em junho de 2015 o número mais baixo desde a entrada em vigor da

Lei Tutelar Educativa, em 2001. Em junho de 2015 encontravam-se internados 157 jovens, dos quais 18 (11,5%) eram raparigas e 139 (88,5% rapazes.^[33] Em 31 de Dezembro de 2015 o número de jovens internados em centro educativo era de 151, dos quais, 132 (87,41%) rapazes e 19 (12,58%) raparigas.^[34]

Os comportamentos delinquentes dos jovens têm um grande impacto a nível social, com repercussões negativas de foro emocional, físico e económico para as vítimas, as famílias destas e para a comunidade, mas trazem igualmente associados problemas pessoais, com redução das oportunidades educacionais e ocupacionais (Godfredson, 1989).^[14]

A reincidência nos jovens tem sido associada a uma série de fatores. O sexo masculino é um preditor relativamente estável de reincidência (Dembo et al., 1998; Hoge, Andrews & Leschied, 1996), embora o número de crimes cometidos por raparigas revele um aumento (em 1998, as raparigas representaram 29% de todas as detenções de menores para crimes contra a propriedade, em comparação com 19% em 1981). Os jovens delinquentes têm um período mais longo de risco de reincidência. A idade mais precoce do primeiro delito (Durham, 1996; Walters, 1996), bem como o maior número de crimes e gravidade dos mesmos, mais detenções e maior período destas, têm sido associadas a um maior risco de reincidência.^[25]

Moffit (1993) referiu a existência de dois grupos de delinquentes distintos, os que iniciam a atividade delituosa durante a adolescência e tendem a desistir no início da idade adulta – estes podem ser fortemente suscetíveis a fatores situacionais; o segundo grupo, cujo comportamento delinvente se manifesta em idade mais precoce, persiste nesse comportamento durante toda a vida e mostra um padrão criminal progressivamente mais grave em proporção direta com a idade. Representando cerca de 5% a 6% dos jovens delinquentes, são eles os responsáveis pela maioria dos crimes cometidos por menores e, mais tarde, por adultos.^[81]

Uma investigação realizada por Cottle et al. (2001) revelou que a idade precoce do primeiro delito e do primeiro contacto com a justiça e história de patologia eram os mais fortes preditores individuais de reincidência, ^[25] e os fatores de risco estático consistentemente estudados. ^[25] ^[132] Além destes, identificaram também as atitudes pró-criminais como fatores dinâmicos relacionados com o desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquentes em jovens. ^[25]

As atitudes pró-criminais (pensamentos, atitudes, valores e crenças que promovem comportamentos pró-criminais) são consideradas como o principal fator que contribui para comportamento criminal. A investigação tem demonstrado que as atitudes são um dos “*Big Four*” e um dos mais fortes preditores de reincidência (Andrews & Bonta, 2010). ^[15]

O pensamento Criminal é uma característica fundamental da cognição antissocial na medida em que constitui essas atitudes, crenças e racionalizações. É por isso surpreendente que não tenha atraído mais a atenção dos investigadores nas áreas de criminologia e justiça criminal. O pensamento criminal pode ser classificado de diversas formas, mas um dos métodos mais comuns consiste em dois componentes: conteúdo e processo; o conteúdo do pensamento criminal comporta o que um delinquente pensa e o processo do pensamento criminal respeita à forma como um delinquente pensa. ^[132]

Edwin Sutherland foi um dos primeiros a considerar o pensamento criminal, segundo o qual as atitudes pró-criminais são o resultado da associação com pares criminais e, portanto, a teoria da Associação Diferencial (1939) considera estas relações como a causa da conduta delincente. ^[100]

A teoria da Neutralização, cujo contributo para a compreensão do pensamento criminal foi igualmente importante, postula que a maioria dos criminosos se considera respeitador dos valores sociais dominantes e não antissociais. A maioria deles racionaliza e

justifica os seus atos criminosos. Estes processos cognitivos foram observados em jovens e adultos delinquentes. ^[101]

As estratégias de neutralização foram observadas em delinquentes, adolescentes e adultos, podendo ser observadas antes e após uma infração. Os padrões de pensamento também demonstraram desempenhar um papel mais importante na manutenção do crime do que na sua iniciação. ^[74]

A *personalidade criminal* definida por Yochelson e Samenow (1976) constitui outra abordagem teórica sobre os estilos de pensamento criminal. A partir dos seus trabalhos de investigação realizados com presos reincidentes, considerados inimputáveis, internados no Hospital St. Elizabeth, em Washington DC, os autores concluíram que a maioria destes sujeitos utilizava linguagem psiquiátrica para racionalizar e justificar o seu comportamento contrário às regras jurídico-legais e identificaram um total de 52 erros de pensamento que eles acreditavam que refletia os seus padrões de pensamento. ^[85]

Com base nos trabalhos de Sutherland (1939), Sykes e Matza (1957) e nos erros de pensamento propostos por Yochelson e Samenow (1976), Walters (1990) desenvolveu aquele que é amplamente considerado como o modelo mais influente e importante do pensamento criminal – a teoria do pensamento criminal – que coloca um papel central nos processos cognitivos do indivíduo. ^[9]

Walters (1990) considera que o comportamento delitivo é consequência da influência de três variáveis: Condições, Escolhas e Cognições. As duas primeiras variáveis interagem e influenciam-se mutuamente, formando a terceira variável, isto é, o sistema cognitivo humano que se desenvolve de forma a consolidar e justificar os quatro estilos de vida criminal que caracterizam os delinquentes crónicos - *Irresponsabilidade; Intrusividade Interpessoal; Autoindulgência e Violação das Regras*. Estes 4 fatores resultam de oito estilos de pensamento criminal que integram o sistema cognitivo humano. ^[116] O crime é, portanto,

um estilo de vida que está associado a um sistema de crenças e atitudes criminais que incluem justificações implícitas e racionalizações para a conduta criminal.^[9]

O presente trabalho pretende estudar os estilos de pensamento criminal, que suportam o comportamento delincente, propostos por Walters (1990), verificando se existem diferenças entre os jovens com percurso delincente, que cumprem medida tutelar em centro educativo, e uma amostra de jovens estudantes de duas escolas públicas de Loures, sem registo de medidas tutelares educativas. Simultaneamente, analisar-se-á se existem diferenças no endosso de pensamento criminal entre sexos, na amostra global.

A um nível mais específico tentaremos estudar a relação entre os estilos de pensamento criminal e os processos cognitivos adaptativos e mal-adaptativos e, ainda, entre os estilos de pensamento criminal e a agressividade total e as suas dimensões - física, verbal, raiva e hostilidade - nas amostras forense, comunitária e global. Adicionalmente tentar-se-á verificar o poder preditivo dos estilos de pensamento criminal sobre o comportamento agressivo nas mesmas amostras e o poder preditivo do pensamento criminal corrente e a história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo.

A pertinência deste estudo prende-se com a necessidade de compreender alguns fatores de risco relacionados com a reincidência e a relação entre eles, por forma a planear uma intervenção eficaz dirigida às necessidades criminógenas, numa perspetiva holística. É imperativo intervir para reduzir os níveis de reincidência, percebendo quais os programas mais adequados para responder a esse desígnio mas, também, procurar dotar os profissionais intervenientes com instrumentos de avaliação com boa adequação psicométrica, que permitam o planeamento orientado para necessidades concretas e objetivos realistas. Compreender o papel do agente que interfere no processo de mudança dos jovens delinquentes é também fundamental. Compreender os principais fatores de risco e a relação

entre eles constitui um elemento-chave na valorização daqueles, nomeadamente no que respeita à formação profissional e otimização da sua ação interventiva.

O presente trabalho está dividido em duas partes, *A* e *B*. No *Capítulo I* da primeira parte é apresentado o enquadramento concetual do estudo, começando por apresentar algumas teorias que serviram de “inspiração” a Walters, na formulação da sua teoria sobre os estilos de vida criminal. Seguidamente, é feita uma descrição breve desta teoria e a apresentação dos estilos de pensamento criminal que dão origem aos 4 estilos de vida definidos pelo autor. Após a exposição dos estilos de pensamento criminal, é apresentado o instrumento desenvolvido por Walters (1995a) para medi-los, e alguns estudos realizados, nos quais o instrumento foi utilizado. Este primeiro capítulo finaliza com uma breve apresentação sobre a intervenção ao nível do pensamento criminal.

No segundo capítulo da *Parte A* surge o método, onde se inclui a descrição dos objetivos subjacentes ao estudo, a apresentação dos sujeitos, a descrição dos instrumentos utilizados na recolha de dados e os procedimentos realizados para a concretização da investigação.

A *Parte B* desta dissertação compreende igualmente dois capítulos. No primeiro são apresentados os resultados obtidos nas diversas análises supramencionadas. O *Capítulo II* compreende a discussão dos resultados, bem como algumas limitações do estudo e propostas do mesmo para o desenho de novos projetos de investigação, terminando com a apresentação de algumas implicações consideradas importantes para uma possível intervenção com jovens delinquentes.

PARTE A

FUNDAMENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO

Capítulo I

1. Contributos prévios para os estilos de pensamento criminal

1.1 Teoria da Associação Diferencial – Edwin Sutherland (1939)

A teoria da Associação Diferencial foi introduzida em 1939, por Edwin Sutherland, tendo sido revista pelo mesmo em 1947 (Sutherland & Cressey, 1978; p.83). Durante algum tempo, esta foi considerada pela maioria dos criminólogos como uma excelente formulação sociológica de uma teoria geral para a causa do crime.^[26] A primeira edição da sua obra *Principles of Criminology* foi publicada em 1924.

Sutherland desenvolveu a teoria da associação diferencial, na sua essência, uma teoria da aprendizagem social^[17], a partir das ideias do sociólogo francês Gabriel Tarde, um dos primeiros a referir que o comportamento criminal, como qualquer outro comportamento, é aprendido, primeiramente pela imitação e pela relação com os outros.^{[116] [85]} O princípio da Teoria da Associação Diferencial estabelece que a relação entre as definições favoráveis à violação da lei e as definições desfavoráveis à violação da lei determina se um sujeito se torna ou não delinquente.^[26]

Tal como referiu Tarde, os comportamentos delinquentes são aprendidos de forma semelhante aos comportamentos que respeitam a lei.^[100] Um indivíduo é mais propenso a envolver-se em comportamentos antissociais e delinquentes através da associação a pares cujos padrões de comportamento, que incluem atitudes, motivos e racionalizações, são pró-criminais, sendo mais favorável esse processo, quanto mais íntimas as relações

estabelecidas, sendo exemplo os pais com comportamento criminal. Em ambos os casos, os indivíduos aprendem técnicas específicas para o comportamento delinvente, bem como os motivos e atitudes que servem para promover o comportamento antissocial e criminoso. [27]

[17] [100] Sutherland também argumentou que os efeitos das associações sobre os indivíduos variam dependendo da frequência, duração, prioridade e intensidade da relação. [17] [100]

Segundo Cressey (1955) a teoria da associação diferencial apresenta implicações para o diagnóstico e tratamento coerente com o princípio das relações grupais e pode ser vantajosamente utilizada em intervenções direcionadas para a mudança do comportamento criminal. Um diagnóstico de criminalidade com base nesta teoria seria dirigido à análise das atitudes do criminoso, motivos e racionalizações sobre criminalidade e reconheceria que essas características dependem dos grupos a que o sujeito está interligado. [27] Ao nível do “*Crime de Colarinho Branco*” e desenvolvimento da teoria da associação diferencial, Sutherland foi uma figura muito relevante e um dos primeiros a oferecer uma teoria sistemática que tentou explicar as diferenças a nível individual e global, relativamente às causas do crime. [59]

Apesar de um impressionante suporte empírico, a teoria da associação diferencial tem sofrido uma série de críticas. Em primeiro lugar devido à sua operacionalização. [122] Por outro lado, a maioria dos delinquentes reincidentes tem um historial de relações com pares marcado por alguma tensão, pelo que a explicação da associação a pares como a causa central do comportamento criminal inicial e subsequente seria potencialmente insustentável. [140] Outra das críticas é dirigida ao facto de não explicar a razão por que os delinquentes aceitam conselhos de pares criminosos em detrimento daqueles que não estão conotados com práticas delituosas, como os pais que respeitam a lei e colegas pró-sociais. [122] No entanto, foi a partir dos pressupostos sobre o comportamento criminal, propostos por Sutherland, que Burgess e Akers efetuaram alguns dos seus trabalhos [85] e Sykes e Matza introduziram o conceito de *Técnicas de Neutralização*, para referir as justificações sobre os comportamentos

desviantes, que segundo eles constituíam componentes essenciais das “definições favoráveis para o incumprimento da lei” de Sutherland.^[101]

1.2 Teoria da Neutralização da Culpa, Sykes e Matza (1957)

Sykes e Matza (1957), no seu artigo “*Techniques of Neutralization: A theory of Delinquency*” criticaram as perspetivas subculturais de teóricos como Cohen (1955), que defendiam a construção, manutenção e reforço de um código de valores anticonvencionais em oposição valores sociais dominantes, em particular os padrões de classe média (Sykes & Matza, 1957). Reconhecendo algumas das virtudes nesta representação da delinquência proposta por Cohen, criticaram-na, todavia, porque, existindo uma subcultura na qual o delinvente assume o seu comportamento ilegal como moralmente correto, poder-se-ia supor que ele não apresenta sentimentos de culpa ou vergonha por ser descoberto ou ser preso.^[101] Contudo, os delinquentes sentem muitas vezes culpa e vergonha pela sua participação em comportamentos ilegais; mostram respeito e admiração por indivíduos honestos e que respeitam a lei; fazem distinções claras sobre quem pode e não pode ser vítima; e participam nas mesmas funções sociais que os cidadãos cumpridores da lei fazem - incluindo igreja, escola e atividades familiares.^{[101] [74]}

Nesta perspetiva, a prática delinvente pode ter um efeito negativo na autoimagem dos delinquentes. São estes processos de autorregulação que impedem que a maioria das pessoas cometa crimes.^{[106] [24]} Em vez de ficar em oposição às ideias convencionais de boa conduta, o delinvente é suscetível às normas dominantes, mas torna-as ineficazes na prática, mantendo várias atitudes e perceções que servem para neutralizar as normas enquanto reguladores do comportamento.^[77]

Com base na teoria da associação diferencial (Sutherland 1939, 1947) e, mais tarde, nos conceitos de racionalização (Sutherland & Cressey 1960), Sykes e Matza (1957; 1964a Matza, 1964b; Matza & Sykes 1961) concluíram que, ao longo do tempo, os delinquentes

desenvolvem e usam técnicas cognitivas de neutralização concebidas para atenuar preventivamente ou remover a culpa antes de cometer transgressões legais ou sociais. ^[106]

Os delinquentes usam dispositivos linguísticos que bloqueiam a força moral da lei e neutralizam a culpa. ^[24] Estes dispositivos bloqueiam o processo de autorregulação responsável pela verificação e inibição dos padrões motivacionais desviantes, deixando o indivíduo livre para cometer crimes, sem que isto tenha repercussões negativas na sua autoimagem ^[101] e sem quebrar o vínculo com o sistema normativo dominante. ^[24]

As técnicas de neutralização são uma componente essencial das “definições favoráveis ao incumprimento da lei”, referidas por Sutherland. O sujeito converte-se em delinquentes através da aprendizagem destas técnicas e não pela interiorização de valores morais ou atitudes contrárias à sociedade dominante. ^[101] As estratégias de neutralização foram observadas em delinquentes, adolescentes e adultos, podendo ser observadas antes e após uma infração, desempenhando um papel mais importante na manutenção crime do que na sua iniciação. ^[74] Os autores indicaram 5 (cinco) grandes técnicas (Quadro 1).

Quadro 1 - Técnicas de Neutralização da Culpa (Sykes & Matza, 1957)

Negação da Responsabilidade	A Negação da Responsabilidade permite, enquanto técnica de neutralização, encarar os atos desviantes como “acidente” ou atribuir as suas ações a forças externas que estão além de seu controlo.
Negação do Dano	Os delinquentes usam esta distinção para diferenciar os seus comportamentos e negar qualquer dano ou mal que deles decorra.
Negação da Vítima	Negação da vítima, recorrendo a dois processos distintos: 1. algumas vítimas agem de forma abusiva e, portanto, as suas ações são uma forma de retaliação ou punição justa em defesa dos injustiçados; 2. a negação da vítima ocorre igualmente quando esta está ausente, é desconhecida ou uma entidade abstrata.
Condenação dos Condenadores	Esta técnica compreende uma transferência do foco de seus próprios atos desviantes para os motivos e comportamento daqueles que desaprovam a sua violação da lei.
Apelo a Lealdades Superiores	Os delinquentes protegem-se dos controlos internos e externos, alegando que o comportamento é consistente com as obrigações morais de um grupo específico a que pertencem, optando por violar a lei.

De acordo com a *Teoria da Neutralização* os jovens com menor “grau” de comportamento delinvente farão maior uso de técnicas de neutralização do que os jovens mais delinquentes, uma vez que estes estão isolados dos valores sociais dominantes não necessitando de fazer uso destas técnicas. ^[101]

Apesar dos seus reconhecidos méritos, a teoria proposta por Sykes e Matza (1957) não proporciona uma explicação completa para o crime. Ainda que permita uma visão sobre a manutenção do padrão delinvente, o seu contributo para a explicação do início dos comportamentos é insuficiente. A eficácia da neutralização sobre alguns tipos de crime também não teve comprovação empírica. ^[74] ^[122] Todavia a sua importância tem sido reconhecida, não apenas ao nível do estudo da delinquência juvenil, mas também dos delinquentes adultos.

Várias têm sido as investigações com aplicação das técnicas de neutralização abrangendo uma ampla diversidade de crimes como, por exemplo, na explicação dos crimes de violação (Bohner et al. 1998), homicídio (Levi 1981) e genocídio (Alvarez 1997), na explicação da participação em comportamentos desviantes de menor gravidade como jogar bingo (King 1990; Chapple & Nofziger 2000) ^[74] ou em estudos sobre a violência contra estrangeiros (Dietz, 1983), homicídio profissional (Levi, 1981), violência doméstica (Dutton, 1986), caça furtiva de veados (Eliason & Dodder de 1999), apenas para citar alguns. ^[122]

1.3 Teoria da Personalidade Criminal, Yochelson e Samenow (1976)

Yochelson e Samenow (1976) foram os primeiros a abordar o constructo da personalidade criminal ^[103], observando que os processos de pensamento dos delinquentes são diferentes dos não delinquentes e estão presentes em todos os aspetos das suas vidas. ^[65] ^[68] O seu contributo para a base teórica de grande parte do trabalho de instrumentação feito na área de psicopatologia e pensamento criminal é inquestionável. Apesar das limitações da

pesquisa original, estas ideias têm sido amplamente utilizadas para caracterizar a personalidade criminosa.^[103]

Com o objetivo de criar um quadro conceitual para a compreensão de processos de pensamento dos criminosos, efetuaram um trabalho de investigação que envolveu a realização de entrevistas a 255 delinquentes reincidentes encaminhados para o St. Elizabeth's Hospital, em Washington DC, muitos dos quais considerados inimputáveis (Newburn, 2007; Boduszek & Hyland, 2012). As abordagens psiquiátricas tradicionais eram ineficazes e muitos de seus pacientes usavam a terminologia psiquiátrica para justificar e desculpar o seu comportamento infrator (Yochelson & Samenow, 1976).^[9] ^[85] Argumentavam também que nem todos os psicopatas, sociopatas e indivíduos com comportamento antissocial são legalmente definidos como criminosos.^[90]

Uma parte importante do seu trabalho foi identificar os traços de personalidade e características de tomada de decisões que definem o conjunto de comportamentos que apoiam a atividade criminosa.^[103] A criminalidade seria consequência da irresponsabilidade, erros de pensamento específicos e padrões de pensamento gerais^[39]. Estes padrões de pensamento criminal foram considerados “erros” por causa da ausência de responsabilidade, embora o indivíduo não tenha conhecimento da natureza errada do seu pensamento.^[65] O erro é uma falha no processo de pensamento que, geralmente, resulta num comportamento que prejudica ou, pelo menos, incomoda os outros e quanto mais extenso o padrão de um erro de pensamento, maior o dano causado.^[97]

Os erros de pensamento são comuns a todos os indivíduos, mas os delinquentes cometem-nos com maior frequência e intensidade (Samenow, 15 de junho de 1987, numa comunicação pessoal).^[90] Identificaram 52 erros de pensamento (*Thinking Errors*)^[9] ^[85] que, em combinação uns com os outros, originam a conduta irresponsável ou criminal.^[85]

[97]

Yochelson e Samenow (1976) desenvolveram uma das primeiras explicações exaustivas para o pensamento criminal e sugeriram processos específicos para mudar esses pensamentos criminais problemáticos (Yochelson & Samenow, 1977). O seu interesse no pensamento criminal começou com o objetivo de conceber uma terapia tão eficaz quanto possível, com base numa população criminal. ^[65]

No entanto, o seu trabalho não ficou isento de críticas. A ausência de grupo de controlo constituído por não delinquentes e o facto de os 255 delinquentes entrevistados não terem sido seleccionados aleatoriamente, a partir de uma população delincente mais ampla, estiveram no cerne dessas mesmas críticas. ^{[9][10]}

A falta de informação relativa aos resultados do tratamento efetuado e a natureza especial ou restritiva da população criminal do St. Elizabeth's Hospital engrossaram o rol de questões colocadas. ^[90] Por esses motivos, a validade e generalização dos resultados obtidos têm sido colocadas em causa. ^{[9][10]} Ainda assim, o contributo desta abordagem foi importante em áreas tão vastas como a saúde mental e o sistema de justiça penal. ^[90]

Também alguns programas de tratamento individual e de grupo, para adultos e jovens, foram desenvolvidos igualmente a partir das ideias de Yochelson e Samenow, cuja influência se fez sentir ao nível do aconselhamento em meio prisional ^[90] e do desenvolvimento para várias medidas modernas relativas ao pensamento criminal. ^[128]

Walters (1990, 1998) baseando-se no trabalho de Yochelson e Samenow (1989) desenvolveu um modelo de pensamento criminal no qual o crime pode ser entendido como um estilo de vida, suportado por oito distorções cognitivas típicas que se combinam entre si para produzir os quatro estilos de vida criminal que caracterizam o delincente crónico. ^[45]

2. Teoria dos Estilos de Vida Criminal, Walters (1990)

A partir da década de 60, com o advento das teorias sociais tentou-se eliminar o crime combatendo os fatores que se pensava estarem na sua origem – a pobreza, a iliteracia e

o consumo de drogas/álcool. Esta abordagem não trouxe, no entanto, resultados positivos para a resolução do problema e, por outro lado, centrando o seu foco no ambiente, negligenciou a responsabilidade pessoal, ou seja, eliminou a escolha individual na explicação do comportamento criminal. ^[138]

Walters e White (1988) efetuaram um estudo no qual examinaram alguns dos fatores (hereditários, neurológicos, consumo de drogas, saúde mental, trauma psicológico, família, relação com pares, ausência de habilitações e aptidões profissionais) que se pensava estarem na génese do crime e concluíram que estes eram, na verdade, mitos. A amostra foi constituída por 27 peritos em justiça criminal de universidades, 32 indivíduos adultos a frequentar o curso de psicologia (grupo de controlo) e 97 sujeitos delinquentes detidos em estabelecimento prisional. Aos primeiros foi pedido que listassem aqueles que seriam, na opinião de cada um, as causas do crime e aos 97 presos que, com base na sua experiência pessoal, descrevessem os motivos que os levaram a cometer crimes. Os resultados revelaram que 30% dos sujeitos condenados e 29% dos indivíduos do grupo de controlo consideravam como principais causas da criminalidade a avareza / ganância ou a escolha pessoal. Estes dados indicam que um número bastante significativo de elementos dos dois grupos considera a escolha pessoal e a responsabilidade como o cerne para a criminalidade. ^[114]

Walters (1990) desenvolveu uma teoria de cariz cognitivo - *Teoria dos Estilos de Vida Criminal* – que procura explicar os comportamentos que refletem um padrão de vida duradouro de cometimento de crimes, ou seja, uma teoria explicativa do comportamento e pensamento da pequena franja da população delinvente, que faz do crime o seu estilo de vida e cujas ações representam uma sobrecarga financeira, social e moral grave na sociedade. ^{[116] [115]} A existência de uma única detenção ou condenação, mesmo que grave, não é necessariamente vista como indicador de criminalidade, uma vez que não reflete um padrão contínuo de violação da lei. ^{[114] [115] [138]}

Para o efeito apresentou 10 postulados, referindo que os apresentados por Sutherland e Cressey (1978) não foram corretamente operacionalizados. ^[116] Segundo esta teoria, os indivíduos desenvolvem um estilo de vida criminal caracterizado pela existência de quatro fatores (**Quadro 2**) que interagem entre si e cujo resultado final é um indivíduo qualitativamente, e não apenas quantitativamente, diferente dos sujeitos não delinquentes. ^[114] ^[115] ^[138] Aqueles consideram-se com direito aos bens de terceiros, procuram exercer poder e controlo sobre as pessoas que estão à sua volta e estão determinados a eliminar valores e crenças que exerçam autorregulação impedindo o cometimento de crime. ^[138]

Quadro 2 - Características Comportamentais Primárias (Walters, 1990; Walters & White, 1989)

Irresponsabilidade (<i>Irresponsability</i>)	A responsabilidade é aprendida e não uma característica inata. A sua aprendizagem está dependente do reforço. A irresponsabilidade é global e persistente. Negligencia os seus deveres sociais e morais para com terceiros; é imprudente, impulsivo e não é credível.	Absentismo escolar ou faltas frequentes ao trabalho, má gestão financeira e incapacidade para sustentar a família, apesar de deter os recursos adequados.
Autoindulgência (<i>Self-Indulgence</i>)	É inata. Revela défices de autocontrolo e a procura contínua pelo prazer e demonstram falta de compromisso e ligação a terceiros. Os indivíduos demonstram egocentrismo, e procuram a gratificação imediata, independentemente das consequências do seu comportamento.	Comportamentos sexuais promíscuos, casamentos instáveis, laços afetivos ténues, uso de drogas/álcool e jogo.
Intrusividade interpessoal (<i>interpersonal intrusiveness</i>)	É aprendida. Manifesta-se no desprezo pelos direitos e sentimentos de terceiros, invasão do seu espaço pessoal e da vida privada de suas vítimas com pouca ou nenhuma consideração pelas consequências das suas ações. Esta é a mais destrutiva das 4 características, reveladora de um desejo insaciável de alcançar uma sensação de poder e controlo sobre aqueles que estão ao seu redor.	Atos violentos/agressivos, expressão da hostilidade perante outras pessoas, maus tratos físicos e emocionais.
Violação das Regras Sociais (<i>Social Rule Breaking</i>)	Reflete o desrespeito pelos costumes e normas, sociais e pelas leis. O padrão de comportamentos antissociais, normalmente, inicia-se precocemente e é observável em situações que exigem conformidade às regras e normas. Investigações efetuadas demonstram que quanto mais precoce o início deste padrão maior a probabilidade de desenvolver comportamentos criminais na vida adulta (Holden, 1986).	Violação das regras e normas na escola, no serviço militar, etc.

Estes fatores emergem durante uma fase de manutenção de um estilo de vida criminal, dois dos quais dizem respeito às interações do sujeito com o ambiente interno – Irresponsabilidade e Autoindulgência. Os restantes dois estão relacionados com as interações

que o indivíduo mantém com o ambiente externo - Intrusividade interpessoal e Violação das Regras Sociais. ^[122]

Embora os delinquentes possam ter vivido experiências traumáticas ao longo do seu desenvolvimento, é a interação entre as condições ao seu redor e o processo cognitivo que influencia a sua escolha no sentido do estilo de vida de desvio e crime. ^[38] O comportamento delitivo é, portanto, a consequência da influência de três variáveis (3 C's): *Condições* (*Conditions*), *Escolhas* (*Choices*) e *Cognições* (*Cognitions*). ^[116] As *condições*, segundo Walters (1990), podem ser categorizadas da seguinte forma:

- *Individuais* (hereditariedade, inteligência, temperamento, entre outras), correlacionadas com o comportamento criminal subsequente;
- *Situacionais* (classe social, consumos de drogas/álcool, relações familiares, etc.), estudadas pelas teorias sociais como causas do crime. ^[115]

Contrariando o predeterminismo proposto por outros modelos, as *condições*, individuais e situacionais, embora possam limitar as opções de vida do sujeito, não determinam as suas decisões. ^[116]

De acordo com a *Teoria dos Estilos de Vida Criminal*, a forma como as condições afetam o sujeito para a adoção de comportamentos criminais é explicada pelas experiências de vida nos primeiros anos, pela forma como cada um responde aos diversos desafios que lhes são colocados no que se refere à vinculação social, à necessidade de estimulação e busca de sensações e o autoconceito.

A busca de sensações e prazer, comumente observável entre os delinquentes, não é uma causa direta do crime, mas revela uma tendência para vivências de alto risco e défices de autocontrolo, manifestadas desde idade precoce. Por outro lado, uma vinculação social insegura pode originar baixa autoestima, défices no estilo de *coping* e dificuldades ao nível das competências de relacionamento interpessoal. O autoconceito, na perspetiva de Walters (1990), é um conjunto de elementos separados ainda que inter-relacionados, como a imagem

corporal, autoestima e as expectativas pessoais. A forma como o sujeito se define é determinante no seu posicionamento perante as situações. Por exemplo, se o sujeito se considera “um fracassado”, as suas expectativas são no sentido de que, qualquer que seja a sua escolha, nunca terá sucesso. Este pensamento fatalístico impulsiona-o numa espiral de pensamento que nada poderá fazer para mudar a sua vida. ^[116]

A conjugação dos vários fatores, considerados de risco, aumenta a probabilidade de um indivíduo praticar factos qualificados à luz da legislação penal como crimes, alguns dos quais têm maior correlação que outros (a associação com grupo de pares com comportamento delinvente; impulsividade, egocentrismo, gosto pelo risco, défices de competência na resolução de problemas e regulação intrapessoal, etc.). Por outro lado, os fatores de proteção preservam o indivíduo do envolvimento em comportamentos violentos. ^{[30] [31]} A influência destes fatores não determina as escolhas, ainda que as alternativas disponíveis no momento possam ser limitadas. ^{[115] [116]}

Este processo é semelhante em indivíduos sem práticas criminais ou que não adotam um estilo vida marcado pela persistência dos comportamentos criminais. No caso destes últimos, a irresponsabilidade, a autoindulgência, a intrusividade interpessoal e a violação de regras sociais que definem um estilo de vida criminoso estão presentes em todos os infratores, embora não com a mesma intensidade. ^{[114] [131]}

Para a teoria do estilo de vida criminal, o *medo* é um fator decisivo para o comportamento criminal reiterado, considerado o primeiro elemento de motivação do mesmo. O indivíduo escolhe ser irresponsável, porque é mais satisfatório e menos assustador do que ser responsável pela sua conduta e cumprir as suas obrigações e compromissos. ^[114] ^[116] O *medo* exprime-se sob a forma de desejo de controlar uma determinada situação que o indivíduo “lê” como estando fora do seu controlo. ^[116] O sentimento de inadequação quanto à possibilidade de alcançar o sucesso, nos moldes convencionais, e o *medo* de “ser descoberto” tendem a desenvolver-se à medida que o indivíduo mantém um funcionamento

dentro do estilo de vida criminal. Esta escolha de refúgio no estilo de vida criminal permite-lhe justificar os seus insucessos e encontrar mais vítimas para os seus atos, à medida que o *medo* cresce a cada novo crime. ^{[116] [124]}

Ao longo do tempo, o *medo* - Motivação Primária - ramifica-se em quatro *motivações secundárias* (Quadro 3), funcionando em rede com a motivação primária. ^[116] Enquanto esta suporta diretamente o processo de evolução da tomada de decisão e o comportamento geral inerente ao estilo de vida criminal, as *motivações secundárias* correlacionam-se em maior grau com eventos criminais específicos e explicam os seus motivos (por exemplo, a ganância, o poder), além de formular explicações que validam os seus comportamentos (por exemplo, necessidade de dinheiro). ^[95]

Quadro 3 - Motivações Secundárias (Walters, 1990)

Raiva / Rebelia (<i>Anger / Rebellion</i>)	Forma de expressão da autonomia. O sujeito valida os seus comportamentos justificando as injustiças que acredita ter sofrido por parte de outras pessoas que se encontram em posições de poder. O crime é uma vingança, uma manifestação da sua frustração e uma expressão do seu desagrado perante a autoridade da sociedade.	<i>Relacionado com os crimes de bullying, violação, etc.</i>
Poder / Controlo (<i>Power / Control</i>)	Desejo de controlar e influenciar outras pessoas como forma de expressão da sua virilidade. Sensação de domínio sobre os que o rodeiam.	<i>Relacionado com crimes sexuais, assalto a bancos.</i>
Excitação / Prazer (<i>Excitement / Pleasure</i>)	Procura do prazer e gratificação imediatos. Característico de idades mais jovens, diminuindo gradualmente com a idade.	<i>Relacionado com crime de roubo de automóveis, pequenos furtos.</i>
Ganância / Indolência (<i>Greed / Laziness</i>)	Aumenta em proporção direta com a idade. Procura do sucesso rápido sem esforço.	<i>Relacionados com os crimes de roubo, furto e tráfico de drogas.</i>

O delinvente pensa diferentemente do sujeito não delinvente, nomeadamente, no que se refere à violação da lei e dos direitos de terceiros. ^[116] O comportamento delitivo é consequência da influência das *Condições (Conditions)* e *Escolhas (Choices)*, motivos e oportunidades. As duas primeiras variáveis, por sua vez, interagem e exercem influência mútua, formando a terceira variável - as *cognições*, que dão suporte ao estilo de vida. Estes três fatores ao longo do tempo tornam-se interdependentes. ^[117] O sistema cognitivo apoia, reforça e perpetua a irresponsabilidade e autoindulgência próprias da adolescência, durante a

vida adulta. O sucesso que decorre da sua utilização reforça o recurso a tal sistema, que se torna automático, abrindo caminho ao envolvimento em comportamentos contrários àqueles para que foi socializado. As distorções cognitivas nos delinquentes remontam às primeiras etapas da vida, desenvolvendo-se em três fases distintas: **1.** iniciação, na qual os estilos de pensamento são construídos; **2.** transitória, fase em que são reforçados, e **3.** Manutenção, solidificando-se (Walters, 1994) ^[23], como veremos no ponto seguinte.

A Teoria dos Estilos de Vida Criminal desenvolvida por Walters (1990) assentou em 10 Postulados, o último dos quais focado na mudança dos estilos de pensamento e, portanto, fortemente relacionado com a intervenção de cariz cognitivo dirigida a sujeitos com comportamento criminal (Quadro 4).

Quadro 4 - Os 10 postulados da Teoria dos Estilos de Vida Criminal (Walters, 1990)

Postulado 1: O crime pode ser entendido como um estilo de vida, caracterizado por sentido global de irresponsabilidade, interesses autoindulgentes, invasão do seu espaço pessoal e da vida privada de terceiros e violação crónica das regras sociais, leis e costumes.
Postulado 2: As condições têm impacto no desenvolvimento do estilo de vida criminoso principalmente através de três domínios (físico, social e psicológico).
Postulado 3: As condições podem limitar as escolhas dos indivíduos, mas não determinam as suas escolhas.
Postulado 4: O comportamento dos indivíduos com estilo de vida criminal é direcionado para perdas de formas dramáticas e destrutivas
Postulado 5: Há um estilo de pensamento distinto que decorre de decisões do indivíduo para se envolver em atos delinquentes e delituosos.
Postulado 6: O conteúdo e o processo do pensamento criminológico refletem-se em oito estilos de pensamento criminal.
Postulado 7: Para ocorrer um ato criminal é necessária a oportunidade.
Postulado 8: A motivação, para um ato criminal específico, deriva do processo de validação que é composto por quatro motivações secundárias: Raiva / Rebeldia, Poder / Controlo, Excitação / Prazer e Ganância / Indolência.
Postulado 9: Os atos criminais podem ser entendidos pela complexa inter-relação entre pensamentos, motivos e comportamentos.
Postulado 10: O comportamento é o resultado das atitudes e pensamentos que o sujeito adota numa situação particular, pelo que o comportamento criminal não mudará sem que o sujeito delinvente mude primeiro o seu pensamento.

Para avaliar os estilos de vida criminal Walters, White e Denney (1991) criaram um instrumento do tipo *checklist* que denominaram de *Lifestyle Criminality Screening Form* (LCSF), composto por 14 itens organizados em 4 secções diferentes, cada uma das quais

relacionada com os 4 estilos de vida criminal.^[125] O preenchimento deste formulário é realizado através de informações relativas ao histórico criminal, consumo de substâncias e violência doméstica, recolhidas dos dossiês individuais dos sujeitos, nomeadamente em relatórios de âmbito pré-sentencial.^[50]^[126] O LCSF fornece pontuações para cada um dos estilos e gera uma pontuação total (a soma dos itens entre 0 e 22).^[56] A obtenção de uma pontuação total permite encontrar 3 categorias de risco: elevada para valores iguais ou superiores a 10 (presença clara de um estilo de vida criminal), moderada (7 - 9 pontos) e baixa - menor ou igual a 6 pontos (Walters, 1998).^[50]

A confiabilidade entre avaliadores foi estabelecida com o LCSF (.81 - .96) e os investigadores têm constatado que este instrumento prevê efetivamente as infrações disciplinares na prisão e detenções subsequentes na comunidade.^[126] Os resultados obtidos nos estudos efetuados com o LCSF valorizam o seu poder discriminativo, no qual a subescala do comportamento interpessoal intrusivo é a que revela menor valor discriminativo. No entanto, este instrumento permite a categorização e hierarquização adequada dos indivíduos, bem como a definição da intervenção que melhor se adequará a cada sujeito (Walters et al., 1991).^[108]

2.1 Estilos de Pensamento Criminal, Walters (1990)

O pensamento criminal não tem recebido a atenção que seria desejável, ainda que não se possa afirmar que tenha sido ignorado. São várias as teorias na criminologia, justiça penal e psicologia forense que contêm elementos da cognição. Sutherland (1939), Sykes e Matza (1957) e Yochelson e Samenow (1976) são alguns dos autores de teorias que apresentaram contributos importantes para esta matéria. Walters (1990), baseando-se em algumas das ideias destes, formulou uma teoria para delinquentes crónicos, segundo a qual estes adotam um estilo de vida criminal reforçado pelo sistema cognitivo, constituído por três níveis

distintos que se relacionam entre si: os esquemas, os estilos de pensamento e os sistemas de crenças. ^[128]

2.1.1 Esquemas, Sub-redes e Sistemas de crenças

O ser humano constrói a sua realidade através de um processo social interativo, em que **1.** o sujeito inicialmente “adota” a realidade construída por outros, narrada em histórias, fábulas, orientações, regras e outros ensinamentos, cuja validade aceita e integra - principalmente os pais e irmãos mais velhos. Deste modo, uma criança alia-se a um determinado grupo por via da integração de informações com significado comum que não são totalmente abandonadas, mas complementadas por outras formas ou níveis de construção ao longo do processo de maturação do indivíduo. Como consequência direta do desenvolvimento perceptivo e da aquisição de competências cognitivas superiores, **2.** a criança atinge a capacidade de internalizar as suas próprias experiências psicossociais e constrói uma visão personalizada da realidade. A partir deste momento **3.** o ser humano emprega as suas experiências pessoais para moldar os seus sistemas de crenças e, gradualmente, **4.** constrói a sua própria realidade que, mais tarde, percebe como sendo apenas uma entre muitas visões possíveis ^[129]

Este processo de construção tem subjacentes os processos de *assimilação* e *acomodação* de Piaget. Se durante esta construção o resultado que é expectável não ocorrer, o equilíbrio do organismo é perturbado. ^[109] Esta perturbação, por sua vez, leva à *acomodação* que estabelece um novo equilíbrio e à formação de um novo esquema de ação. ^[110] Os esquemas são unidades psicológicas resultantes da internalização e esquematização da atividade na interação com o meio. ^[88]

O processo de “construção de um esquema” é composto de três partes: **1.** reconhecimento de certa situação (e.g., a presença de um objeto com uma forma arredondada

na extremidade que se pode agarrar); **2.** associação de uma atividade específica a esse tipo de objeto (e.g., pegar-lhe e sacudi-lo); **3.** expectativa de obter um determinado resultado (fazer barulho com efeito recompensador).^[109]

Um conjunto ou circuito de esquemas forma uma crença. Os sistemas de crenças são conjuntos de crenças inter-relacionadas. Um mesmo esquema pode ser incorporado em duas ou mais crenças divergentes e, assim, surgir em diferentes sistemas de crenças. O ser humano, além de construir a sua realidade, também a defende perante informações incompatíveis com os seus sistemas de crenças. Este mecanismo de defesa é um processo cognitivo-afetivo de identificação e harmonização de estímulos internos e externos com esquemas ou sistemas de crenças previamente existentes, através de um processo de assimilação. Este mecanismo salvaguarda os esquemas e sistemas de crenças existentes e mantém a sua continuidade no tempo. A defesa compreende quatro níveis (Quadro 5).^[122]

Quadro 5 - Níveis do mecanismo de Defesa (Walters, 2002b)

Negação	É o primeiro e mais primitivo; permite ignorar muitos dos estímulos que diariamente atingem os sentidos e, seletivamente, direcionar o foco para os estímulos que acreditamos possuírem maior relevância para a sobrevivência, melhorando também a autoestima e identidade;
Distorção	Requer maior complexidade no processamento de informação na sua implementação do que a negação; ocorre quando existe modificação ou reinterpretação de informação para aumentar a sua congruência com o sistema de crenças existente;
Desvio	Mais complexo ao nível do processamento de informação do que a distorção; ocorre para defender a visão pessoal da realidade, redirecionando sentimentos para alvos mais acessíveis ou menos ameaçadores, projetando a culpa em terceiros ou externalizando a responsabilidade por um determinado resultado;
Justificação/aplicação	É o nível mais elevado do processo de defesa. Ocorre a neutralização do estímulo incompatível com um determinado sistema de crenças através da racionalização.

No caso do estilo de vida criminal, a função defensiva prevalece sobre a função construtiva. A este nível, por sua vez, a primeira fase do processo construtivo é dominante relativamente às demais e as defesas primitivas (negação, distorção) imperam sobre o mais sofisticado dos níveis de defesa - *justificação/aplicação*. O sistema defensivo é igualmente

dominante numa última fase de evolução do sistema de crenças. Os desequilíbrios criam as condições necessárias à existência de erros de construção, sistemas de defesa rígidos e sistemas de crenças relacionados com o crime, que demoram várias semanas, meses ou mesmo anos a formar-se. ^[122]

Os sistemas de crenças, em virtude do seu carácter global, formam o terceiro e mais alto nível de um sistema cognitivo que compreende três níveis primários com subdivisões dentro de cada nível. O nível inferior é preenchido pelos esquemas e o nível intermédio da hierarquia compreende as sub-redes de esquemas ^[128], que incluem as atribuições, as expectativas de resultado e de eficácia, os objetivos, os valores e os estilos de pensamento criminal. ^[108] Os estilos de pensamento criminal indicam uma distorção no funcionamento cognitivo humano, o subdesenvolvimento das estruturas cognitivas. Os indivíduos com comportamentos criminais apresentam níveis intermédios compostos por um sistema cognitivo que dá suporte a esses comportamentos desviantes e violentos. ^[93]

2.1.2 Oito estilos de pensamento criminal

Vários são os estudos que mostraram indícios de uma ligação entre cognição e comportamento antissocial. ^[61] ^[83] Sestir e Bartolow (2007) afirmam que, para entender plenamente a natureza da agressão e da violência humana, é necessário entender o funcionamento ao nível da cognição. ^[111]

Ross e Fabiano (1985) reviram evidências de várias investigações, tendo concluído que os delinquentes apresentam, frequentemente, uma variedade de défices cognitivos e comportamentais específicos que estão implicados no seu comportamento delituoso. ^[136]

Blud et al. (2003) concluíram, num estudo realizado com indivíduos que se encontravam a cumprir penas de prisão na Inglaterra e País de Gales, que os reclusos sujeitos a programas credenciados para o desenvolvimento de aptidões cognitivas mostraram sinais

de redução do pensamento criminal ^[128], identificando o pensamento criminal como uma necessidade criminógena dinâmica.

O comportamento criminal é, como vimos, consequência da influência das *Condições (Conditions)* e *Escolhas (Choices)*, motivos e oportunidades. ^[114] As condições não causam o crime diretamente, mas estabelecem limites de oportunidade, podendo reduzir o leque de possíveis alternativas e, nesse sentido, dirigir o indivíduo para determinada escolha.

As cognições, resultantes da união entre os dois fatores *Condições (Conditions)* e *Escolhas (Choices)*, por sua vez, suportam o comportamento subsequente, alterando também o processo de tomada de decisão e a percepção sobre as variadas condições de vida. Ao longo do tempo as condições, escolhas e cognições fundem-se, criando um sistema complexo, dinâmico e multidimensional de “forças” inter-atuantes. ^[117]

A Teoria do Estilo de Vida Criminal enfatiza os fatores cognitivos na formação e manutenção do pensamento criminal, rejeitando a noção mais simplista de “*mente criminosa*”. Um determinado estilo de pensamento criminal apoia e reforça as decisões relativas à prática de crimes ^[116], desempenhando um papel fundamental na iniciação e na manutenção de comportamentos delinquentes ^{[93] [128]}. O autor chama a atenção para dois aspetos. Em primeiro lugar, define o conteúdo de pensamento, isto é, o assunto específico do pensamento. O segundo aspeto diz respeito à dimensão processual do pensamento que conduz ao início e à manutenção contínua do comportamento caracterizado pela violação da lei ^[93].

A partir dos 52 erros de pensamento indicados por Yochelson e Samenow (1976) Walters (1990; Walters, 2003a) descreveu oito estilos de pensamento (Quadro 6) individualizados, ainda que inter-relacionados. Estes são de base irracional, desorganizados e subjetivos, atendendo aos desejos de gratificação imediata. ^[68]

Quadro 6 - Oito Estilos de Pensamento Criminal (Walters, 1990; Gonçalo & Vieira, 2005; Rode, 2010)

Auto-desculpabilização (<i>Mollification</i>)	Com raízes nas racionalizações e autojustificações da adolescência, apoia o sujeito na transferência da responsabilidade pelos atos ilícitos cometidos para fatores externos (por exemplo, educação, pobreza, etc.).
Curto-circuito (<i>Cutoff</i>)	É uma tendência para a impulsividade, assim como para usar quaisquer estratégias de pensamento que diminuam ou eliminam a resistência para cometer o crime. Défice de autocontrolo.
Permissividade (<i>Entitlement</i>)	Indica uma convicção de ser uma pessoa especial, com estatuto privilegiado que lhe permite adotar todo o tipo de comportamentos. É composto por 3 elementos básicos: direito sobre a propriedade, o sentimento de ser especial, ser irreconhecível
Controlo do Meio (<i>Power Orientation</i>)	Define a tendência para controlar o ambiente e, especialmente, outras pessoas, muitas vezes com recurso à agressão. O sujeito adota uma visão bastante simplista do mundo e categoriza as pessoas em duas categorias: os fracos, que podem ser intimidados, usados ou manipulados, e os fortes. Um indivíduo que revela este estilo de pensamento espera que todas as situações estejam de acordo de acordo com os seus desejos, entrando facilmente em conflito se sentir frustração.
Sentimentalismo (<i>Sentimentality</i>)	O indivíduo tem tendência para expressar sentimentos de ternura e interesses estéticos de uma forma inconstante e “Ao serviço do eu”. Contém um componente do egocentrismo e uma orientação no sentido de atingir as emoções positivas. É uma forma de justificação e racionalização do seu comportamento. Por um lado, viola as regras, por outro, apresenta-se como uma pessoa boa e justa. O infantilismo emocional indica uma crença de que as suas boas ações compensam os danos causados a terceiros.
Superotimismo (<i>Superoptimism</i>)	Avaliação irrealista das próprias aptidões e atributos para alcançar objetivos específicos. O sujeito pensa que irá evitar quaisquer consequências negativas do seu comportamento (por exemplo, condenação, prisão, morte, ferimentos). O comportamento do indivíduo é determinado pela sua vontade e não por circunstâncias reais. São incapazes de adiar a gratificação e agem impulsivamente, sem prestar atenção e avaliar as circunstâncias externas objetivamente.
Indolência Cognitiva (<i>Cognitive Indolence</i>)	Significa uma tendência para procurar a solução mais fácil para um problema; uma pessoa é caracterizada como irresponsável, cognitivamente indolente, pouco motivada. Este estilo é o principal obstáculo às mudanças estáveis do pensamento irracional e irresponsável, porque incentiva a preguiça e a inatividade cognitiva.
Inconsistência (<i>Descontinuity</i>)	Indica uma falta de coerência entre as ações planeadas e atividades reais, uma falta de perseverança e consistência no agir. Este estilo dificulta a resolução apropriada de problemas, tarefas, porque o indivíduo se concentra em elementos sem importância para a situação, em detrimento de aspetos importantes.

Nota: Ao longo do texto serão utilizados os termos em português, propostos por Gonçalves & Vieira 2005.

Os estilos de pensamento Auto-desculpabilização (*Mollification*), Permissividade (*Entitlement*) e Indolência Cognitiva (*Cognitive Indolence*) foram propostos com base na experiência clínica de Walters. ^[68] A *auto-desculpabilização (Mollification)* é uma estratégia

cognitiva, similar às técnicas de neutralização propostas por Sykes e Matza, mas que se segue ao comportamento que tem que ser justificado (Walters, 1994) ^[23].

Os restantes cinco estilos de pensamento criminal derivaram dos trabalhos de Yochelson e Samenow. O Sentimentalismo (*Sentimentality*) e Superotimismo (*Superoptimism*) foram diretamente adotados da teoria de Yochelson e Samenow, enquanto o Controlo do Meio (*Power Orientation*) resulta de uma combinação de dois padrões de pensamento propostos por Yochelson e Samenow “*Zero State*” e “*Power Thrust*”. O Curto-circuito (*Cutoff*) e Inconsistência (*Descontinuity*) têm origem nas descrições de Yochelson e Samenow dos padrões de pensamento “*Cutoff*” e “*fragmentation thinking errors*”, respetivamente. ^[68] ^[116]

Os estilos de pensamento dão suporte a um padrão generalizado de identidade criminal, ainda que existam especificidades e diferenças individuais. ^[117] Contudo, estão inter-relacionados ainda que em graus diferenciados. Por exemplo, a *auto-desculpabilização* pressupõe a justificação e racionalização da violação da lei, atribuindo a responsabilidade do seu comportamento a fatores externos. O *curto-circuito* elimina a ansiedade, as inseguranças, preocupações e medos que regulam o comportamento, permitindo a constante prática criminal. Neste sentido, ambos os estilos de pensamento estão na base da violação das regras sociais, cujo motivo é a Raiva/Rebeldia. A *permissividade*, em que o sujeito sente com um estatuto privilegiado, e o *controlo do meio* que traduz a tendência para controlar todas as variáveis que estão ao seu redor, se necessário com recurso à violência, estão relacionados com a intrusividade interpessoal que descreve o desprezo pelos direitos e sentimentos de terceiros. Na base destes estilos de pensamento está o Poder/Controlo. O comportamento autoindulgente reflete a busca incessante e obstinada de prazer por parte do sujeito delincente e a ausência de preocupação com as consequências negativas resultantes das suas ações, a longo prazo. A procura de excitação e o egoísmo estão coordenados em torno desse desejo comum - gratificação imediata e aumento da estimulação sensorial - de

forma tal que constituem parte do estilo de vida assente na excitação/prazer. O *sentimentalismo* está associado a este motivo, na medida em que é uma expressão de egocentrismo. O *superotimismo* também está ligado a este motivo uma vez que este estilo de pensamento reflete a incapacidade do sujeito para adiar a gratificação e a tendência para agir sem avaliar as consequências negativas que possam advir do seu comportamento. A *indolência cognitiva* e a *inconsistência*, por sua vez, originam por um padrão de comportamento irresponsável, em que os sujeitos não assumem a responsabilidade pelas suas ações e negligenciam as suas obrigações para com terceiros, motivados pela ganância e preguiça. Estas relações explicativas procuram estabelecer uma linha condutora entre os vários motivos (primário e secundário), estilos de pensamento e comportamentos. Por exemplo, se um indivíduo apresenta um historial de comportamentos irresponsáveis, é expectável que tenha níveis elevados de *indolência cognitiva* e *inconsistência* e os seus crimes motivados pela ganância e não pelo prazer. Por outro lado comportamentos autoindulgentes apresentaram maiores níveis de *auto-desculpabilização* e *curto-circuito*, motivados essencialmente pela raiva e menos pelo prazer e ânsia de poder, e assim sucessivamente. ^[116]

2.1.3 Psychological Inventory of Criminal Thinking Style - PICTS

Para medir o terceiro *C - Cognições* - do estilo de vida criminal, Walters (1995a) desenvolveu um instrumento de autorrelato ao qual deu o nome de *Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS)*. Inicialmente com 32 itens, este deu lugar a versões mais longas com a introdução de duas escalas de validação (*Confusion* e *Defensiveness*), desenhadas para avaliar padrões graves de respostas não verdadeiras, que se juntaram às já existentes (que avaliam os 8 estilos de pensamento criminal) e um aumento para o dobro do número de itens (4 para oito) num total de 80 itens - *PICTS: 3.0*. ^[117]

Cada escala pontua no mínimo 8 e no máximo 32 pontos, numa escala de Likert de 4 itens (*strongly agrees*, *agrees*, *uncertain*, *disagrees*, de 4, 3, 2 1 pontos, respetivamente). As duas escalas de validação apresentavam inicialmente pontuações invertidas em metade dos seus itens. ^{[118] [119]}

Walters (1995a) efetuou um estudo com uma amostra constituída por 450 reclusos detidos em estabelecimentos prisionais federais de segurança máxima, média e mínima. Os resultados demonstraram que os indivíduos detidos em estabelecimentos prisionais de alta segurança têm valores mais elevados do que os sujeitos detidos em estabelecimentos prisionais de segurança média ou mínima. Os resultados indicaram igualmente que as escalas *Cutoff* (Co), *Cognitive Indolence* (Ci), *Descontinuity* (Ds) tinham consistência interna moderada a elevada, as escalas *Mollification* (Mo), *Entitlement* (En), *Power Orientation* (Po), *Sentimentalism* (Sn) e *Superoptimism* (So) tinham consistência moderada, enquanto as escalas *Confusion* e *Defensiveness* tinham baixa consistência interna. ^[117]

Outro estudo realizado por Walters (1995b) reforçou os resultados obtidos nos estudos anteriores, em que a escala *Confusion* (Cf) discrimina de forma modesta as respostas simuladas em função da desejabilidade social dos sujeitos, ainda que estatisticamente significativa. Por outro lado a escala *Defensiveness* (Df) revelou-se incapaz de efetuar essa discriminação. Já as escalas dos estilos de pensamento criminal revelaram adequadas características psicométricas, com coeficientes de estabilidade temporal entre .73 e .93 após 2 semanas, e entre .47 e .86 após 12 semanas ^[117], correlacionam-se bem com o histórico criminal ^{[134] [117]} e predizem com precisão o futuro disciplinar e o risco de reincidência. ^[119]

^{[120] [131]} Estas duas escalas de validade foram posteriormente revistas. Os quatro itens que cotavam negativamente na escala *Confusion* (Cf) foram eliminados e substituídos por quatro itens que pontuam positivamente. O inverso foi efetuado para a escala *Defensiveness* (Df).

^{[120] [123]} Os novos itens foram selecionados a partir do conjunto de itens que integravam o instrumento. A posterior análise revelou que as escalas de validade revistas mostravam uma

melhoria no coeficiente *Alfa de Cronbach*, bem como melhor média de correlações dos itens inter-escalas e fiabilidade teste-reteste relativamente às escalas anteriores. ^{[120] [123]}

Outra investigação foi realizada com 536 reclusos de estabelecimentos prisionais federais de média segurança que preencheram o PICTS, enquanto parte integrante da rotina de admissão e foram seguidos durante os 12 meses após a entrada. O instrumento de avaliação demonstrou que tem potencial para predizer o comportamento disciplinar futuro. A escala *Power Orientation (Po)* revelou melhor predição, independentemente de quaisquer outras variáveis, como a idade. Contudo, este potencial preditivo manifestado pelo *PICTS* apresentou variações em função da raça, falhando ao nível dos hispânicos e caucasianos. A idade, por exemplo, ainda assim mostrou maior valor preditivo que o próprio instrumento nessa função. ^[119]

As 8 escalas de estilo de pensamento compreendem 64 dos 80 itens que compõem este inventário. Os itens escritos no passado foram pensados de forma a alcançar maior estabilidade teste-reteste e correlacionar-se melhor com índices de criminalidade passada. Os itens escritos em tempo presente foram projetados para ser sensíveis a alterações. ^[121] As escalas *Cutoff*, *Entitlement*, *Cognitive Indolence* e *Discontinuity* correlacionam-se mais fortemente com antecedentes criminais em delinquentes do sexo masculino ^[117], embora estas quatro escalas, em conjunto com o *Sentimentality* e *Superoptimism*, pareçam correlacionar-se melhor com antecedentes criminais no sexo feminino. ^{[134] [121]} A escala de *Power Orientation* pode ser o indicador mais robusto de ajuste disciplinar no sexo masculino ^[119], enquanto a escala de *Power Orientation*, conjuntamente com as escalas de *Cutoff*, *Entitlement*, são os melhores preditores de ajustamento disciplinar no sexo feminino (Walters & Elliott, 1999). ^[121]

Usando 8 amostras que integraram anteriores investigações sobre o PICTS, Walters efetuou, em 2002, um estudo de forma a construir duas escalas de conteúdos, relacionadas com os estilos de pensamento passados e presentes. Assim, os 64 itens foram racionalmente

classificados em duas escalas de conteúdo geral: uma escala composta por itens que refletem atitudes e crenças criminosas atuais e uma escala com os itens referentes a crenças e atitudes criminosas passadas. No final foram excluídos aqueles itens que obtinham fraca diferenciação entre as duas escalas em construção e os itens que não revelaram um incremento superior a .10 na associação entre cada um dos itens e a respetiva escala para que contribuíssem, restando 13 itens na escala *Current Criminal Thinking* (Cur) e 12 itens na escala *Historical Criminal Thinking* (HIS). Esta exibiu maior estabilidade teste-reteste em presos do sexo masculino avaliados com 10 semanas de intervalo e em reclusas com intervalos de 2 e 12 semanas. Uma baixa pontuação na escala *Current Criminal Thinking* (Cur) é reveladora de uma boa identificação dos reclusos que terão menos problemas disciplinares na prisão e menores taxas de reincidência, findo o cumprimento da pena de prisão. As análises foram prejudicadas por amostras relativamente pequenas. Ambas as escalas de conteúdo mostraram razoável a boa consistência interna, e um grau moderado de contraste entre as correlações inter-escala e intra-escala. ^[121]

A análise fatorial inicial ao instrumento revelou a presença de 4 distorções cognitivas: ^[21]

- Evitamento de Problemas (*avoidance of problems*) - estilo comportamental de irresponsabilidade; é composto por itens das escalas *Cutoff*, *Cognitive Indolence* e *Discontinuity*;
- Hostilidade Interpessoal (*interpersonal hostility*) - estilo interpessoal geralmente intrusivo; não inclui itens de escalas específicas, mas inclui itens que revelam raiva e hostilidade;
- Autoafirmação (*Self-Assertion/Deception*) - reflete um estilo de pensamento que justifica a infração das regras sociais; engloba os itens das escalas *Mollification*, *Entitlement* e *Superoptimism*;

- Negação da Ofensa (*denial of harm*) - composto por itens que refletem a negação de dano provocado a outrem.

Os fatores propostos por Walters (1995a, 1995b; 1996; 2002c) são relativamente semelhantes à tipologia de distorções cognitivas propostas por Barriga e Gibbs (1996).

[21]

Egan et al. (2000), utilizando outros formatos e amostras diferentes, encontraram outras estruturas fatoriais, nomeadamente um único fator que explicava 58,8% da análise de variância obtida, enquanto o modelo de dois fatores explicava 65,6% do total da variância. O primeiro fator, *Lack of thoughtfulness*, era formado pelas escalas *Mollification*, *Cutoff*, *Sentimentality*, *Superoptimism*, *Cognitive Indolence* e *Discontinuity*, enquanto o segundo fator, *Wilful hostility*, era constituído pelas escalas *Mollification*, *Entitlement*, *Power Orientation* e *Sentimentality*.^[36]

Os dois fatores identificados por Egan et al. (2000) parecem similares ao primeiro (*Problem Avoidance*) e terceiro (*Self-assertion/Deception*). Egan et al. (2000) realizaram uma análise inter-escalas e não uma análise inter-itens, ou seja, uma análise fatorial de segunda ordem ao invés de uma análise de primeira ordem.^[123]

Duas análises fatoriais confirmatórias foram realizadas posteriormente por Walters com o intuito de avaliar a estabilidade e generalização da estrutura sugerida pela análise fatorial exploratória inicial. Os dados obtidos indicaram um bom ajuste entre os resultados destas duas análises e da análise fatorial inicial.^[117] Consequentemente este procedimento produziu nove itens para o Fator 1 (*Problema Avoidance* – 26,36, 39,40,43, 51, 62, 68 e 79), dois itens para o Fator 2 (*interpersonal hostility* – 12 e 42), quatro itens para o Fator 3 (*Self-Assertion/Deception* – 13, 38, 44 e 76), e dois itens para o Fator 4 (*Denial of Harm* – 17 e 77).^[123]

O *PICTS: 4.0*, que evoluiu a partir da versão anterior, é então composto pelas anteriores escalas de estilos de pensamento (8) e validade (2), as escalas dos 4 fatores (4), as

escalas de conteúdo (2) e uma escala especial de medo de mudança - *Fear of Change (FOC)* - que foi obtida a partir de um conjunto de 24 itens potenciais. Para construir e avaliar esta última, constituída por 8 itens, foi realizado um trabalho de investigação com uma amostra constituída por 100 reclusos masculinos de uma prisão federal de segurança média e 100 elementos femininos de uma prisão de segurança mínima. A escala apresentou um grau moderado de consistência interna e uma estabilidade teste-reteste moderadamente alta depois de 2 e 12 semanas. Os resultados indicaram igualmente que esta se correlaciona significativamente com uma medida previamente administrada de medo existencial. A *Fear Of Change* é uma medida internamente consistente e razoavelmente estável, com algumas evidências de validade preliminar. ^[120]

Palmer e Hollin (2003) realizaram uma investigação para avaliar o uso do *PICTS: 4.0* na população prisional inglesa. Para o efeito utilizaram uma amostra constituída por 255 delinquentes do sexo masculino, de seis estabelecimentos prisionais de Inglaterra. Tal como na investigação conduzida por Egan et al. (2000) foram extraídos dois fatores; o primeiro constituído pelas oito escalas de estilo de pensamento, respondendo por 50,81% da variância, e o segundo fator composto pelas duas escalas de validação, sendo responsável por 13,84% da variância. Esta conclusão corroborou os resultados de Egan et al. (2000) de que os oito estilos de pensamento são essencialmente um estilo geral de pensamento associado ao comportamento criminal. ^[86]

Noutro estudo realizado com 515 jovens delinquentes ingleses com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos, a análise fatorial revelou dois fatores, semelhantes aos encontrados por Egan et al. (2000), correspondendo a 62,44% da variância. O primeiro fator, que respondeu por 49,59% da variância, contém cinco escalas - *Cutoff, Power Orientation, Superoptimism, Cognitive Indolence e Discontinuity*, representando défices de aptidões ao nível do raciocínio. O segundo fator, que representou 12,85% da variância,

contém três escalas (*Mollification*, *Entitlement* e *Sentimentality*), refletindo as justificações dos delinquentes sobre a prática do crime. ^[87]

Considerando que os 64 itens que compõem as 8 escalas de estilos de pensamento criminal tendem a agrupar-se em dois fatores (Egan et al, 2000) e que a correlação entre os estilo de pensamento e o comportamento disciplinar futuro e a reincidência tendem a variar consoante os estudos ^[123], duas escalas compostas foram construídas a partir das escalas dos estilos de pensamento, dos fatores-chave e das escalas de conteúdo. ^[129]

A partir da investigação de Dodge e Coie (1987) sobre a agressão reativa e pró-ativa em crianças, foram criadas duas escalas compostas integrando os itens que compõem as subescalas de estilos de pensamento, de fatores e de conteúdo, para medir o pensamento criminal pró-ativo e reativo em adultos: *Pensamento Criminal Proativo* (*Proactive Criminal Thinking*; *P*), composta pelas subescalas *Permissividade* (*Entitlement*, *EN*), *Autoafirmação* (*Self Assertion/Deception*, *AST*) e *História do Pensamento Criminal* (*Historical Criminal Thinking*, *HIS*) e *Pensamento Criminal Reativo* (*Reactive Criminal Thinking*, *R*), da qual fazem parte as escalas *Curto-circuito* (*Cutoff*, *Co*), *Evitamento de Problemas* (*Problema Avoidance*, *PRB*) e *Pensamento Criminal Corrente* (*Current Criminal Thinking*, *CUR*). ^[112]

A análise de dados arquivados, que haviam feito parte de investigações anteriores, permitiu concluir que as escalas compostas *Proactive Criminal Thinking* (*P*) e *Reactive Criminal Thinking* (*R*) obtiveram resultados que excederam o desempenho médio das escalas de estilo de pensamento, dos fatores, e de conteúdo e, num terço das comparações, ambas superaram a correlação mais elevada que havia sido obtida pelas escalas já construídas. ^[129]

As escalas compostas *Proactive Criminal Thinking* (*P*) e *Reactive Criminal Thinking* (*R*), onde se destacam *Entitlement* e *Cutoff* como marcadores para os dois principais tipos de pensamento criminal, respetivamente, superaram as escalas estilo de pensamento na predição do ajustamento institucional e da reincidência. ^{[112] [129]}

Walters, Hagman, e Cohn (2011) efetuaram uma análise fatorial confirmatória (AFC) e estudaram o instrumento com recurso à *Teoria de Resposta ao Item (TRI)* com o *PICTS* em reclusos de um estabelecimento prisional federal de segurança média que apresentavam risco de reincidência médio a alto. Concluíram que o processo de pensamento criminal se encontra organizado hierarquicamente, sendo composto por dois fatores de primeira ordem (*Proactive Criminal Thinking* e *Reactive Criminal Thinking*) e um fator de segunda ordem (*General Criminal Thinking (GCT)*). A análise, com recurso à *Teoria de Resposta ao Item*, revelou que os oito itens da escala *Sentimentalismo (Sentimentality, Sn)* não contribuem para o fator de segunda ordem *General Criminal Thinking (GCT)*.^[133]

Outra investigação foi realizada com os dados resultantes da aplicação do *PICTS* a delinquentes americanos (19067 homens e 7764 mulheres, no total de 26831 sujeitos) em supervisão comunitária, entre novembro de 2009, momento em que a utilização do instrumento se tornou um procedimento de rotina, e junho de 2013. Fizeram ainda parte da amostra 3039 reclusos de um estabelecimento prisional de segurança média, 227 reclusas de um estabelecimento prisional, também de média segurança, e 100 mulheres de um estabelecimento com vários níveis de segurança. O objetivo era validar os resultados obtidos a partir da *Teoria de Resposta ao Item* e análise fatorial confirmatória anteriores (Walters et al., 2011).^[133]

Ainda que a maior parte dos sujeitos que compunham a amostra estivessem avaliados como tendo baixo risco, os resultados obtidos confirmaram os obtidos por Walters et al., (2011). Os itens da escala *Sentimentality* não contribuíram para o fator *General Criminal Thinking (GCT)*, sugerindo que, apesar de poder fazer parte do estilo de vida criminal, provavelmente não é uma característica fundamental do pensamento criminal. Com exceção dos itens 1 (*Entitlement*) e 5 (*Superoptimism*), no entanto, a maioria dos itens da versão de 56 itens alcançaram uma discriminação razoável e uma cobertura adequada do constructo *Pensamento Criminal*. Os dados obtidos sugeriram igualmente que o instrumento mede o

pensamento criminal em homens e mulheres e a forma como mede esse constructo é semelhante em diferentes contextos (institucional ou comunitário). Por outro lado, é mais sensível a expressões mais fortes do pensamento criminal e, como tal, é mais preciso a discriminar entre os níveis moderado, alto e muito alto de pensamento criminal do que entre os níveis, baixo e muito baixo de pensamento criminal. ^[133]

Vieira (2011) efetuou um estudo com uma amostra constituída por adultos delinquentes do sexo masculino detidos em estabelecimentos prisionais portugueses para cumprimento de penas de prisão. Os indivíduos foram selecionados em função da tipologia de crime - crimes sexuais e outro tipo de crimes para constituição do grupo de controlo. A escolha dos ofensores sexuais teve em consideração a categorização da ofensa sexual cometida e o tipo de vítima (e.g., intrafamiliar vs. extrafamiliar). Estabeleceram-se também categorias de ofensas sexuais com a mesma representatividade numérica com o intuito de distinguir os diferentes tipos de ofensores sexuais.

A amostra foi constituída por 228 reclusos do sexo masculino, com média de idades de 39,48 anos (DP=13,06), em percentagens relativamente próximas entre indivíduos primários e reincidentes, dos quais 40,4% cometeram um crime sexual, 27,2% cometeram outro tipo de crime e 32,5% cometeram um crime sexual e outro tipo de crime.

Uma vez que o IPEPC não estava ainda validado para a população portuguesa, a sua utilização foi sujeita a um procedimento de análise de homogeneidade interna dos seus itens e a uma análise fatorial confirmatória, com o intuito de testar o modelo proposto por Walters (1995a, 1996). Foi igualmente efetuada a exploração do potencial do instrumento, enquanto bom utensílio de intervenção terapêutica, na perspetiva de debater crenças e pensamentos irracionais a partir das respostas dos sujeitos. Foram também realizadas análises correlacionais e de variância para contrastar os vários grupos de ofensores, de acordo com as hipóteses colocadas e testar a validade concorrente das provas psicométricas utilizadas. A recolha dos dados ocorreu entre abril de 2006 e junho de 2007, em 206 indivíduos. Os

restantes tiveram dificuldades de compreensão devido à sua baixa escolaridade. A distribuição fatorial dos componentes principais com rotação varimax dos itens permitiu encontrar três estilos de pensamento criminal com boa consistência interna ($\alpha > .730$). A análise fatorial efetuada foi ao encontro dos resultados obtidos por Egan et al. (2000) e de Palmer e Hollin (2004). O valor *Alfa de Cronbach* do total do IPEPC foi de .86. As escalas de validade propostas por Walters (1995; 2001b) demonstraram diminutas propriedades psicométricas, ou seja, os resultados obtidos revelaram que existia fraca consistência interna nos itens. Os resultados da análise fatorial revelaram que o instrumento mede o que se propõe medir, de forma bastante uniforme. ^[108]

2.1.4 O pensamento criminal como preditor do comportamento criminal

A investigação sobre a delinquência juvenil e a prática forense tem permitido perceber que o comportamento delincente é fruto da interligação entre múltiplos fatores, não existindo, portanto, causas únicas que conduzam ao comportamento criminal. As atitudes pró-criminais têm, no entanto, sido consideradas um forte preditor do comportamento delincente futuro (Zhang et al., 1997), ^[128] assim como as crenças de apoio à violência, em adolescentes delinquentes, predizem o comportamento agressivo (Slaby & Guerra, 1988). ^[46]

Gendreau et al. (1996) avaliaram a contribuição das atitudes antissociais para o comportamento criminal, através da realização de uma meta-análise de 131 estudos de avaliação de risco, publicados entre janeiro de 1970 e junho de 1994. De acordo com os autores, as necessidades criminógenas, que incluem as atitudes antissociais, foram o preditor mais útil de reincidência. ^[41]

Esses preditores incluem: crenças e atitudes mal-adaptativas que apoiam um estilo de vida criminal (Kroner, Mills & Morgan, 2007; Morgan, Fisher, Duan, Mandracchia &

Murray, 2010) e baixa capacidade de resolução de problemas sociais (D’Zurilla, Nezu & Maydeu-Olivares, 2002; McMurrin, Egan, Richardson & Ahmadim, 1999). O pensamento pró-criminal surgiu como o mais forte preditor. ^[141].

As referências a este constructo “atitude criminal” não são consensuais e vários são os exemplos de terminologias utilizadas, como *atitudes antissociais* (Kroner & Mills, 1998), *estilos de pensamento criminal* (Walters, 2012), *cognição social* (Blackburn, 1993), *atitude procriminal* (Andrews & Bonta, 1995) ^[111] ^[73] e *distorções cognitivas* (Barriga et al., 2000). ^[111]

Em contextos teóricos, práticos e de investigação podem ainda surgir termos como *raciocínio prático*, *juízo prático*, *inteligência prática*, *inteligência social*, *tomada de decisão*, *cognições*, *competências cognitivas*, *processos cognitivos*, *percepção*, *resolução de problemas e crenças mal-adaptativas*, os quais mais não são que aptidões cognitivas. ^[136]

O conceito de *distorções cognitivas ligadas ao crime* surge com Abel e colaboradores nos anos 80, quando o aplicaram aos abusadores sexuais, e definiram como processo interno que inclui justificações, percepções e juízos utilizados pelos ofensores para racionalizar o comportamento sexual ofensivo para com as crianças. As *distorções cognitivas* são o produto do conflito entre os reforços externos, ausência da ação legal e atitudes negativas de terceiros. ^[1]

O termo *distorções cognitivas* refere-se a crenças desajustadas e atitudes, bem como estilos de pensamento problemáticos, como *desculpabilização*, *culpabilização* e *racionalização* (Ward, *in press*). ^[35]

Embora existam várias definições de *distorções cognitivas*, a noção geral é que estas justificam (negação da própria contribuição para a situação ou minimização das consequências) um ato criminoso e ajudam a proteger o delinvente da culpa ou de um autoconceito negativo, facilitando o comportamento transgressor. ^[6] ^[7] As desculpas servem a manutenção da autoestima e evitam o efeito negativo do comportamento não aceite,

através da transferência da responsabilidade para fatores externos ou pessoalmente menos relevantes (Snyder & Higgins, 1988). As distorções cognitivas ajudam a reduzir a dissonância cognitiva que surge quando o comportamento negativo ou criminal está em conflito com os padrões morais de um indivíduo. Os processos cognitivos globais são considerados, hipoteticamente, semelhantes para ambos os tipos de agressores, sexuais e não sexuais. ^[137]

Este processo de desculpabilização em acontecimentos negativos pode ser saudável e benéfico (Dodge, 1993; Seligman, 1991). ^[75] Este é um mecanismo altamente adaptativo para lidar com o *stress*, aliviar a ansiedade, manter a autoestima e evitar sentimentos de vergonha (Braithwaite & Braithwaite, 2003a). ^[69] A desculpabilização pelos erros cometidos no passado aumenta a sensação de controlo sobre os desafios futuros da mesma natureza (Snyder, Higgins & Stucky, 1983; Wortman, 1976). ^[75]

Contudo, diversos estudos têm demonstrado que as distorções cognitivas são um fator importante na génese da delinquência juvenil e na sua manutenção (Gibbs, 1989; Sykes e Matza, 1957). ^[1]

O conceito de distorções cognitivas é retirado da literatura cognitivo-comportamental. Yochelson e Samenow (1977), com os seus trabalhos na descrição dos erros de pensamento, propõem uma série de padrões duradouros de pensamento distorcido em indivíduos com comportamento delinvente que tendem a ser alargados a todos os aspetos da vida do indivíduo, não se limitando ao fenómeno da agressão sexual. ^[84]

Na perspetiva cognitivo-comportamental, também a raiva e o comportamento agressivo são consequência de erros de pensamento específicos (Beck, 1999, Ellis, 1994; Novaco, 2007). ^[22] Walters (1990) considerou a raiva uma das quatro *motivações secundárias* para o comportamento criminal que, funcionando em rede com a *motivação primária - Medo* - validam os seus comportamentos delitivos específicos. ^[95] A raiva é uma emoção que, de um modo geral, as pessoas experienciam com alguma frequência, mas a sua

cronicidade e formas mal-adaptativas de expressar a raiva surgem associadas a um leque de correlações adversas, das quais se destacam, entre outras, a depressão e ansiedade, redução do apoio social, stresse ocupacional e a agressão (Dahlen & Martin 2005; Deffenbacher, 1992; Helmers et al 1994; Sirois & Burg, 2003). As teorias cognitivo-comportamentais (Beck, 1999; Deffenbacher, 1996; Dryden, 1990; Ellis, 1977; Novaco, 1979, 1994) realçam o papel do processamento de informação enviesado entre indivíduos com problemas de raiva. ^[71]

Vários modelos sociocognitivos, com origem na aprendizagem social de Bandura (1973) e nos modelos de resolução de problemas (d'Zurilla & Goldfried, 1971) e da atribuição causal (Kelley, 1972), abordaram os processos cognitivos associados à raiva. Dodge (1980) desenvolveu o modelo de processamento da aprendizagem social, composta por cinco etapas de processos cognitivos sequenciais: a codificação dos estímulos sociais, interpretação dos estímulos, seleção de respostas, tomada de decisão e ação. A perturbação de qualquer um destes processos pode conduzir à raiva e ao comportamento agressivo. ^[99]

Novaco e Welsh (1989) sugerem que a rotulagem de um estado emocional é uma função do sistema preexistente de crenças e conhecimentos do indivíduo. Identificaram cinco enviesamentos de processamento de informações em indivíduos com propensão à raiva, relacionados com a codificação de estímulos externos e internos e interpretação e representação cognitiva dos mesmos. ^[44] Kendall (1991) distinguiu deficiências cognitivas de distorções cognitivas, argumentando que as primeiras se referem ao défice de pensamento e requerem intervenções que enriquecem o repertório de aptidões cognitivas e comportamentais, enquanto as distorções se referem a erros de processamento da informação social e necessitam de intervenções que visam a modificação de padrões cognitivos e comportamentais já existentes. ^[99] Ellis (1974) argumentou que o comportamento mal-adaptativo decorre de crenças irracionais, que descreveu como dogmaticamente realizadas, infundadas e absolutistas, e que criam uma sensação de catástrofe. ^[67] Crick e Dodge (1994)

apontam vários padrões que podem ajudar a ilustrar a maneira pela qual as emoções e cognição estão inter-relacionadas. Por exemplo, quando uma pessoa interpreta a intenção de outra como hostil pode conduzir a sentimentos de medo ou raiva. A raiva sentida contra um sujeito que esteja a ser provocador também pode funcionar como impulso para uma retaliação. [28]

Gibbs e Potter (1993) discutiram estas distorções cognitivas em termos teóricos e ecléticos e descreveram-nas em distorções *primárias* e *secundárias*. [6] [61] As distorções cognitivas primárias consistem em atitudes, pensamentos e crenças egocêntricas, que se manifestam como uma crença nos próprios pontos de vista, necessidades e expectativas, ignorando as opiniões dos outros. As distorções cognitivas secundárias, que suportam as distorções primárias, são caracterizadas como racionalizações pré ou pós-transgressão que “neutralizam” a consciência ou culpa e, assim, evitam danos na autoimagem após o comportamento antissocial (Bandura, 1991; Redl e Wineman, 1957, p. 146). [6] [101] Estas reduzem as tensões resultantes das distorções primárias Gibbs (1991). [6]

Wallinius et al. (2011) realizaram um estudo com adolescentes e adultos suecos detidos, no qual os adultos e adolescentes reclusos mostraram mais distorções cognitivas. Quando os adultos e adolescentes foram comparados, estes últimos revelaram mais distorções cognitivas. Os resultados reforçam os dados existentes de outras investigações sobre as distorções cognitivas relacionadas com o comportamento antissocial que, em linha com as teorias de Sykes e Matza (1957) e as investigações clínicas realizadas por Yochelson e Samenow (1976), revelam um padrão distinto de pensamento que diferencia os delinquentes dos não delinquentes. [111]

Ragatz et al. (2011) realizaram um estudo com o objetivo de analisar as características psicológicas atuais (pensamento criminal, estilo de agressão e psicopatia) e a história do comportamento criminal de indivíduos que, retrospectivamente relataram ter sido agentes de *bullying*, agentes-vítimas de *bullying*, vítimas ou não ter estado envolvido em

situações desse género (estes integraram o grupo de controlo, nem vítimas, nem agentes de *bullying*) durante os últimos dois anos do ensino médio. A amostra foi constituída por 1524 sujeitos de ambos os sexos, com idade média a rondar os 19, 5 anos, dos quais 480 integraram o grupo experimental. O resultado da aplicação do PICTS (Walters, 1995a) para a medição do comportamento criminal mostrou que os rapazes apresentavam pontuações mais elevadas de pensamento criminal (*General Thinking Style – GTS*) comparativamente com as raparigas. Os agentes de *bullying* mostraram, em média, maiores índices de pensamento criminal que as vítimas e sujeitos do grupo de controlo, combinados. Da mesma forma, aqueles que foram agentes e vítimas de *bullying*, em simultâneo, apresentaram, em média, mais pensamento criminal em comparação com as vítimas e o grupo de controlo, também combinados. Além disso, os agentes-vítimas de *bullying* revelaram igualmente pontuações mais elevadas de pensamento criminal, maior índice de agressividade reativa e psicopatia secundária quando comparados com os sujeitos do grupo de agentes de *bullying*. Neste estudo, estes dois grupos obtiveram valores mais elevados de agressividade pró-ativa em comparação com os grupos de vítimas e o de controlo. ^[89]

McCoy et al. (2006) investigaram a relação entre estilos de pensamento criminal e comportamento ilegal autorrelatado numa amostra de 393 estudantes universitários, constituída por 177 rapazes (19.31 anos) e 216 raparigas (19.17 anos), 95% dos quais caucasianos. Os delinquentes mais violentos apresentaram maior nível de pensamento criminal em comparação com os infratores menos violentos. Os participantes foram divididos por sexo e classificados em quatro grupos em função do tipo de comportamento: crimes relacionados com drogas, crimes contra a propriedade, crimes violentos contra pessoas e delitos de *control-status*. Estes envolvem condutas que não seriam crime se fossem cometidas por um adulto (em geral menores de 18 anos), como a evasão escolar, violação do recolher obrigatório numa cidade ou município, posse e consumo de álcool por menores, posse e uso de tabaco por menor de idade, entre outros. Os elementos do sexo masculino que

integravam o grupo com crimes violentos contra pessoas pontuaram significativamente mais alto em todas as oito escalas do PICTS do que os jovens masculinos do grupo de delitos de *control-status*, indicando um nível mais elevado de padrões de pensamento distorcidos usados para justificar o comportamento criminal comparativamente com a amostra que integrou os crimes menos graves. As raparigas que integraram os grupos com crimes contra a propriedade e crimes violentos contra pessoas, por sua vez, revelaram estilos de pensamento criminal semelhante à amostra do sexo masculino e à que havia sido obtida por Walter, Elliott e Miscoll (1998) na investigação de validação de *PICTS* com reclusas do sexo feminino. Aqueles dois grupos de elementos femininos pontuaram também significativamente mais alto do que os outros dois na maioria das escalas que constituem o instrumento. [78]

Um estudo realizado por Mandell (2006) procurou perceber o ajustamento ao contexto prisional durante um período de 12 meses. Para o efeito utilizou uma versão reduzida (*PCL:SV*) da Hare Psychopathy Checklist-Revised (*PCL-R*) e o *PICTS*, instrumentos que têm demonstrado eficácia na predição do comportamento disciplinar na prisão. A *PCL:SV* é um instrumento de avaliação de risco; escala *Reactive (R)*, do *PICTS*, reflete a atividade cognitiva que ocorre em resposta ao *stress* ambiental e está correlacionada com a atribuição de hostilidade (Walters, et al., 2005). Participaram nesta investigação 146 reclusos do sexo masculino institucionalizados, entre agosto de 2003 e março de 2004, numa prisão federal de segurança média, localizada na Pensilvânia. A idade daqueles variou entre os 18 e os 65 anos (34,3). Ao longo dos 12 meses de acompanhamento foram registados 109 ocorrências disciplinares da responsabilidade de 35% dos reclusos, 83,5% dos quais sem indícios de violência, o que significou que mais do que um recluso em cada três teve um incidente daquela ordem. Neste estudo, 94% dos reclusos não tiveram qualquer incidente grave (violento/agressivo) e uma pequena porção de reclusos (5,5%) foram responsáveis por quase metade de todos os incidentes registados. A idade revelou-se a

única variável significativamente associada aos relatórios de incidentes agressivos, sendo que os reclusos mais jovens tiveram relatórios de incidentes significativamente mais agressivos quando comparados com os presos mais velhos. Relativamente aos resultados da aplicação dos instrumentos, ambas as escalas *Reactive* e *Proactive* do *PICTS* mostraram-se significativamente correlacionadas com relatórios de incidentes. Pela primeira vez numa investigação a escala *P* correlacionou-se significativamente com incidentes disciplinares agressivos, o que implica que estes possam ter sido planeados contra outros reclusos ou contra os próprios, com o objetivo de obter um determinado resultado em benefício próprio.

[64]

Palmer e Hollin (2003) realizaram uma investigação na população prisional Inglesa, usando o *PICTS*. Para o efeito utilizaram uma amostra constituída por 255 delinquentes do sexo masculino, de seis estabelecimentos prisionais de Inglaterra, com média de idade de 30,38 anos. Os dados do reteste foram obtidos do preenchimento do instrumento efetuado por 102 indivíduos que estavam a cumprir penas de 6 a 12 meses e tinham uma idade média de 23,96 anos. Para estudar a validade do inventário, as escalas foram correlacionadas com duas variáveis de antecedentes criminais: idade do primeiro delito e número de condenações anteriores. A idade da primeira infração correlacionou-se negativamente com cinco das escalas (*Mollification*, *Cutoff*, *Superoptimism*, *Cognitive indolence* e *Discontinuity*), sugerindo que o início precoce da atividade delituosa está relacionado com mais atitudes criminais na atualidade. O número de condenações anteriores correlacionou-se positivamente com três das escalas (*Confusion*, *Cutoff* e *Discontinuity*), sugerindo uma relação direta entre a quantidade de condenações anteriores e as atitudes criminais atuais. As correlações das escalas do *PICTS* com antecedentes criminais revelaram uma série de relações significativas. Os delinquentes que iniciaram a prática de crimes em idade precoce eram mais propensos a ter atitudes criminais profundamente enraizadas, assim como delinquentes que tinham histórico criminal mais abrangente. Estes resultados estão em linha

com os trabalhos desenvolvidos por Walters (1995a) no seu estudo original. A relação da cotação do PICTS com os níveis de segurança definidos pelo LSI-R foi utilizada como um indicador de validade. A maioria das escalas do PICTS diferenciaram claramente os três níveis de segurança, indicando que os delinquentes que têm um maior nível de risco e necessidades criminógenas têm mais atitudes criminais do que aqueles que estão num nível de risco mais baixo. Por isso, as escalas PICTS revelaram-se uma medida confiável de atitudes criminais, pelo que o instrumento foi recomendado para uso nas prisões inglesas. ^[86]

Uma investigação desenvolvida por Rode (2014) envolveu 114 jovens com idades entre os 12 e os 17 anos - 65 rapazes (14.87) e 49 raparigas (15.35) - que foram encaminhados, por ordem do tribunal, para Centros Familiares de diagnóstico e consulta para receber um parecer psicológico sobre o grau de desmotivação do menor e determinar uma medida de apoio parental. O estudo contou com a presença dos responsáveis pelos jovens. Um critério para a inclusão foi o cometimento de um facto qualificado como crime. Entre outros instrumentos de medida foi utilizado o PICTS. A análise dos resultados permitiu obter os seguintes dados:

- ✚ A atitude superprotetora da mãe ($\beta = 0,43$) é responsável pelo estilo de pensamento criminal *Mollification*. A concentração excessiva da mãe sobre a criança limita a sua liberdade e autonomia e o desenvolvimento da individualidade. A criança adquire um sentimento de irresponsabilidade e não assume as consequências do seu comportamento, devido à ação da mãe que acredita que a criança é impotente e indefesa.
- ✚ O estilo de pensamento *Sentimentality* é reforçado pela atitude de rejeição das mães ($\beta = 0,75$). Consequentemente, os menores criam estratégias cognitivas defensivas contra o “eu”. Desenvolvem uma representação cognitiva da realidade numa perspetiva de aceitação social cognitiva, ao mesmo tempo que violam as regras e normas.

- ✚ Dois fatores de risco *Cutoff*: a atitude de rejeição ($\beta = 0,39$) adotada pelas mães e a atitude exigente ($\beta = 0,33$). O modelo explica 38% da variabilidade da variável ($R^2 = 0,39$). Este estilo de pensamento é ativado quando as crianças estão a ser educadas num ambiente familiar caracterizado por uma atitude negativa e hostil dos progenitores, que exercem um forte controlo e rigor sobre o seu comportamento e recorrem à punição (Borecka-Biernat, 2001).¹⁹⁴¹
- ✚ A atitude de rejeição das mães ($\beta = -0,57$) e o sistema de valores preferido destas ($\beta = 0,52$) são os mais fortes preditores do desenvolvimento de um estilo de pensamento *Entitlement*. Mães que rejeitam as suas responsabilidades emocionais e comportamentais, cujo foco é elas próprias, estimulam o risco deste estilo de pensamento.
- ✚ O melhor preditor de *Superoptimism* é a atitude parental inconsistente ($\beta = 0,39$). Este estilo está negativamente correlacionado com um sentimento de controlo em caso de violação de regras ($\beta = -0,24$). A criança não é capaz de desenvolver um vínculo profundo e seguro com a mãe. Os sentimentos e comportamentos voláteis para com a criança levam-na a criar uma imagem instável do mundo.
- ✚ O *locus* de controlo ($\beta = -0,55$) tem um papel importante no estilo de pensamento *Discontinuity*, que determina as expectativas generalizadas das relações causais entre o próprio comportamento e suas consequências. Hersch e Scheibe (1967) consideram que o locus de controlo está em grande parte relacionada com autoestima global, o que significa que a descontinuidade da ação aumenta com a diminuição da autoestima ($\beta = -0,45$).
- ✚ O *locus* de controlo externo ($\beta = -0,55$) é mais forte preditor de *Cognitive Indolence*. O segundo fator de risco dessa distorção cognitiva é a atitude protetora adotada pela mãe ($\beta = 0,44$).

- ✚ O mais forte preditor para *Power Orientation* é a empatia – colocação na posição de terceiros ($\beta = -0,69$), seguindo-se a autoestima global ($\beta = -0,33$) e atitude parental exigente ($\beta = 0,29$). Pode afirmar-se que o risco de desenvolver este estilo de pensamento é tanto maior quanto menor for a capacidade da criança em reconhecer e compreender espontaneamente as suas próprias emoções e as emoções de terceiros.

Uma conclusão importante a retirar desta investigação é que as práticas educativas que contribuem para o desenvolvimento de problemas comportamentais e emocionais da criança são, em grande parte, o resultado da vivência de situações difíceis e *stresse* da vida quotidiana. ^[94] Esta conclusão é consistente com os argumentos apresentados por Walters (1990), relativamente ao desenvolvimento dos estilos de pensamento criminal.

Walters & Knight (2010) concretizaram uma investigação para determinar a contribuição da sintomatologia de perturbação do comportamento durante a infância para o diagnóstico de perturbação da personalidade antissocial em adulto. A amostra foi composta por 327 reclusos de estabelecimento prisional federal de média segurança do nordeste dos Estados Unidos, com idades entre os 20 e os 71 (36,26). A hipótese colocada foi que os participantes com sintomatologia de perturbação do comportamento durante a infância apresentariam maiores índices de atitudes antissociais/criminais do que os participantes que apenas preenchiam o critério de adulto antissocial, e estes maiores pontuações que os não-antissociais. A análise dos dados permitiu concluir que os adultos antissociais com dois ou mais sintomas de perturbação do comportamento antes dos 15 anos de idade mostraram maiores níveis de pensamento criminal e dificuldades de ajustamento comportamental. A idade da primeira condenação discriminou com sucesso os participantes com perturbação da personalidade antissocial e comportamento antissocial em adulto, mas não o conseguiu para os dois restantes critérios. Estes dados permitem reforçar o potencial desta variável na predição do comportamento criminal futuro e do comportamento disciplinar, em contexto

prisional. No entanto, é necessário que a investigação se debruce sobre a relação da transição das perturbações do comportamento para a personalidade antissocial, sabendo que as crianças e adolescentes com esta sintomatologia apresentam menor empatia (Eisenberg, 2000).^[113]

Os diversos estudos aqui mencionados demonstram que a cognição está ligada ao comportamento. Walters (1990) defendeu que o comportamento criminal é a consequência de três fatores (Condições, Escolhas e Cognições), sendo o comportamento passível de mudança. A terapia cognitivo-comportamental (TCC) está entre as intervenções de reabilitação mais promissoras para os criminosos e as avaliações da eficácia comparativa das diferentes abordagens de tratamento de delinquentes têm-no demonstrado (Andrews et al., 1990; Lipsey & Wilson, 1998). A base teórica deste tipo de intervenções visa explicitamente o “*pensamento criminal*” como um fator que contribui para o comportamento desviante (Beck, 1999; Walters, 1990; Yochelson & Samenow, 1976) e os estudos de meta-análise têm revelado que, em média, existem efeitos positivos significativos ao nível da diminuição da reincidência.^[61]

2.1.5 A intervenção ao nível do Pensamento Criminal

Andrews, Bonta & Hoge (1990) apresentaram um modelo para um tratamento eficaz na redução da reincidência criminal, assente em três princípios fundamentais: risco, necessidades e responsividade.^[2] O risco de reincidência é basilar nesta teoria, pelo que a avaliação de risco tem como objetivo diferenciar com confiança os indivíduos com baixo risco de reincidência dos indivíduos com alto risco de reincidência, possibilitando desta forma a individualização do tratamento.^[20]

As atitudes pró-criminais são consideradas um importante fator de risco/necessidade e, conjuntamente com a história de comportamento criminal, padrão de personalidade

antissocial e a associação a pares antissociais constituem os quatro grandes fatores de risco, preditores do comportamento criminal futuro - “*Big Four*”.^[4] Aquelas fundamentam todas as outras necessidades criminógenas^[2], ou seja, subjacente a qualquer necessidade criminógena existe uma atitude de apoio (por exemplo, “*Eu preciso da droga para lidar com os meus problemas*”).^[12]

Andrews e Bonta (2010) propuseram uma classificação das atitudes pró-criminais para estruturar o constructo, constituída por três classes: 1) *Técnicas de Neutralização* resultantes da necessidade de justificar o comportamento criminal que contrasta com as normas sociais, morais e legais e constituem um fator de manutenção da delinquência; 2) *identificação com pares criminais*, que destaca a admiração e imitação de modelos criminais, bem como a importância das relações sociais e pessoais em subculturas criminais; 3) *Rejeição das convenções* que compreende atitudes que enfatizam a oposição ao sistema jurídico e seus agentes, como a polícia e os tribunais.^[2] Estas atitudes de desvalorização das convenções sociais e juridicamente instituídas glorificam o comportamento socialmente antagónico e ilegal e promovem uma identidade criminal não convencional, rebelde, interessante, ou até mesmo heroico.^[5]

A investigação ao nível das atitudes pró-criminais tem demonstrado, repetidamente, que existe uma relação significativa com o comportamento criminal entre os criminosos adultos (Andrews, Wormith & Kiessling, 1985; Bonta, 1990; Simourd, 1997; Simourd & Olver, 2002; Simourd & Van de Van, 1999; Walters, 1996) e jovens delinquentes (Shields & Ball, 1990; Shields & Whitehall, 1994).^[2] Com efeito, o pensamento pró-criminal surgiu como o mais forte preditor de comportamento delinvente^[41] e enquanto possível mediador potencialmente importante na compreensão, predição e tratamento do comportamento antissocial.^[61]

Martinson, que em 1974 havia argumentado que “*Nothing Works*” no tratamento de delinquentes, reconheceu mais tarde que a sua avaliação a este respeito era incorreta. Primeiramente reafirmou as virtudes da supervisão em contexto comunitário como um método de reabilitação (Martinson & Wilks 1977) e, dois anos depois, declarou que, sob certas condições, os esforços de reabilitação apresentam alguns resultados de sucesso. ^[40]

Um dos pressupostos fundamentais da abordagem do pensamento criminal é que a mudança no pensamento criminal precede uma mudança no comportamento criminal - 10º postulado da teoria dos estilos de vida criminal. ^{[116] [128]} Para esse efeito é necessário que sejam cumpridas três condições: **1.** intervenções cognitivamente orientadas devem ser capazes de reduzir o pensamento criminal; **2.** intervenções de base cognitiva devem ser capazes de reduzir o comportamento criminal e **3.** reduções no pensamento criminal sustentadas por intervenções de abordagem cognitiva devem mostrar ser a causa das reduções subsequentes no comportamento criminal. ^[128]

Uma esmagadora maioria das investigações sugere que programas de intervenção devidamente aplicados e dirigidos a indivíduos motivados e focados na aprendizagem de aptidões e atitudes apresentam resultados positivos na diminuição de novos crimes por sujeitos com histórico criminal. ^[116] Investigações realizadas neste âmbito têm demonstrado que o tratamento pode ser eficaz na redução das taxas de reincidência. ^[4] No entanto, as distorções cognitivas principais podem impedir a disponibilidade do indivíduo para o programa de tratamento, porque o delinvente acredita que é “dono e senhor” da verdade e, como tal, incapaz de perceber a necessidade de mudança pessoal. ^[6]

O estudo realizado por Blud et al. (2003), com um grupo de delinquentes que cumpriam penas privativas de liberdade, na Inglaterra e País de Gales, mostrou que os reclusos, após completarem um de dois programas credenciados de desenvolvimento de competências cognitivas, mostravam sinais de melhoria na aplicação do PICTS. Esta

descoberta indicou que as intervenções de base cognitiva são capazes de modificar o pensamento criminal. ^[128]

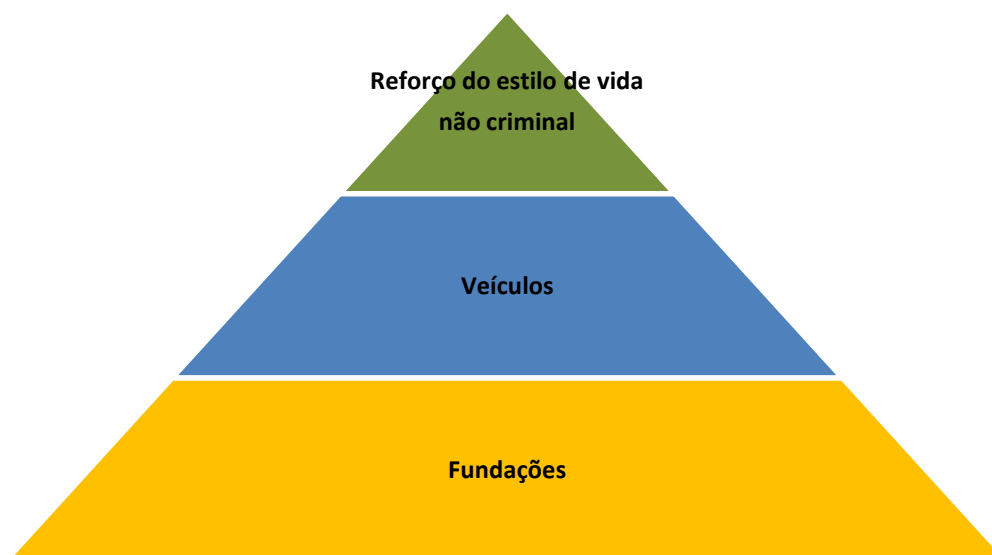
Tong e Farrington (2006) realizaram um estudo de meta-análise com o objetivo de avaliar a eficácia do programa “*Reasoning and Rehabilitation*” (Ross & Fabiano, 1985) em jovens delinquentes. Este programa procura, de cariz cognitivo, procura ensinar os delinquentes a pensar - ‘*how to think, not what to think*’. Para o efeito foram localizadas dezasseis avaliações, envolvendo 26 comparações separadas, nas quais foram analisados grupos experimentais e de controlo. Os resultados mostraram que, em geral, houve uma diminuição significativa de 14% na reincidência para os participantes do programa comparativamente com o grupo de controlo. A eficácia do programa foi demonstrada no Canadá, EUA e Reino Unido, tanto em contexto comunitário como institucionais, e para infratores de baixo e alto risco. ^[104] O programa de intervenção de Ross e Fabiano (1985), “*Thinking for a change*”, desenvolvido para melhorar as competências e reduzir a reincidência em delinquentes menores e jovens adultos (Antonowicz & Ross, 2005) assenta no pressuposto de que a redução no comportamento criminal está associada à intervenção. Programas de intervenção de carácter cognitivo-comportamental, como o “*Thinking for a change*”, aplicado em larga escala no Canadá (Bourgon & Armstrong, 2005), Inglaterra e País de Gales (Friendship et al., 2003) e Estados Unidos (Walters, 2005d) mostraram ter um impacto positivo sobre a reincidência em adultos, satisfazendo, assim, a segunda condição, ou seja, intervenções baseadas no pensamento criminal conduzem a reduções subsequentes no comportamento criminal. ^[128]

Berman (2004) testemunhou ganhos, a curto e longo prazo, num grupo de 372 reclusos sueco, do género masculino, que integraram um programa de desenvolvimento de competências cognitivas. Os ganhos de curto prazo incluíam um aumento nas atitudes convencionais face à lei, os tribunais e a polícia, e uma diminuição na tolerância e

identificação com o crime, numa avaliação efetuado com o CSS-M (*Criminal Sentiments Sacle - Modified; Simourd, 1997*), enquanto as mudanças a longo prazo consistiram na redução em 25% de novas condenações, relativamente ao grupo de controlo, num *follow-up* de três anos. A intervenção com base em mudanças no pensamento criminal prevê reduções subsequentes no comportamento criminoso - terceira condição. ^[128]

Walters propôs um modelo para trabalhar com indivíduos com um estilo de vida criminal, cujos quatro fatores que o constituem resultam dos oito estilos de pensamento criminal. Este modelo assenta em três degraus ou estadios de intervenção - *Fundações, Veículos e reforço do estilo de vida não criminal* - (Walters & White, in press). A intervenção é faseada no tempo e desenvolve-se uma perspetiva hierárquica, em que a progressão para níveis superiores ocorre após a consolidação da mudança em níveis inferiores. Se as fundações não estiverem bem consolidadas, o retrocesso no triângulo é tão provável quanto a progressão. ^[116]

Figura 1 - Modelo de Intervenção dos Estilos de Vida (Walters, 1990)



As *fundações* constituem, portanto, o nível mais baixo do modelo. A este nível, a intervenção centra-se no desenvolvimento de uma sensação de desprezo pelo estilo de vida criminal passado e presente, de forma a contrariar a sensação de gratificação imediata

possibilitada pelo crime e, em simultâneo, desenvolver uma estrutura que lhe permita resistir à tentação e oportunidades. Sem estas aptidões o indivíduo estará vulnerável às forças ambientais e mais exposto a uma eventual continuidade criminal. A progressão para o estágio seguinte deve ser precedida de uma negociação, na qual o sujeito é confrontado com as suas defesas, que acarretam sentimentos negativos assustadores para o próprio e potencialmente perigosos para os que se encontram ao seu redor - culpa, medo, ansiedade, etc. Os *veículos* são, no fundo, a essência ou substância da intervenção e devem ser ajustados às necessidades de cada sujeito (Quadro 7). A este nível estão reunidas as condições ideais para identificar e confrontar os padrões de pensamento criminal. É expectável que o sujeito abandone o sentimento de estatuto privilegiado que lhe permite adotar todo o tipo de comportamentos delinquentes. ^[116]

Quadro 7 - Veículos de confrontação dos Oito Estilos de Vida Criminal (Walters, 1990)

Padrão de Pensamento	Veículos
Auto-desculpabilização (<i>Mollification</i>)	Desafio Racional: desafiar as crenças irracionais que a vida deve ser justa e de que a injustiça no mundo justifica a própria irresponsabilidade.
Curto-circuito (<i>Cutoff</i>)	Gestão do <i>Stresse</i> : controlo da raiva (Novaco, 1975)
Permissividade (<i>Entitlement</i>)	Desafio Racional: desafiar a noção de que alguém tem o privilégio ou direito; identificação adequada e discriminação eficaz entre as necessidades de um e desejos
Controlo do meio (<i>Power Orientation</i>)	Desafiar a noção de que um objetivo significativo de vida é o controlo sobre os outros; um interesse renovado na autodisciplina e controlo; Prevenção de Respostas: evitar a impulsividade quando confrontados com sentimentos de inutilidade e desesperança
Sentimentalismo (<i>Sentimentality</i>)	Desafio Racional: desafiar a boa perceção o delinquente tem de si mesmo; avaliação objetiva dos danos para o próprio e para terceiros resultantes dos comportamentos ilegais
Superotimismo (<i>Superoptimism</i>)	Avaliação objetiva de como criminoso se colocou em posição de insucesso por mais que uma vez
Indolência cognitiva (<i>Cognitive Indolence</i>)	Resolução de problemas: ensinar o delinquente a estruturar melhor a sua experiência, definir metas e a trabalhar em prol de objetivos produtivos (<i>Critical Thinking Training</i> , Ross & Fabiano, 1985)
Inconsistência (<i>Discontinuity</i>)	Monitorização do próprio comportamento

O comportamento criminal é recompensado, razão pela qual alguns sujeitos o adotam, mascarando a sensação de “perdedor”. No final da intervenção, o delinquente deve ser capaz de perceber que tem potencial para fazer melhor, que não é afinal “um caso de insucesso”, e encontrar um sentido para um estilo de vida não-criminal. O reforço desse estilo de vida deverá advir das relações familiares, da satisfação por ter um trabalho legal ou da sensação de poder deslocar-se entre locais com liberdade, por não recear a presença da polícia. ^[116]

Um estudo foi realizado com 121 reclusos de uma prisão federal de segurança média, dos Estados Unidos. Estes foram seleccionados a partir de um grupo maior de 200 sujeitos do mesmo nível de segurança que completaram uma avaliação com o *PICTS*, antes de se inscreverem voluntariamente num programa psicoeducacional de grupo. Os 121 reclusos foram incluídos no programa *Lifestyle Issues* que decorreu durante 10 semanas em sessões semanais de 1h. O programa dirigia-se aos fatores que estão na base da iniciação (medo existencial, escolhas), transformação (pares criminais) e manutenção (distorção cognitiva, estigmatização) de um estilo de vida criminal. Os resultados indicaram uma diminuição acentuada na escala de pensamento criminal corrente (*CUR*) após a intervenção concebida para educar os reclusos sobre os estilos de vida criminais e uso drogas e proporcionar-lhes as aptidões necessárias para a promoção da mudança. A mudança significativa verificada pelos resultados das escalas do *PICTS* corroborou outras investigações que indicam que as intervenções para abuso de substâncias não precisam de ser prolongadas ou intensas para serem eficazes (Mattick & Jarvis, 1994) e validou o estudo de Walters et al. (2002) no qual se concluiu que o pensamento criminal parece responder positivamente a programas psicoeducacionais. ^[125]

Mandracchia e Morgan (2010a) realizaram uma investigação com 435 indivíduos do sexo masculino (idade média = 36,6 anos, SD=11,5) do Departamento de Justiça Criminal do Texas. O objetivo era alargar o conhecimento das relações entre as características do

agressor e os seus estilos de pensamento criminal. Foram identificadas várias características individuais importantes nos sujeitos delinquentes que não tinham sido previamente associadas ao pensamento criminal, nomeadamente que um estilo cognitivo problemático que perpetua o comportamento delituoso está significativamente associado com delinquentes de nível de educação relativamente elevado, sem tratamento ao nível da saúde mental, que permaneceram na prisão por mais tempo e cumpriram condenações mais longas. Os resultados reforçaram a necessidade de proporcionar intervenções cognitivo-comportamentais, projetadas para alterar cognições antissociais em delinquentes que sofreram longos períodos de encarceramento, sem serviços apropriados na área da saúde mental. Uma meta-análise efetuada por Andrews e Bonta (1990), com estudos que examinaram os programas de tratamento no âmbito do sistema penal e as taxas de reincidência correspondentes, revelou que estas estavam correlacionadas com diversos aspetos dos programas de reabilitação e dos delinquentes que neles participaram. ^[66]

Pearson et al. (2002) realizaram uma meta-análise de 69 estudos, abrangendo programas de cariz comportamental (a contratação de contingências, economia de fichas) e cognitivo-comportamental, e concluíram que estes mostraram maior eficácia na redução da reincidência do que os de abordagem comportamental, com uma redução média para os grupos tratados de cerca de 30%. Uma meta-análise mais circunscrita foi conduzida por Lipsey et al. (2001), na qual examinaram 14 estudos experimentais e quase-experimentais que enfatizaram mudança cognitiva como a condição que define a abordagem cognitivo-comportamental, considerando apenas os efeitos para amostras de infrações gerais. A medida utilizada foi a reincidência enquanto resultado do tratamento. Os resultados mostraram que os infratores que efetuaram tratamentos de cariz cognitivo-comportamental apresentavam probabilidades de reincidência de aproximadamente 55% relativamente aos infratores dos grupos de controlo. ^[57]

Posteriormente, Lipsey et al. (2005) concentraram ainda mais o seu estudo num conjunto atualizado e sobreposto de 14 investigações aleatórias, tendo concluído que a reincidência média para os grupos sujeitos a tratamento, nesses estudos, foi 27% menor do que a reincidência verificada para os grupos de controlo. ^[57]

Wilson et al. (2005) analisaram 20 estudos de programas cognitivo-comportamentais de aplicação em grupo para delinquentes e concluíram que esta abordagem era mais eficaz na redução do comportamento criminal. Estes programas mostraram reduções de reincidência de 20 a 30% relativamente ao grupo de controlo. ^[139]

As terapias cognitivo-comportamentais incluem uma grande variedade de intervenções clínicas e, ao nível dos serviços de saúde mental, as pesquisas têm igualmente demonstrado eficácia quer com jovens, quer com adultos (por exemplo, Berman, Miller & Massman, 1985; Dobson, 1989; Durlak, Fuhrman & Lampman, 1991). ^[139] No âmbito do sistema de justiça essa eficácia também se verifica, encontrando-se efeitos médios ligeiramente superior para os jovens delinquentes (Dowden & Andrews 2000, Illescas et al., 2001, Landenberger & Lipsey 2005, Léros & Schmucker 2005, Petrosino 1997). ^{[62] [57]} As cognições afetam os comportamentos e, portanto, as mudanças nas cognições conduzem a mudanças do comportamento (Dobson & Block, 1988). ^[139]

A meta-análise realizada por Izzo e Ross (1990), envolvendo 46 estudos anteriores sobre delinquência juvenil, mostrou que os programas contendo componentes cognitivas eram duas vezes mais eficazes do que aqueles que não tinham qualquer componente cognitiva na sua estrutura ($F=5.62$; $p<.01$). A idade dos jovens, de ambos os sexos, nos estudos analisados variou entre os 11 e os 18 anos ($M=13,2$). ^[52]

As terapias cognitivo-comportamentais utilizadas com populações prisionais têm sido concetualizadas como reestruturação cognitiva, aptidões de *coping* ou terapias de resolução de problemas (Mahoney & Arnkoff, 1978). As aptidões de *coping* focam-se na melhoria dos défices na capacidade de se adaptar a situações stressantes. Fabiano,

Porporino e Robinson (1991, p. 104) argumentaram que os infratores não possuem “*aptidões de resolução de problemas interpessoais, competências de raciocínio crítico e aptidões de planeamento*”. As terapias focadas na resolução de problemas encaram os comportamentos dos indivíduos como ineficazes e mal-adaptativos (Mahoney e Arnkoff, 1978). Este quadro é consistente com a observação de Henning e Frueh (1996) de que os programas cognitivo-comportamentais para delinquentes tendem a concentrar-se num ou noutra *défice cognitivo* ou *distorções cognitivas*, o que Kendall e Hollon (1979) designaram por “*Défices*” e “*Excessos*”.^[139]

O elemento comum dessas abordagens reside na ampla mudança humana, mas com uma ênfase clara nos resultados comportamentais demonstráveis, obtidos principalmente, através de mudanças na forma como um indivíduo percebe, reflete e, em geral, pensa sobre as suas condições de vida (Dobson & Khatri, 2000).^[139]

A inclusão de componentes de controlo da raiva e de resolução de problemas interpessoais aumenta os efeitos positivos sobre a reincidência em programas de cariz cognitivo-comportamental.^[61] A evidência para a eficácia de programas cognitivo-comportamentais é substancialmente mais forte e os efeitos destes iguais ou ligeiramente maiores do que os de educação, vocação e programas de trabalho.^[139]

Os vários programas, embora com nomes diferentes, têm estrutura e conteúdo comuns, ainda que a base teórica nuns enfatize os *défices cognitivos*, tais como a capacidade de resolução de problemas, e, noutros enfatize as *distorções cognitivas*. Os programas incentivam os infratores a tornarem-se mais conscientes dos processos de pensamento que sustentam as suas escolhas de início ou a manutenção das práticas delituosas, à semelhança do que sugere o modelo de intervenção proposto por Walters (1990).

A evidência sugere que ambas as abordagens - *défice de aptidões* ou *distorção cognitiva* - podem ser eficazes, o mesmo acontecendo com programas que se centram na

aprendizagem e raciocínio moral. ^[139] As abordagens são, de acordo com os investigadores, igualmente eficazes nas intervenções com jovens e com adultos. ^[43]

Capítulo II

MÉTODO

1. Objetivos do estudo.

Os jovens entre os 12 e os 16 anos que praticam factos qualificados pela lei penal como crime podem, nos termos da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro, 1ª alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro - LTE), vir a ser sujeitos a uma medida tutelar, por decisão do tribunal competente. O internamento em centro educativo (art.º 4º, al. i), LTE) é uma dessas medidas, denominada de institucional, e é considerada a mais gravosa de todas as medidas tutelares disponíveis, tendo em conta o grau de limitação na autonomia de decisão e condução da vida dos jovens.

Estudos experimentais têm demonstrado que o pensamento criminal é um fator importante na génese da delinquência juvenil e na sua manutenção, existindo um padrão distinto de pensamento que diferencia os delinquentes dos não delinquentes.

Nessa medida, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo geral analisar o pensamento criminal em jovens adolescentes, para perceber se existem diferenças entre jovens com práticas delinquentes – amostra forense - e jovens não delinquentes – amostra comunitária. Procurar-se-ão dados que permitam o desenvolvimento de programas de tratamento do comportamento delinvente em jovens internados em centro educativo com medida aplicada pelos tribunais com competência na matéria, e a formulação de propostas para futuras investigações.

A um nível mais específico foi estudada a relação entre os estilos de pensamento criminal e os processos cognitivos adaptativos e mal-adaptativos e, ainda, entre os estilos de pensamento criminal e a agressividade total e as suas dimensões - física, verbal, raiva e

hostilidade - nas amostras forense, comunitária e global. Adicionalmente tentar-se-á verificar o poder preditivo dos estilos de pensamento criminal sobre o comportamento agressivo nas mesmas amostras e o poder preditivo do pensamento criminal corrente e a história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo.

Face ao exposto, formulam-se seguintes hipóteses para este estudo (Quadro 8):

Quadro 8 - Hipóteses de Estudos

Hipóteses	H ₁	Os jovens que integram a amostra forense apresentam maior pensamento criminal que os jovens que integram amostra comunitária.
	H ₂	Os jovens do sexo masculino apresentam maior pensamento criminal que os jovens do sexo feminino, na amostra global.
	H ₃	Os estilos de pensamento criminal estão associados aos processos cognitivos subjacentes à raiva nas amostras global, comunitária e forense.
	H ₄	Os estilos de pensamento criminal estão associados ao comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense.
	H ₅	Os estilos de pensamento criminal são preditores do comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense.
	H ₆	O pensamento criminal corrente e a história do pensamento criminal são preditores do comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense.

2. Sujeitos

A amostra deste estudo é constituída por 139 jovens, 82 do sexo masculino (58.99%) e 57 do sexo feminino (41.01%), com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos de idade, distribuídos por dois grupos (Tabela 1): a amostra forense e a amostra comunitária. A diferença na distribuição do sexo masculino e feminino na amostra global ($n=139$) é estatisticamente significativa ($\chi^2= 20.471$; $p<.001$).

A amostra forense compreende 71 jovens internados em centro educativo, com medida tutelar aplicada, no âmbito da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro, 1ª alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro - LTE). O grupo comunitário é constituído por 68 estudantes de duas escolas do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Loures (Escola Secundária José Afonso, em Loures, e Escola EB 2,3 Maria Veleda, em Sto. António dos Cavaleiros), sem histórico de medidas tutelares aplicadas.

Tabela 1 - Amostra por grupo e sexo

	Comunitária		Forense		Total	
	<i>n</i> =68		<i>n</i> =71		<i>n</i> =139	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Masculino	27	39.7	55	77.5	82	58.99
Feminino	41	60.3	16	22.5	57	41.01

Tabela 2 - Amostra por idade e ano de escolaridade

	Comunitária		Forense		Total	
	<i>n</i> =68		<i>n</i> =71		<i>n</i> =139	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Idade	15.93	1.09	16.70	1,29	16.32	1.26
Ano de Escolaridade	9.53	0.83	7.06	2.04	8.27	2.00

Como pode constatar-se na Tabela 2, a média de idades do total da amostra é de 16.32 anos (*DP*=1.26), existindo uma diferença estatisticamente significativa ($t(137)=3.818$;

$p < .001$) entre os grupos ao nível da sua distribuição nesta variável, já que a amostra forense é constituída por jovens com média de idades superior (16.70 vs. 15.93 anos). Também se verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente à distribuição da amostra comunitária e forense, por anos de escolaridade ($t(137) = 9.242$; $p < .001$). Os jovens que integram a amostra forense apresentam significativamente menos anos de escolaridade que os jovens da amostra comunitária (7.06 vs. 9.53 anos de escolaridade).

Relativamente à nacionalidade dos sujeitos que integraram a amostra 133 (95,7%) têm nacionalidade portuguesa, 3 (2,2%) são guineenses e os restantes têm outra nacionalidade, sendo todos eles solteiros (100%).

3. Instrumentos

3.1 Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal - IPEPC

O **PICTS: 4.0** (Walters, 1995a) é um inventário de autorrelato, composto por 80 itens avaliados numa escala de Likert de 4 itens (*Concordo Totalmente, Concordo, Tenho dúvidas/Talvez, Discordo*, de 4, 3, 2 1 pontos, respetivamente), concebido para avaliar os 8 estilos de pensamento criminal que apoiam um estilo de vida criminal. É constituído por duas escalas de validade, Confusão (*Confusion scale - Cf-r*) e *Defensiveness scale (Df-r)*, oito escalas de estilo de pensamento – Auto-desculpabilização (*Mollification, Mo*), Curto-circuito (*Cutoff, Co*), Permissividade (*Entitlement, En*), Controlo do Meio (*Power Orientation, Po*), Sentimentalismo (*Sentimentality, Sn*), Superotimismo (*Superoptimism, So*), Indolência Cognitiva (*Cognitive Indolence, Ci*) e Inconsistência (*Discontinuity, Ds*) – e quatro escalas de fator (Evitamento de Problemas - *Problema Avoidance, PRB*; Hostilidade Interpessoal - *Interpersonal Hostility, HO*; Autoafirmação - *Self Assertion/Deception, AST* e Negação da Ofensa - *Denial of Ofensa, DNH*), duas escalas de conteúdo geral, Pensamento

Criminal Corrente (*Current Criminal Thinking, CUR*) e História do Pensamento Criminal (*Historical Criminal Thinking, HIS*), e uma escala especial – Escala de Medo de Mudança (*Fear of Change, FOC*).^[123]

Nos estudos efetuados, o instrumento revelou uma consistência interna moderada a alta, avaliada pelo *Alfa de Cronbach*. Os níveis mais elevados de consistência interna ($\alpha \geq .75$) foram registados nas escalas de estilo de pensamento curto-circuito (*Cutoff*, $\alpha = .78$ e $\alpha = .77$, para o sexo masculino e feminino, respetivamente), indolência Cognitiva (*Cognitive Indolence*, $\alpha = .76$ para o sexo masculino e $\alpha = .75$, para o sexo feminino) e Inconsistência (*Discontinuity*, $\alpha = .79$ para homens e mulheres)^[123] e em ambas as escalas de conteúdo ($\alpha = .88$ para ambos os sexos na subescala Pensamento Criminal Corrente (*Current Criminal Thinking*, $\alpha = .83$ para o sexo masculino e $\alpha = .82$ para o sexo feminino na subescala História do Pensamento Criminal - *Historical Criminal Thinking*).^[121] A estabilidade teste-reteste foi ainda mais forte ($r > .70$) após 2 semanas e apenas duas correlações foram inferiores a .50, após de 12 semanas – Auto-desculpabilização (*Mollification*) e Curto-Circuito (*Cutoff*). A consistência interna das escalas de pensamento e das escalas de conteúdo foi adequada.^[121]
[123]

Relativamente à escala **Medo de Mudança** (*Fear Of Change*), foi obtido um *Alfa de Cronbach* $\alpha = .79$ para toda a amostra de 200 indivíduos do sexo masculino e feminino, sugerindo que a mesma “*possui razoável consistência interna*”. Os resultados indicaram “*igualmente um elevado grau de estabilidade teste-reteste*” após 2 e 12 semanas ($r = 0,79$; $r = .76$, respetivamente).^[120]

A validade concorrente das escalas de pensamento e conteúdo foi igualmente examinada, pela sua correlação com outros indicadores de antecedentes criminais e pontuações obtidas em outros instrumentos, nomeadamente como o Fator 2 da *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R: Hare, 1991) e do *Lifestyle Criminal Screening Form* (LCSF)

(Walters, 1998; Walters, Branco, & Denney, 1991). As subescalas deste instrumento, em média, correlacionam-se de forma mais expressiva com o Fator 2 do PCL-R (relacionado com estilos de vida antissocial) do que com o Fator 1 (ligado às relações interpessoais e afetos). A validade concorrente foi ainda verificada por meio de uma análise fatorial de segunda ordem em que um fator geral da escala se correlacionou significativamente com neuroticismo, busca de sensações, e desagradabilidade (Egan, McMurrin, Richardson, e Blair, 2000).^[123]

A versão portuguesa do PICTS - **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal** (Walters, 1995; Versão Portuguesa: Vieira, 2011) é composta pelos mesmos 80 itens que integram o instrumento original, cotados de igual modo. Destes 80 itens, são cotados de forma inversa os itens 6, 10, 16, 20, 32, 58, 59, 72. O **IPEPC** (Vieira, 2011) é composto por 8 subescalas (Quadro 9).

Quadro 9 - Escalas do IPEPC (Vieira, 2011)

Escala	Designação da Subescala
Escala de Estilos de Pensamento Criminal	<i>Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)</i>
	<i>Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)</i>
	<i>Insight/Locus Controlo (ILC)</i>
Escalas de Conteúdo	<i>História Pensamento Criminal (HPC)</i>
	<i>Pensamento Criminal Corrente (PCC)</i>
Escala Especial Medo de Mudança	<i>Medo de Mudança</i>
Escala de Fatores	<i>Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso (LCEACG)</i>
	<i>Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica (BADVP)</i>

A escala *Atitudes/Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, uma vez que é composta por itens que revelam o uso de comportamentos delinquentes e/ou antissociais de forma regular no quotidiano, assumindo também a adoção de crenças de cariz antissocial. Quanto às *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)*, os itens que

compõem este estilo agrupam a noção das capacidades individuais e interpessoais do indivíduo, bem como o estilo de *coping* por ele adotado na sua rotina quotidiana. Já o *Insight/Locus de Controlo* refere-se à forma como atribui o controlo das suas ações e da sua vida. As Escalas de Conteúdo são semelhantes às propostas por Walters (*Current Criminal Thinking* – CUR - e *Historical Criminal Thinking* – HIS). A *História de Pensamento Criminal* concilia itens relacionados com pensamento criminal no passado e *Pensamento Criminal Corrente* relativo ao pensamento criminal atual. A Escala Especial *Medo de Mudança* avalia o receio da mudança por parte dos sujeitos, enquanto as escalas de fatores, por sua vez, avaliam a valorização pessoal excessiva e o controlo externo do comportamento (*Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso* – **LCEACG**) e fraca capacidade psicológica e de decisão (*Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica* - **BADVP**). Em termos globais, o valor médio total obtido pelos sujeitos na investigação de Vieira (2011) foi de 158,23 (DP= 25,37), em que o valor mínimo foi de 99 e o máximo de 262. O valor de *Alfa de Cronbach* do total do IPEPC é de .86. ^[108]

A distribuição fatorial obtida no trabalho de Vieira (2011) é concordante com os resultados obtidos por Egan et al. (2000) e de Palmer e Hollin (2004). No estudo realizado com 228 reclusos do sexo masculino, com média de idades de 39,48 anos (DP=13,06), a análise fatorial exploratória (análise dos componentes principais com rotação varimax dos itens), permitiu encontrar três estilos de pensamento criminal - *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais* (**ACTA**), *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping* (**CPIEC**) e *Insight/Locus Controlo* (**ILC**) - cuja consistência interna se cifrou acima de $\alpha > .730$. As subescalas de validade propostas por Walters (1995; 2001b) demonstraram baixa consistência interna, pelo que foram excluídas da versão portuguesa do instrumento. ^[108]

No que se refere à validade convergente, o Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal - **IPEPC** (Vieira, 2011) foi comparado com a *Psychopathy Checklist-*

Revised - PCL-R, tendo os resultados obtidos revelado a existência de uma associação estatisticamente significativa no sentido positivo entre o resultado total do IPEPC, o Fator 2 ($r=.444$; $p<.01$), o Total da PCL-R ($r=.439$; $p<.01$), faceta estilo de vida ($r=.243$; $p<.01$) e faceta antissocial ($r=.329$; $p<.01$) da **PCL-R**. Idênticos resultados foram obtidos para as escalas de estilos de pensamento, escalas de conteúdo e escalas de fatores. ^[108]

Relativamente à associação entre os vários resultados relativos ao IPEPC e ao *Lifestyle Criminal Screening Form* (LCSF-R), os resultados revelam a existência de uma forte associação quando se estudam os resultados de alguns dos componentes do Inventário Psicológico de Estilo de Pensamento Criminal (**IPEPC**), nomeadamente nos fatores, estilos de pensamento criminal e mesmo nas escalas de conteúdo. Verificamos que existe uma forte associação entre as dimensões do IPEPC e as dimensões do *Lifestyle Criminal Screening Form* (LCSF-R) que avaliam o comportamento, nomeadamente a irresponsabilidade, a autoindulgência, a violação das regras sociais e o total da *Lifestyle Criminal Screening Form* - LCSF-R. ^[108]

3.2 Angry Cognitions Scale – ACS

A **Angry Cognitions Scale** (ACS; Martin & Dahlen, 2007) é um instrumento de avaliação de autorrelato. Foi construído um conjunto inicial de 33 cenários curtos que refletiam uma variedade de situações realistas capazes de provocar raiva. Embora a maioria dos cenários retrate a raiva interpessoal, houve o cuidado de assegurar que o alvo provável da raiva iria variar (e.g. amigos / família, estranhos, trânsito). Cada cenário foi então acompanhado por sete respostas cognitivas, cada uma das quais com uma pontuação atribuível de 1 (“muito improvável”) a 5 (“muito provável”) refletindo a probabilidade de vir a experimentar uma determinada resposta numa situação similar. Das sete opções, cinco foram escritas para refletir cada um dos cinco enviesamentos cognitivos enfatizados através

de teorias cognitivas de raiva: Atribuição causal (*MC- misattributing causation*); sobregeneralização (*OV- overgeneralization*); rotulação (*IL- inflammatory labeling*); exigência absolutista (*DE- demandingness*) e, finalmente, catastrofização (*CE- catastrophic evaluation*). As duas opções restantes foram escritas para refletir um tipo de pensamento adaptativo / *Coping* adaptativo, descritos na literatura cognitiva sobre a raiva. [70]

Um estudo piloto foi realizado a fim de encurtar o instrumento e garantir a fiabilidade adequada do instrumento e adequada validação do mesmo, com uma amostra de conveniência constituída 362 estudantes recrutados a partir de cursos de graduação de psicologia na Universidade de Southern Mississippi (286 do sexo feminino, 76 do sexo masculino, com média de idade de 19 anos). Os participantes, após os procedimentos de consentimento informado, completaram os questionários em grupos de 40-100, em menos de 1 hora. A escala final é composta por 54 itens, distribuídos por 9 cenários, e tem seis subescalas de 9 itens. Os coeficientes *Alfa* para as subescalas ACS alcançaram valores aceitáveis (coeficientes α entre .72 e .93). As correlações item-total variaram entre .51 e .70 e um $\alpha=.79$ para a subescala correspondente a processos adaptativos. [70]

Os autores mostraram também que a **Angry Cognitions Scale** está associada à experiência e expressão de raiva, a consequências da raiva, pensamentos hostis e a respostas à provocação. [70] [72] Os resultados obtidos pelos autores, em 2007, foram testados num segundo estudo, numa amostra aleatória de 59 participante, no qual a **ACS** obteve um valor *Alfa* aceitável ($\alpha=.70$; Martin & Dahlen, 2011) estabilidade temporal teste-reteste, num intervalo de 6 semanas ($r=.60$).

Outra investigação foi realizada por Martin e Vieaux (2013), na qual viram reforçados os resultados das anteriores. Os coeficientes *Alfa* para as subescalas variaram entre .68 (*misattributing causation*) e .82 (*adaptive processes*) (Martin & Dahlen, 2007; Martin & Dahlen, 2011). [72]

A **Angry Cognitions Scale** (Martin & Dahlen, 2007; Versão portuguesa: Leal, Veloso, Costa, e Simões, não publicado) é composta pelos mesmos 54 itens e nove cenários, e para cada um deles o sujeito é instruído a imaginar a situação descrita em cada cenário que acabou de acontecer e a responder a 6 itens. A **ACS** (Martin and Dahlen, 2007; Versão portuguesa por Leal, Veloso, Costa, e Simões, não publicado) identificou apenas dois fatores - *Processos Mal-adaptativos* e *Processos Adaptativos*, com alfas de Cronbach de 0.93 e 0.77, respetivamente (Leal 2008). Dos 6 itens, 5 correspondem a processos mal-adaptativos e um corresponde ao fator processos adaptativos. Ao nível da pontuação, a escala de *Processos Mal-adaptativos* varia entre 45 e 225 e a segunda escala varia entre 9 e 45. ^[16]

3.3 Questionário de Agressividade – AQ

O **Aggression Questionnaire** (AQ; Buss & Perry, 1992) é uma escala de autoavaliação proposta por Buss & Perry (1992), constituída por 29 itens classificados com uma escala de Likert de 1 a 5, na qual 1 corresponde a “Nunca ou Quase nunca” e 5 corresponde a “Sempre ou quase sempre” (estando a escala invertida nos itens 15 e 24). ^[18]

Este instrumento permite efetuar uma avaliação da agressividade em 4 dimensões de 3 domínios - Agressão Física (*Domínio Instrumental*), Agressão Verbal (*Domínio Instrumental*), Raiva (*Domínio Emocional*) e Hostilidade - *Domínio Cognitivo* (Buss & Perry, 1992). Os autores não referem pontos de corte, assumindo-se que quanto mais elevada for a pontuação final maior é o nível de agressividade do sujeito. ^[107]

Esta escala obteve valores de consistência interna entre 0.72 e 0.85 para os quatro fatores referidos, e um valor de *Alfa de Cronbach* de 0.89 relativamente à totalidade da escala, o que resulta numa boa consistência interna da mesma. ^[18]

O **Aggression Questionnaire** (Buss & Perry, 1992; Versão Portuguesa: Vieira e Soeiro, 2002) foi traduzido e adaptado para Portugal e é composto pelos mesmos 29 itens

que avaliam a agressividade em quatro dimensões: Agressão Física (9 itens que representam o domínio *Instrumental* dos comportamentos que envolvem magoar ou infligir danos a alguém), Agressão Verbal (5 itens que, tal como a anterior, representam o domínio *Instrumental* dos comportamentos que envolvem magoar ou infligir danos a alguém), Raiva (7 itens que representam o domínio *Emocional* do comportamento que envolve a atividade fisiológica e a preparação para o comportamento agressivo) e Hostilidade (8 itens que representam o domínio *Cognitivo* do comportamento, constituído pelos pensamentos de maldade e injustiça).

Em Portugal, a escala foi utilizada pela primeira vez por Simões (1993) num estudo que pretendia avaliar a diferença entre os níveis de agressividade em indivíduos do sexo feminino e masculino, e obteve também bons indicadores ao nível da consistência interna da escala, com um valor de *Alfa de Cronbach* igual a 0.87 e os valores do mesmo coeficiente para os quatro fatores da escala entre 0.60 e 0.81. ^[98]

Num estudo de 2012, realizado por Cunha & Gonçalves (2012), em que foram analisadas a estrutura fatorial e as propriedades psicométricas de uma versão portuguesa do **AQ**, foram obtidos bons resultados ao nível da consistência interna da escala ($\alpha=0.88$), tendo sido também obtidos resultados razoáveis relativamente à mesma medida nos fatores Agressividade Física ($\alpha=0.76$), Raiva (*Alfa de Cronbach* 0.79) e Hostilidade ($\alpha=0.76$). ^[29]

Vieira e Soeiro (2002) mostraram um aumento dos níveis de agressividade associado ao consumo de substâncias estupefacientes, a idades mais jovens, ao estado civil solteiro e com escolaridade média, verificando-se ainda a existência de uma relação positiva e significativa entre a agressão física e o fator 2 da PCL-R (Hare, 1991), relativo ao comportamento antissocial. ^[107]

4. Procedimento

Em janeiro de 2015, após a aprovação do protocolo que subjaz ao presente estudo, foram efetuados os pedidos de autorização para a recolha de dados, através do recurso ao processo de aplicação de inquéritos, em 4 centros educativos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e em escolas da rede pública do ensino básico e secundário. Para esse efeito os mesmos foram dirigidos, respetivamente, ao Sr. Diretor Geral, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), e à Direção-Geral de Educação (DGE), ao abrigo do Despacho N.º15847/2007, publicado no DR 2ª série n.º 140 de 23 de julho, através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME), concebido especificamente para esse fim (<http://mime.gepe.min-edu.pt>).

Colhida a anuência destas entidades, coube submeter o projeto, incluindo os instrumentos de avaliação e modelos de consentimento, informado, livre e esclarecido, à apreciação, na pessoa do Sr. Presidente, da Comissão de Ética para a Saúde, do Centro Académico de Medicina de Lisboa (CHLN/FMUL/IMM).

Apenas após o parecer positivo desta entidade, e efetuadas as alterações propostas, nomeadamente, na reformulação do consentimento informado, livre e esclarecido dirigido aos jovens, de modo a que este tivesse uma redação com linguagem mais simples e na 2ª pessoa do singular.

Posteriormente, de modo a solicitar autorização dos Srs. Diretores de centro educativo e Srs. Diretores de agrupamento de escolas dirigiu-se um *e-mail* à Direção de Serviços de Justiça Juvenil, que reencaminhou para os centros escolhidos, e outro para cada um dos agrupamentos. Em ambos os *e-mails* foram anexados os instrumentos, e restantes materiais, a utilizar na recolha dos dados para cabal esclarecimento de todos os intervenientes.

Idêntico procedimento foi efetuado junto dos três aplicadores que colaboraram na tarefa de aplicação dos instrumentos de avaliação. Para uniformização dos procedimentos e critérios de aplicação padrão foi remetido um *e-mail* com os materiais de trabalho e a sequência e procedimentos de aplicação destes.

A recolha dos dados teve início em 17 de abril e decorreu até 21 de junho de 2015. Os instrumentos foram aplicados em contexto de sala de aula, nas escolas, e individualmente, nos centros educativos, sendo ambas as amostras de conveniência, na medida em que são constituídos pelos jovens que, voluntariamente, aceitaram dar o seu contributo para o estudo, após o consentimento informado, livre e esclarecido dos respetivos pais ou detentores da guarda de facto.

Participaram neste estudo 4 centros educativos de Porto, Lisboa e Oeiras. Dos Agrupamentos de Escolas contactados (Agrupamento de Escolas José Afonso, Agrupamento de Escolas João Villaret, Agrupamento de Escolas nº 1 Loures, Agrupamento de Escolas 4 de Outubro, em Loures, e Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira, em Carnide), apenas o Agrupamento de Escolas José Afonso respondeu e colaborou no presente trabalho.

Para proceder à análise estatística dos dados foi criada uma base, usando para o efeito o programa IBM SPSS (*IBM Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20.0, no qual se aplicaram as técnicas concordantes com os objetivos da presente investigação.

PARTE B

RESULTADOS

Capítulo I

1. Apresentação de Resultados

1.1 Comparações nos Estilos de Pensamento Criminal entre as amostras comunitária e forense

Com objetivo de analisar se existem diferenças no registo de Estilos de Pensamento Criminal medidos pelo **IPEPC** (Walters, 1995; Versão Portuguesa: Vieira, 2011) entre a amostra forense e a amostra comunitária utilizou-se o *teste t* para amostras independentes, tendo em conta a presença ou não de igualdade das variâncias nos grupos em comparação. Considerando as comparações múltiplas realizadas nas mesmas amostras, com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrerem erros do tipo-I, as comparações foram realizadas recorrendo à correção de Bonferroni para o valor de significância estatística.

Na tabela 3 estão representados, para cada uma das amostras comunitária e forense, as médias e desvios-padrão das subescalas que compõem o IPEPC, assim como os valores de *t* e de *p*.

Os dados (Tabela 3) permitem-nos apontar diferenças entre as amostras, comunitária e forense, na maioria das subescalas. Essa diferença é estatisticamente significativa, para as subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais* (**ACTA**; $t(137)= 11.009$; $p=.000$), *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping* (**CPIEC**; $t(137)= 2.854$; $p=.005$) *Insight/Locus Controlo* (**ILC**; $t(137)= 5.275$; $p=.001$), *História Pensamento Criminal* (**HPC**; $t(137)= 12.242$; $p=.000$) e *Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso* (**LCEACG**;

$t(137)= 10.121$; $p=.000$), com os jovens da amostra forense a registarem valores significativamente mais altos.

Tabela 3 - Teste-t nas duas amostras: comunitária e forense

	Comunitária		Forense		<i>t</i>	<i>P</i> *
	<i>n</i> =68		<i>n</i> =71			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
ACTA	43.3235	6.548	61.549	12.240	11.009	.000*
CPIEC	34.912	7.993	39.366	10.307	2.854	.005*
ILC	29.809	7.496	37.690	9.992	5.275	.001*
HPC	13.985	3.873	27.155	8.155	12.242	.000*
PCC	24.745	5.482	27.620	6.931	2.714	.008
MEDO MUDANÇA	17.529	4.961	17.563	5.115	0.400	.968
LCEACG	36.647	7.056	54.197	12.708	10.121	.000*
BADVP	24.309	6.717	27.747	8.507	2.637	.009

**p* de Bonferroni $\leq .006$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

Nas subescalas *Pensamento Criminal Corrente* (**PCC**; $t(137)=2.714$; $p=.008$), *Medo de Mudança* ($t(137) =0.400$; $p=.968$) e *Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica* (**BADVP**; $t(137) =2.637$; $p=.009$) a diferença não é significativa, mas os jovens da amostra forense apresentam valores igualmente mais elevados.

1.2 Comparações nos Estilos de Pensamento Criminal por sexo na amostra global

Idêntico procedimento, ao realizado no ponto anterior, foi efetuado para analisar as diferenças no registo de Estilos de Pensamento Criminal entre sexos. Na tabela 4 estão representados, para cada uma das amostras masculina e feminina, as médias e desvios-padrão das subescalas que compõem o IPEPC, assim como os valores de t e de p .

Os dados permitem-nos apontar diferenças entre rapazes e raparigas nas subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais* (**ACTA** $t(137) = 3,603$; $p = .00$), *História Pensamento Criminal* (**HPC** $t(137) = 4,374$; $p = .000$) e *Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso* (**LCEACG** $t(137) = 3,693$; $p < .000$), com os rapazes a registarem valores significativamente mais altos que as raparigas.

Tabela 4 - Teste-t por sexo

	Rapazes		Raparigas		t	p
	$n=82$		$n=57$			
	M	DP	M	DP		
ACTA	55.732	14.576	48.175	10.151	3.603	.000*
CPIEC	37.573	10.107	36.631	8.560	0.574	.567
ILC	35.110	10.287	32.000	8.466	1.881	.062
HPC	23.256	9.714	17.053	7.004	4.374	.000*
PCC	26.415	6.804	25.912	5.835	0.453	.651
MEDO MUDANÇA	17.012	4.842	18.316	5.217	-1.512	.133
LCEACG	48.829	14.508	40.983	10.538	3.693	.000*
BADVP	26.634	8.093	25.246	7.474	1.026	.307

* p de Bonferroni $\leq .006$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

1.3 Associações entre estilos de pensamento criminal e os processos cognitivos adaptativos e mal-adaptativos

Para estudar a relação entre os estilos de pensamento criminal, medidos pelo **IPEPC** e os processos cognitivos adaptativos, medidos pela **ACS** utilizou-se o *Coeficiente de Correlação de Pearson*.

1.3.1 Na amostra global

Na tabela 5 são apresentados os valores correspondentes às correlações efetuadas entre as oito subescalas do **IPEPC** e as duas subescalas da **ACS**. A sua análise permite-nos concluir que todas as subescalas do **IPEPC** se relacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com os processos cognitivos mal-adaptativos.

Tabela 5 - Correlações entre estilos de pensamento criminal do **IPEPC** e os processos cognitivos do **ACS** da amostra global (n=139)

	<i>Processos Mal-adaptativos</i>	<i>Processos Adaptativos</i>
ACTA	.355**	-.211*
CPIEC	.389**	-.247**
ILC	.358**	-.218**
HPC	.301**	-.199*
PCC	.362**	-.235**
MEDO MUDANÇA	.217*	-.165
LCEACG	.369**	-.246**
BADVP	.387**	-.202*

** $p \leq .01$

* $p \leq .05$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

A magnitude das correlações é tendencialmente moderada, oscilando entre .217 (apenas na subescala *Medo de Mudança*) e .389 ($r > .300$ nas restantes).

Inversamente, todas as subescalas do **IPEPC** apresentaram correlações negativas de baixa magnitude ($r < .300$) com os processos adaptativos. Apesar desta baixa magnitude, à exceção da subescala *Medo de Mudança*, todas estas correlações se mostraram estatisticamente significativas.

1.3.2 Na amostra comunitária

A análise da tabela 6, na qual são apresentados os valores correspondentes às correlações efetuadas entre as oito subescalas do **IPEPC** e as duas subescalas da **ACS**, permite-nos concluir que as subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)* e *Insight/Locus Controlo (ILC)*, *História do Pensamento Criminal (HPC)*, *Pensamento Criminal Corrente (PCC)* e as duas subescalas de fatores (*Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso - LCEACG* – e *Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica - BADVP*) do **IPEPC** se relacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com os processos mal-adaptativos. A magnitude desta relação é tendencialmente moderada, oscilando entre .266 e .423.

Inversamente, todas as subescalas apresentaram correlações negativas, de baixa magnitude ($r < .300$), com os processos adaptativos. As subescalas *História do Pensamento Criminal (HPC)* e *Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso (LCEACG)* correlacionam-se de forma estatisticamente significativa ($r = -.277$; $r = -.294$), apesar desta magnitude.

Tabela 6 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e os processos cognitivos do ACS na amostra Comunitária (n=68)

	<i>Processos Mal-adaptativos</i>	<i>Processos Adaptativos</i>
ACTA	.339**	-.218
CPIEC	.413**	-.152
ILC	.343**	-.156
HPC	.266*	-.277*
PCC	.381**	-.136
MEDO MUDANÇA	.139	-.130
LCEACG	.423**	-.294*
BADVP	.395**	-.108

$p^{**} < .001$

$p^{*} < .005$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

1.3.3 Na amostra forense

Na tabela 7 são apresentados os valores correspondentes às correlações efetuadas entre as oito subescalas do **IPEPC** e as duas subescalas da **ACS**. A análise das mesmas permite-nos concluir que todas as subescalas do **IPEPC** se correlacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com os processos cognitivos mal-adaptativos. A magnitude das correlações é tendencialmente moderada, oscilando entre .339 e .471, exceto com a subescala *Medo de Mudança*, cuja magnitude é fraca ($r=.289$).

Inversamente, todas as subescalas apresentaram correlações negativas, de baixa magnitude ($<.280$), com os processos adaptativos. As subescalas *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping* (**CPIEC**) e *Pensamento Criminal Corrente*

(PCC) correlacionam-se de forma estatisticamente significativa ($r = -.280$ e $r = -.271$, respetivamente), apesar desta magnitude.

Tabela 7 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e os processos cognitivos do ACS na amostra Forense (n=71)

	<i>Processos Mal-adaptativos</i>	<i>Processos Adaptativos</i>
ACTA	.471**	-.149
CPIEC	.363**	-.280*
ILC	.372**	-.201
HPC	.416**	-.105
PCC	.339**	-.271*
MEDO MUDANÇA	.289*	-.198
LCEACG	.438**	-.180
BADVP	.372**	-.233

$p^{**} < .001$

$p^{*} < .005$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; ILC - Insight/Locus Controlo; HPC - História Pensamento Criminal; PCC - Pensamento Criminal Corrente; LCEACG - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; BADVP - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

1.4 Associações entre estilos de pensamento criminal e a agressividade

Para estudar a relação entre os estilos de pensamento criminal, medidos pelo IPEPC e as dimensões da agressividade, medidas pelo AQ utilizou-se o *Coefficiente de Correlação de Pearson*.

1.4.1 Na amostra global

Na tabela 8 são apresentados os valores correspondentes às correlações efetuadas entre as oito subescalas do IPEPC e as quatro dimensões da agressividade e a agressividade total, medidas pelo AQ. A sua análise permite-nos concluir que todas as subescalas do

IPEPC se correlacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*. A magnitude das correlações é tendencialmente alta (.531 a .605). A exceção é a subescala *Medo de Mudança* cuja magnitude da correlação é moderada (.367).

Tabela 8 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da agressividade do AQ na amostra global (n=139)

	AGRESSÃO FÍSICA	AGRESSÃO VERBAL	RAIVA	HOSTILIDADE	AQ TOTAL
ACTA	.637**	.337**	.449**	.364**	.570**
CPIEC	.489**	.372**	.537**	.561**	.605**
ILC	.542**	.323**	.462**	.464**	.565**
HPC	.634**	.303**	.409**	.338**	.542**
PCC	.480**	.371**	.525**	.529**	.588**
MEDO MUDANÇA	.206*	.180*	.300**	.507**	.367**
LCEACG	.654**	.357**	.470**	.400**	.598**
BADVP	.445**	.304**	.461**	.493**	.531**

** $p \leq .01$

* $p \leq .05$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de *Coping*; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

Existe também uma correlação positiva e de forma estatisticamente significativa com as 4 dimensões da agressividade. A magnitude destas correlações é tendencialmente moderada a alta com as dimensões *Agressão Física* a (entre .445 e .654), *Raiva* (entre .300 e .537) e *Hostilidade* (entre .338 e .561). A magnitude das correlações é tendencialmente moderada com a *Agressão Verbal*, oscilando entre .180 e .372. A exceção é a subescala *Medo de Mudança* em que magnitude das correlações é baixa com as dimensões do domínio instrumental (*Agressão Física* e *Agressão Verbal*; .206 e .180, respetivamente).

1.4.2 Na amostra comunitária

A análise da tabela 9, na qual são apresentados os valores correspondentes às correlações efetuadas entre as oito subescalas do **IPEPC** e as quatro dimensões da agressividade e a agressividade total, medidas pelo **AQ**, permite-nos concluir que todas as subescalas do **IPEPC** se correlacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*, sendo a magnitude das correlações tendencialmente moderada a alta (.438 a .635). A subescala *Medo de Mudança* constitui-se como exceção, sendo a magnitude da correlação baixa (.265)

Tabela 9 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da agressividade do AQ na amostra Comunitária (n=68)

	AGRESSÃO FÍSICA	AGRESSÃO VERBAL	RAIVA	HOSTILIDADE	AQ TOTAL
ACTA	.421*	.225	.264*	.380**	.438**
CPIEC	.438**	.351**	.516**	.623**	.635**
ILC	.421**	.282*	.371**	.574**	.553**
HPC	.401**	.144	.144	.319**	.355**
PCC	.418**	.353**	.521**	.577**	.612**
MEDO MUDANÇA	.091	-.003	.193	.467**	.265**
LCEACG	.520**	.313**	.338**	.473**	.553**
BADVP	.397**	.249**	.397**	.556**	.537**

$p^{**} < .001$

$p^{*} < .005$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

Verifica-se também uma correlação positiva e de forma estatisticamente significativa com as dimensões *Agressão Física* (exceção para a subescala *Medo de Mudança*) e

Hostilidade, sendo a magnitude das correlações tendencialmente moderada a alta (.397 a .520 para a *Agressão Física*; .319 a .623 para a *Hostilidade*).

A subescala *Medo de Mudança* constitui-se, novamente, como exceção, sendo a magnitude da correlação baixa com a *Agressão Física* (.091) e *Raiva* (.193) mas moderada com a *Hostilidade* (.467). Esta correlaciona-se ainda negativamente com a *Agressão Verbal*, sem significância estatística (-.003).

As subescalas *Insight/Locus Controlo (ILC)* e *Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica (BADVP)* correlacionam-se positivamente e de forma estatisticamente significativa com a dimensão *Agressão Verbal*, sendo a magnitude destas correlações baixa (.282 e .249, respetivamente), o que se verifica igualmente relativamente às subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)* *História Pensamento Criminal (HPC)* - .225 e .144.

1.4.3 Na amostra forense

A análise da tabela 10, na qual são apresentados os valores correspondentes às correlações efetuadas entre as oito subescalas do **IPEPC** e as quatro dimensões da agressividade e a agressividade total, medidas pelo **AQ**, permite-nos concluir que todas as subescalas do IPEPC se correlacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*. A magnitude destas correlações é tendencialmente alta (.528 a .608), com exceção das subescalas *Insight/Locus Controlo (ILC)* (.493), *Medo de Mudança* (.476) e *Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica (BADVP)* (.479).

É possível também observar que existe uma correlação positiva e de forma estatisticamente significativa com as quatro dimensões da agressividade (*Agressão Física*, *Agressão Verbal*, *Raiva* e *Hostilidade*). A magnitude destas correlações é tendencialmente

alta, com exceção das subescalas *Insight/Locus Controlo (ILC)* e *Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica (BADVP)*, em que a magnitude é moderada relativamente a todas as dimensões da agressividade, e baixa a magnitude da correlação da *Insight/Locus Controlo (ILC)* com a *Agressão Verbal* (.289). A magnitude das correlações das restantes subescalas do **IPEPC** com a dimensão *Agressão Verbal* é moderada (.300 a .366).

Tabela 10 - Correlações entre Estilos de Pensamento Criminal do IPEPC e as dimensões da agressividade do AQ na amostra Forense (n=71)

	AGRESSÃO FÍSICA	AGRESSÃO VERBAL	RAIVA	HOSTILIDADE	AQ TOTAL
ACTA	.600**	.366**	.494**	.602**	.608**
CPIEC	.453**	.347**	.509**	.554**	.543**
ILC	.467**	.287*	.444**	.473**	.493**
HPC	.608**	.338**	.470**	.615**	.602**
PCC	.457**	.344**	.485**	.525	.528**
MEDO MUDANÇA	.361**	.340**	.402**	.547**	.476**
LCEACG	.587**	.357**	.494**	.595**	.600**
BADVP	.405**	.300*	.458**	.475**	.479**

$p^{**} < .001$

$p^{*} < .005$

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; **CPIEC** - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de *Coping*; **ILC** - Insight/Locus Controlo; **HPC** - História Pensamento Criminal; **PCC** - Pensamento Criminal Corrente; **LCEACG** - Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso; **BADVP** - Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica

1.5 Poder preditivo dos estilos de pensamento criminal sobre o comportamento agressivo

Com o objetivo de analisar na amostra global (n=139) e na amostra forense o poder preditivo dos estilos de pensamento criminal (variáveis predictoras), medidos pelas três

subescalas de pensamento criminal, *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)* e *Insight/Locus Controlo (ILC)*, sobre o comportamento agressivo (variável critério) medido pela (*Agressividade Total - AQ Total*) foi usada a *Regressão Linear Múltipla – método Enter*.

Idêntico procedimento foi usado para estudar o poder preditivo das duas escalas de conteúdo (variáveis predictoras) - *História Pensamento Criminal (HPC)* e *Pensamento Criminal Corrente (PCC)* - sobre o comportamento agressivo (variável critério) medido pela (*Agressividade Total - AQ Total*).

1.5.1 Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global

Efetuada a regressão linear é possível concluir que o modelo é significativo, explicando em 40,7% da variância ($R^2=.407$; $F=32.550$; $p<.001$).

A análise da tabela 11 permite-nos concluir que os fatores do pensamento criminal, medidos pelas subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA; $\beta=.307$; $p=.005$)* e *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC; $\beta=.409$; $p=.000$)*, são os que mais contribuem para a agressividade, medida pelo AQ_Total.

Tabela 11 - Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global (n=139)

	β	p
ACTA	.307	.005
CPIEP	.409	.000
ILS	-.006	.967

$R^2 = .407$; $p < .001$

Variável Dependente – AQ_Total

ACTA - *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais*; CPIEC - *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping*; ILC - *Insight/Locus Controlo*;

O fator medido pela subescala *Insight/Locus Controlo (ILC)* não é um preditor significativo da agressividade ($\beta=-.006$; $p>.05$).

1.5.2 Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra comunitária

Efetuada a regressão linear é possível concluir que o modelo é significativo, explicando em 38,8% da variância ($R^2=.388$; $F=15.155$; $p<.001$).

A análise da tabela 12 permite-nos concluir que o fator do pensamento criminal, medido pela subescala *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)*; $\beta=.506$; $p=.001$), é o que mais contribui para a agressividade, medida pelo AQ_Total.

Os fatores medidos pelas subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*; $\beta=-.003$; $p=.986$) e *Insight/Locus Controlo (ILC)*; $\beta=-.172$; $p>.372$) não são preditores significativos da agressividade.

Tabela 12 - Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra comunitária (n=68)

	β	p
ACTA	-.003	.986
CPIEC	.506	.001
ILC	.172	.372

$R^2 = .388$; $p < .001$

Variável Dependente – AQ_Total

ACTA - Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais; CPIEC - Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping; ILC - Insight/Locus Controlo;

1.5.3 Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra forense

Efetuada a regressão linear é possível concluir que o modelo é significativo, explicando em 36,4% a agressividade total ($R^2=.364$; $F=14,337$; $p<.001$).

A análise da tabela 13 permite-nos concluir que o fator do pensamento criminal, medido pela subescala *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais* (**ACTA**; $\beta=.494$; $p=.003$) é o que mais contribui para a agressividade, medida pelo AQ_Total.

Os fatores medidos pelas subescalas - *Competências Pessoais/Interpessoais* (**CPIEC**; $\beta=-.256$; $p=.137$) e *Insight/Locus Controlo* (**ILC**; $\beta=-.098$; $p=.589$) não são preditores significativos da agressividade.

Tabela 13 - Poder preditivo dos estilos pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra forense (n=71)

	β	p
ACTA	.494	.003
CPIEC	.256	.137
ILC	-.098	.589

$R^2 = .364$; $p < .001$

Variável Dependente – AQ_Total

ACTA - *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais*; **CPIEC** - *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping*; **ILC** - *Insight/Locus Controlo*;

1.5.4 Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global

Efetuada a regressão linear é possível concluir que o modelo é significativo, explicando em 40,1% da variância ($R^2=.401$; $F= 47,112$; $p<.001$).

A análise da tabela 14 permite-nos concluir que a *História Pensamento Criminal*; (**HPC**; $\beta=.308$; $p<.001$) e o *Pensamento Criminal Corrente* (**PCC**; $\beta=.413$; $p<.001$) contribuem para a agressividade, medida pelo AQ_Total.

Tabela 14 - Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra global (n=139)

	β	p
HPC	.308	.000
PCC	.413	.000

$R^2 = .401$; $p<.001$
 Variável Dependente – AQ_Total
HPC - *História Pensamento Criminal*; **PCC** - *Pensamento Criminal Corrente*

1.5.5 Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra comunitária

Efetuada a regressão linear é possível concluir que o modelo é significativo, explicando em 35,6% da variância ($R^2=.356$; $F= 19,514$; $p<.001$).

A análise da tabela 15 permite-nos concluir que o fator do pensamento criminal, medido pela subescala *Pensamento Criminal Corrente* (**PCC**; $\beta=.595$; $p<.001$), é o que mais contribui para a agressividade, medida pelo AQ_Total.

Tabela 15 - Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra Comunitária (n=68)

	β	p
HPC	.030	.795
PCC	.595	.000

$R^2 = .409$; $p<.001$
 Variável Dependente – AQ_Total
HPC - *História Pensamento Criminal*; **PCC** - *Pensamento Criminal Corrente*

O fator medido pelas subescalas *História do Pensamento Criminal* (**HPC**; $\beta=-.30$; $p=.795$) não é preditor significativo da agressividade.

1.5.6 Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra forense

Efetuada a regressão linear é possível concluir que o modelo é significativo, explicando em 38,0% a agressividade total ($R^2=.380$; $F= 22,407$; $p<.001$).

A análise da tabela 16 permite-nos concluir que o fator do pensamento criminal, medido pela subescala de conteúdo *História Pensamento Criminal* (**HPC**; $\beta=-.448$; $p=.001$), é o que mais contribui para a agressividade, medida pelo AQ_Total.

O fator medido pela subescala *Pensamento Criminal Corrente* (**PCC**; $\beta=-.242$; $p=.052$) não é um preditor significativo da agressividade.

Tabela 16 - Poder preditivo do pensamento criminal corrente e da história do pensamento criminal sobre o comportamento agressivo na amostra Forense (n=71)

	β	p
HPC	.448	.001
PCC	.242	.052

$R^2 = .380$; $p<.001$

Variável Dependente – AQ_Total

HPC - *História Pensamento Criminal*; **PCC** - *Pensamento Criminal Corrente*

Capítulo II

1. Discussão dos Resultados

Vários são os estudos que evidenciam uma ligação entre a cognição e o comportamento antissocial.^{[61] [83]} Para Walters os estilos de pensamento criminal têm um papel decisivo no comportamento criminal^[116], desempenhando um papel fundamental na iniciação e manutenção do comportamento delinvente.^{[93] [128]} O pensamento criminal tem, por este motivo, sido considerado um forte preditor do comportamento delinvente futuro (Zhang et al., 1997)^[128] e estilos de pensamento criminal específicos surgem também associados a emoções, como a raiva e o comportamento agressivo.^[22]

A presente investigação permitiu obter alguns dados que poderão ser importantes relativamente a estas associações, em particular, porque não foram encontrados estudos realizados em Portugal sobre o pensamento criminal em amostras forenses adolescentes, assim como em amostras sem práticas delinquentes autorrelatadas.

1.1.1 Os jovens que integram a amostra forense apresentam maior pensamento criminal que os jovens que integram amostra comunitária - H₁

O objetivo principal, e que deu ensejo à formulação da primeira hipótese, é analisar as diferenças entre duas amostras, comunitária e outra forense, ao nível do registo de pensamento criminal. Os resultados obtidos permitem-nos apontar diferenças entre as amostras, nas oito subescalas que constituem o **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal**. Os jovens da amostra forense registaram valores significativamente mais altos nas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)* *Insight/Locus Controllo (ILC)*,

História Pensamento Criminal (HPC) e *Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso (LCEACG)*. Nas restantes subescalas (*Pensamento Criminal Corrente*, *Medo de Mudança e Baixa Autodeterminação/Vulnerabilidade Psicopatológica*) as diferenças não são estatisticamente significativas, ainda que os valores obtidos sejam igualmente mais elevados na amostra forense.

Para Walters (1990) os estilos de pensamento criminal desenvolvem-se para apoiar e reforçar decisões relativas à prática de crimes. ^[116] O pensamento criminal serve para justificar e racionalizar o comportamento, cumprindo funções defensivas em relação ao “*self*”. ^[94] De acordo com o modelo proposto por Walters, uma amostra de jovens, com histórico de práticas delinquentes e contacto com o sistema de justiça, apresenta maior registo de pensamento criminal. Ainda que todos os jovens tenham pensamentos criminais, os jovens delinquentes têm crenças pró-criminais mais fortes e enraizadas. ^[7] Não apenas os jovens, mas todas as pessoas pró-sociais, por vezes, têm erros de pensamento para justificar infrações ocasionais às normas, mas de grau inferior comparativamente com os delinquentes. ^[58]

Os dados resultantes da investigação desta dissertação, em que o pensamento criminal é superior na amostra forense comparativamente com a amostra comunitária, em todas as subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal**, em particular em cinco das subescalas, corroboram a teoria proposta por Walters (1990) e são concordantes com a investigação realizada por Liao et al. (1998). Num estudo efetuado com 103 adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 a 18 anos ($M = 15,8$; $DP = 1,16$), distribuídos por dois grupos, delinvente e não delinvente, confirmou-se existir relação significativa entre distorções cognitivas “*ao serviço do eu*” e comportamento antissocial, em ambos os grupos, sendo as distorções superiores na amostra delinvente. ^[61]

1.1.2 Os jovens do sexo masculino apresentam maior pensamento criminal que os jovens do sexo feminino, na amostra global - H₂

Procurou-se, igualmente, perceber se existiam diferenças entre sexos, na amostra global, no que respeita ao registo de estilos de pensamento criminal. Colocou-se a hipótese de os rapazes registarem valores mais altos que as raparigas, o que se confirmou para sete das oito subescalas. A diferença foi significativa para as três subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, *História Pensamento Criminal (HPC)* e *Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso (LCEACG)*. A subescala *Medo de Mudança* foi uma exceção, por mostrar que os valores para as raparigas são superiores aos dos rapazes (18.316 vs. 17.012).

No estudo de exploração das características psicométricas do *Psychological Inventory of Criminal Thinking Style (PICTS)*, realizado por Walters et al. (1998), num grupo de 227 mulheres delinquentes, o instrumento revelou resultados comparáveis aos que haviam sido obtidos em estudos anteriores, para o sexo masculino, quanto à consistência interna, estabilidade teste-reteste, validade concorrente e estrutura fatorial, sugerindo a utilidade do instrumento para mulheres. Estas pontuaram significativamente mais em sete das oito subescalas, comparativamente à amostra do sexo masculino.

Relativamente à subescala *Medo de Mudança*, os valores para as raparigas são superiores aos dos rapazes (18.316 vs. 17.012) e os resultados são consistentes com a investigação realizada por Walters [2001a]. Nesta, as reclusas do sexo feminino obtiveram pontuações significativamente mais elevadas ($t(198) = 2,06, p < 0,05$) na subescala *Medo de Mudança (Fear of Change, FOC; M= 5.79, DP = 5,41)* do que os reclusos masculinos ($M=14,33, DP= 4,59$).^[120]

Quanto às restantes subescalas, os resultados da presente investigação não são concordantes com os resultados dos trabalhos de Walters et al. (1998), ainda que nestes a

amostra seja constituída por mulheres adultas. Estes autores, contudo, consideram que as maiores pontuações obtidas pelas mulheres, reclusas adultas, em sete das oito subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal**, comparativamente à amostra do sexo masculino, são atribuíveis à maior honestidade na resposta ao inventário, por parte das mulheres, e não a níveis mais elevados de criminalidade. ^[134]

Outras investigações mostraram que os erros de pensamento são diferentes em homens e mulheres, o mesmo acontecendo com os fatores de risco de reincidência inerentes a cada um destes dois grupos (Benda, 2005; Bonta, Pang & Wallace-Capretta, 1995; Holtfreter & Cupp, 2007; Reisig, Holtfreter & Morash, 2006). Estudos realizados com utilização do *Texas Christian University Criminal Thinking Scales (CTS)* mostraram que o sexo feminino, em média, apresenta pontuações significativamente inferiores aos homens, na maioria das escalas de pensamento criminal (Best, Dia, Campbell, Flynn & Simpson, 2009; Staton-Tindall et al., 2007). ^[103]

Um trabalho de investigação, realizado com duas amostras de estudantes universitários de psicologia, constituídas por 88 rapazes e 105 raparigas, com idades entre os 16 e os 19 anos ($M = 18.23$, $DP = 0.52$), analisou, entre outras questões, as diferenças entre as amostras ao nível das distorções cognitivas “*ao serviço do eu*”, avaliadas pelo **HIT** (*How I think Questionnaire*; Gibbs, Barriga, & Potter, 2001). Neste, as raparigas pontuaram menos que os rapazes. ^[83]

Idêntica conclusão foi efetuada por Ragatz et al. (2011), no estudo realizado com jovens ($M=19,5$ anos) de ambos os sexos, em que o objetivo era analisar o pensamento criminal, estilo de agressão, psicopatia e a história do comportamento criminal de indivíduos que, retrospectivamente, relataram ter sido agentes de *bullying*, agentes-vítimas de *bullying*, vítimas, ou não ter estado envolvido em situações desse género. O resultado da medição do comportamento criminal mostrou que os rapazes apresentavam pontuações mais elevadas de

pensamento criminal (*General Thinking Style – GTS*) comparativamente com as raparigas.

[89]

Os resultados da presente dissertação são concordantes com os verificados nos trabalhos de Morrinson et al. (2001) e Ragatz et al. (2011) e as explicações para estes poderão ser de variada ordem. Desde logo, que o pensamento criminal é menor em raparigas do que em rapazes, com as mesmas características. Outra explicação para estes resultados pode estar relacionada com os aspetos maturacionais. As raparigas atingem níveis maturacionais físicos, cognitivos e sociais mais cedo e de forma mais rápida do que os rapazes (Chess & Thomas, 1984). Esta vantagem maturacional, influenciando as capacidades físicas e cognitivas, permite às raparigas que, em média, aprendam mais cedo a responder aos estímulos ambientais, tornando-as menos vulneráveis a influências externas (Denno, 1985), que Walters denominou de *Condições*. Deste modo, ainda que em condições psicossociais desfavoráveis, as raparigas podem apresentar considerável proteção contra posteriores disfunções cognitivas e comportamentais (Taylor & Rutter, 1985).^[8]

No entanto, não obstante a literatura referir o menor registo de pensamento criminal no sexo feminino, independentemente da idade, no caso em apreço a explicação mais provável deve-se à desproporção nos grupos em comparação, sendo amostra feminina deste estudo composta por, apenas, 16 jovens com histórico de delinquência, enquanto a amostra masculina tem 55 jovens com medida tutelar aplicada.

1.1.3 Os estilos de pensamento criminal estão associados aos processos cognitivos que suportam a raiva nas amostras global, comunitária e forense

- H₃

No que concerne à associação entre estilos de pensamento criminal e processos cognitivos (adaptativos e mal-adaptativos) subjacentes à raiva - hipótese H₃, todas as subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal** se associam baixa a moderadamente, mas de forma estatisticamente significativa (a subescala *Medo de Mudança* na amostra comunitária é a exceção em todos os grupos), no sentido positivo, com os processos mal-adaptativos nas amostras global (.217 a .389), comunitária (.266 a .423) e forense (.289 a .471). Efetuada a análise por amostra, o grupo forense revela uma tendência mais expressiva na associação entre estilos de pensamento criminal e processos mal-adaptativos, comparativamente com os resultados alcançados na amostra comunitária.

Os resultados obtidos nesta investigação permitem perceber que existem diferenças na associação entre o pensamento criminal e os processos cognitivos, nas amostras comunitária e forense. Na primeira, os processos mal-adaptativos surgem mais associados às *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)*, ao *Pensamento Criminal Corrente (PCC)* e a *Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso (LCEAG)*. Por sua vez, para a amostra forense, os processos mal-adaptativos estão fortemente associados às *Atitudes e Crenças antissociais (ACTA)*, à *História do Pensamento Criminal (HPC)* e ao *Locus de Controlo Externo/Autoconceito Grandioso (LCEACG)*.

A literatura existente sobre a associação entre cognições e emoções refere o papel do processamento de informação enviesado entre indivíduos com problemas de raiva. [71] Novaco e Welsh (1989) identificaram cinco enviesamentos de processamento de informações em indivíduos com propensão à raiva. [44] Ellis (1974) argumentou que o comportamento mal-adaptativo decorre de crenças irracionais que criam uma sensação de

catástrofe ^[67] e Crick e Dodge (1994) referem que, quando uma pessoa interpreta a intenção de outra como hostil, pode conduzir a sentimentos de medo ou raiva. ^[28] Jovens com histórico de práticas delinquentes e contacto com o sistema de justiça, apresentam mais pensamento criminal, têm crenças pró-criminais mais fortes e enraizadas. ^[7] Os delinquentes violentos parecem ter pontuações mais elevadas na raiva que os não-violentos e os reclusos pontuações mais elevadas do que os elementos da comunidade (Spielberger, 1991). ^[51]

Um estudo foi realizado com 242 jovens holandeses (120 raparigas e 122 rapazes; $M=17,2$ anos) para analisar a forma como interpretam informações sociais, que objetivos selecionam, como avaliam as suas respostas e quais as emoções que expressam em situações hipotéticas. Os jovens foram selecionados por indicação dos seus pares (Salmivalli, Lagerspetz et al., 1996), de acordo com os seguintes critérios: Agressor (*Bully*; $n=21$), acompanhante do agressor ($n=38$), vítima ($n=35$), defensor da vítima ($n=48$), estranho ($n=52$) e não envolvidos ($n=32$). Os resultados mostraram que os agressores e as vítimas exibem mais défices no processamento de informação social e que respondem mais emocionalmente a condições adversas (Lemerise & Arsenio, 2000; Pellegrini et al, 1999) ^[19], porque tendem a interpretar, como ameaças, determinadas situações e a agir com raiva e retaliação (Graham & Juvonen, 1998). ^[19] ^[28] Os restantes - defensores das vítimas, estranhos e não envolvidos - processam informações sociais sem efetuar atribuições hostis e, provavelmente, em consequência, não definem objetivos antissociais (retaliação), nem expressam raiva ou tristeza. ^[19]

Outro estudo, realizado por Keltner et al. (1995), com 70 rapazes adolescentes, procurou testar a associação entre o comportamento externalizante e a raiva. Os jovens com este tipo de comportamentos revelaram maior proporção de expressões de raiva, de maior duração e intensidade, do que adolescentes que não apresentaram os mesmos comportamentos. Aqueles adolescentes que foram referidos pelos professores, como sendo

propensos ao comportamento delincente, apresentaram resultados idênticos, demonstrando menor probabilidade para a inibição e controlo da raiva. ^[54]

Tangney et al. (2004) realizaram dois estudos com estudantes de universidade da costa leste dos Estados Unidos, para analisar os processos de autocontrolo. No *estudo 1* integraram a amostra 351 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos ($M=20.07$, $DP=4.99$), dos quais 28% eram do sexo masculino e 72% do sexo feminino. Integraram a amostra do *Estudo 2* 255 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos, ($M=20.10$, $DP=4.23$). 19% eram do sexo masculino e 81% eram do sexo feminino. Os resultados destes estudos mostraram que altos níveis de autocontrolo se relacionam significativamente com menor expressão de raiva no *Estudo 1*, com uma tendência não significativa, mas análoga, no Estudo 2. Adicionalmente, um autocontrolo elevado correlacionou-se negativamente com as intenções hostis e com a agressão dirigida externamente (física, verbal, simbólica). Um autocontrolo elevado correlacionou-se, igualmente, com uma melhor gestão de raiva em momentos de maior intensidade emocional. Os sujeitos que apresentaram maiores índices de autocontrolo relataram maior culpa e menos vergonha do que os restantes. ^[102]

Os dados da investigação que suporta este trabalho são concordantes com os resultados da investigação de Camodeca e Goossens (2005) e de Keltner et al. (1995). Nesta dissertação, a análise dos estilos de pensamento criminal nas diferentes amostras - forense e comunitária - permitiu concluir que os jovens da amostra forense registaram valores mais elevados em todas as subescalas do inventário, tal como é referido na literatura sobre a matéria, e são as crenças e atitudes antissociais e o *locus* de controlo externo que surgem mais fortemente associados aos processos cognitivos de expressão da raiva. Por outro lado, relativamente à amostra comunitária a associação é mais forte entre as competências pessoais/interpessoais e os processos cognitivos, em linha com os estudos de Tangney et al.

(2004), nos quais é reconhecida a importância do autocontrolo, uma das quatro categorias de competências sociais referidas por Gresham e Elliot (1990).^[37]

1.1.4 Os estilos de pensamento criminal estão associados ao comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense - H₄

No que concerne à associação entre o pensamento criminal e o comportamento agressivo na amostra global, observa-se que todas as subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal** se associam positivamente e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*. A magnitude das correlações é tendencialmente alta. Existe também uma associação positiva e estatisticamente significativa entre as subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal** com as 4 dimensões da agressividade. A magnitude destas correlações é tendencialmente moderada a alta com as dimensões *Agressão Física, Raiva, Hostilidade*.

Relativamente à amostra comunitária, as subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal** (com exceção da subescala *Medo de Mudança* cuja magnitude da correlação é baixa) associam-se positivamente e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*, sendo a magnitude das correlações tendencialmente moderada a alta (.438 a .635). Verifica-se também uma associação positiva e de forma estatisticamente significativa com as dimensões *Agressão Física* e *Hostilidade*, sendo a magnitude das correlações tendencialmente moderada a alta.

Na amostra forense todas as subescalas do **Inventário Psicológico de Estilos de Pensamento Criminal** se associam positiva e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*. A magnitude destas correlações é tendencialmente alta. A correlação é positiva e de forma estatisticamente significativa com as quatro dimensões da agressividade (*Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva e Hostilidade*).

O modelo de processamento de informação social sugere que os indivíduos agressivos desenvolvem esquemas, desde idade precoce, que são ativados em situações ambíguas. Para Berkowitz a agressão é o resultado da rede de inter-relações entre pensamentos, sensações, reações motoras e fisiológicas expressivas na presença de um estímulo aversivo e da percepção de perigo.^[22] A informação social é avaliada e são consideradas diferentes alternativas de resposta. Aqueles que têm altos níveis de agressividade são mais propensos a adotar formas agressivas de ação e, geralmente, produzem menos respostas alternativas (Sestir & Bartholow, 2007).^[53] A impulsividade ou uma deficiência cognitiva não são geradoras de comportamentos agressivos ou antissociais, a menos que distorções cognitivas estejam presentes.^[42] Alguns estilos de pensamento têm sido reconhecidos como preditores do comportamento delituoso e os estudos prospetivos, realizados com reclusos do sexo masculino, associam elevados níveis de pensamento criminal a uma maior ocorrência de infrações disciplinares, por recurso à agressão.^[126]

Investigações realizadas mostram que os autores de *bullying* e vítimas-autores de *bullying* demonstram mais atitudes de justificação e racionalização da agressão do que aqueles que são apenas vítimas, ou que não representam qualquer dos três critérios anteriores (O'Brennan et al., 2009; Toblin et al., 2005).^[89] A investigação realizada por Ragatz et al. (2011) revelou que os jovens que exercem *bullying* sobre outros apresentam, em média, maiores índices de pensamento criminal que as vítimas e sujeitos do grupo de controlo, combinados. Da mesma forma, aqueles que foram agentes e vítimas de *bullying*, em simultâneo, apresentaram, em média, mais pensamento criminal em comparação com as vítimas e o grupo de controlo, também combinados. Além disso, os agentes-vítimas de *bullying* revelaram igualmente pontuações mais elevadas de pensamento criminal, maior índice de agressividade reativa e psicopatía secundária, quando comparados com os sujeitos

do grupo de agentes de *bullying*. Estes dados corroboram os resultados obtidos na investigação que suporta esta dissertação.

1.1.5 Os estilos de pensamento criminal, o pensamento criminal corrente e a história do pensamento criminal são preditores do comportamento agressivo nas amostras global, comunitária e forense – H₅ e H₆

Também se analisou o poder preditivo dos estilos de pensamento criminal (variáveis predictoras), medidos pelas três subescalas de pensamento criminal, *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)* e *Insight/Locus Controllo (ILC)*, sobre o comportamento agressivo (variável critério) medido pela (*Agressividade Total - AQ Total*) para as três amostras. Pode-se concluir-se que o modelo é significativo para todas elas, explicando 40,7%, 38,8% e 36,4% da variância da agressividade total, respetivamente.

Os fatores do pensamento criminal, medidos pelas subescalas *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)* e *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)*, são os que mais contribuem para a agressividade, medida pelo AQ_Total, na amostra global. Para a amostra comunitária o fator *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)* é o que mais contribui para a agressividade total, enquanto para a amostra forense é o fator *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*.

Idêntica análise foi realizada para o poder preditivo do *Pensamento Criminal Corrente* e da *História Pensamento Criminal* sobre o comportamento agressivo, nas mesmas três amostras. O modelo é significativo para todas elas, explicando 40,1%, 35,6% e 38,0% da variância, respetivamente. A *História Pensamento Criminal (HPC)* e o *Pensamento Criminal Corrente (PCC)* contribuem para a agressividade, medida pelo AQ_Total, na amostra global.

O fator do pensamento criminal, medido pela subescala *Pensamento Criminal Corrente (PCC)*, é o que mais contribui para a agressividade, medida pelo AQ_Total, na amostra comunitária, enquanto o fator do pensamento criminal, medido pela subescala de conteúdo *História Pensamento Criminal (HPC)* é o que mais contribui para a agressividade, medida pelo AQ_Total, na amostra forense. Estes resultados são consistentes com os dados de investigações e trabalhos anteriores, mas também como os resultados obtidos no presente estudo, nomeadamente no que concerne ao registo de estilos de pensamento criminal e à associação entre estes e o comportamento agressivo, nomeadamente na amostra forense.

O papel dos erros de pensamento sobre o comportamento antissocial ou agressivo tem sido estudado nos planos teóricos, experimental e aplicado (Barriga e Gibbs, 1996; Gibbs, 1991, 1993; Kahn & Chambers, 1991; Samenow, 1984; Sykes & Matza de 1957; Vorrath & Brendtro, 1985; Yochelson & Samenow, 1976, 1977) ^[61]

Liau et al. (1998) realizaram uma investigação, com uma amostra de 103 rapazes, com idades entre os 14 e os 18 anos, distribuídos por dois grupos - delinquentes e não delinquentes. Os delinquentes apresentaram mais distorções cognitivas e comportamento antissocial do que os não delinquentes. O tipo de distorção cognitiva também se mostrou associada ao tipo de comportamento antissocial. Os itens relativos ao comportamento aberto mostraram-se relacionados com o comportamento aberto autorrelatado, como lutar, mas menos relacionados com comportamentos encobertos, como roubar e vice-versa, indiciando que os grupos diferem não apenas no que respeita à tipologia de comportamentos, mas igualmente no que se refere aos processos cognitivos. ^[61]

Estudos relacionados realizados com crianças e jovens agressivas, em idade pré-escolar (Spivack & Shure, 1974), na primária (Richard & Dodge, 1982) e no ensino médio (Slaby & Guerra de 1988), indicam que aquelas geram poucas soluções de resolução de problemas. ^[46] Barratt et al. (1997) concluíram que défices nas aptidões verbais medeiam a

relação entre impulsividade e agressão. Lacunas ao nível da resolução de problemas interpessoais podem dar origem à agressão e violência, ausência de pensamento e aptidões comportamentais para evitar ou atenuar situações problemáticas. Défices de resolução de problemas sociais exercem um efeito mediador entre impulsividade e agressividade em adultos (McMurrin et al., 2002).^[79]

Slaby e Guerra (1988) mostraram que, além dos processos cognitivos e enviesamentos específicos, o conteúdo do pensamento, na forma de crenças sociais generalizadas de apoio à agressão, contribui para a previsão do comportamento agressivo em adolescentes. Numa investigação realizada com 48 jovens, 24 muito agressivos e 24 pouco agressivos, selecionados aleatoriamente em igual número de cada um de 2 ciclos escolares (2rd – 3rd e 5rd-6rd), Slaby e Guerra (1989) concluíram que os primeiros, quando confrontados com um problema social, cuja intenção do segundo sujeito era ambígua, tendiam a percebê-lo como hostil. Adicionalmente a este enviesamento no processamento de informação, a questão da agressão em crianças e jovens poderá estar relacionada com ausência de aptidões no repertório para lidar com os problemas de forma não agressiva (Bandura, 1973).^[46]

Nesta dissertação não se definiu como objetivo a análise da associação entre os processos cognitivos de expressão da raiva e o comportamento agressivo. No entanto, é possível perceber que as mesmas subescalas do pensamento criminal que se encontram mais fortemente associadas ao comportamento agressivo, e que mais contribuem para predizer o comportamento agressivo, são também as que surgem mais fortemente associadas aos processos mal-adaptativos subjacentes à raiva, para as mesmas amostras.

O modelo clínico da raiva (Gardner & Moore, 2008) defende que o comportamento agressivo é uma resposta tendente a reduzir a raiva inicial e a controlar terceiros.^[22] Em sujeitos delinquentes com diferentes níveis de risco de reincidência não foram encontradas

diferenças significativas nas medidas de raiva (Loza & Loza-Fanous, 1999a) e estas não se mostraram significativamente relacionadas com o desempenho de delinquentes após libertação de estabelecimento prisional (Mills & Kroner, 2003).^[47] A raiva parece ter particular relevância em contextos institucionais com delinquentes, sendo associada ao desajustamento residencial, a problemas disciplinares, comportamentos agressivos e violentos. Surge como um forte preditor de agressão entre adolescentes institucionalizados (Cornell, Peterson, & Richards, 1999), sendo relacionada com a agressão física a elementos das equipas que trabalham nas instituições (Gentry & Ostapiuk, 1989).^[53]

Neste sentido, teria sido interessante analisar a associação entre os processos cognitivos subjacentes à raiva e a agressividade total e as 4 dimensões da agressividade, assim como o poder preditivo daqueles sobre a agressividade. Contudo, considerando as hipóteses definidas para este trabalho, por forma a não o tornar demasiado extenso, uma vez que a questão central são os estilos de pensamento criminal, a análise suprarreferida não é efetuada, deixando-se a sugestão para investigações futuras, na medida em que as conclusões daí resultantes poderão ser igualmente importantes no quadro do tratamento de jovens delinquentes, mas, também, na intervenção com jovens não delinquentes que apresentem problemas disciplinares.

1.2 Limitações ao estudo

Os resultados que ressaltam deste estudo, ainda que indubitavelmente promissores, devem ser encarados com a necessária cautela, tendo em conta algumas limitações metodológicas que o caracterizaram.

Ainda que o instrumento utilizado tenha revelado adequadas características psicométricas no estudo de validação para a população portuguesa (Vieira, 2011), as amostras utilizadas nesse trabalho (reclusos adultos e jovens adultos) e na presente

dissertação são diferentes. Na presente investigação, a amostra, de conveniência, é constituída por adolescentes de ambos os sexos e, tanto quanto foi possível perceber, é a primeira investigação com utilização do **IPEPC** numa amostra de jovens, com idade entre os 14 e os 19 anos, com e sem histórico delincente.

Outro aspeto importante a considerar é o facto de o inventário não estar aferido para a população estudada e não ter sido efetuada uma análise da adequação psicométrica do mesmo, uma vez que o reduzido número de elementos que constituem a amostra não o permite realizar.

A discrepância existente entre o número de elementos do sexo masculino e do sexo feminino, em cada uma das amostras deste estudo - comunitária e forense -, constitui-se como outra limitação neste trabalho. A amostra comunitária é constituída por 27 rapazes e 41 raparigas, enquanto a amostra forense integra 55 rapazes e 16 raparigas. Considerando esta desproporção entre sexos, em ambas as amostras, e o reduzido número de jovens femininos da amostra forense, optou-se por efetuar comparações entre sexos apenas na amostra global ($n=139$), por forma a aumentar o número de sujeitos.

Não obstante, refira-se que a percentagem de raparigas desta amostra forense, que corresponde a 22,54%, representa 77,6% das jovens internadas em centro educativo entre abril e junho de 2015, quando foram aplicados os instrumentos de avaliação e é superior ao normal na população forense, na qual o sexo feminino tem uma representatividade entre 5 a 15%.

Neste trabalho de investigação foram utilizados apenas instrumentos de autorrelato. Estes têm sido vistos com ceticismo, principalmente no que concerne às avaliações de âmbito forense, sendo recomendados instrumentos de heteroavaliação, complementados com pareceres clínicos.^[55]^[130] Este ceticismo, que se estende às avaliações de carácter não forense^[55], está associado a eventuais enviesamentos na representação que o indivíduo tem de si

próprio ^[49] Os sujeitos referem-se a si próprios, tendencialmente, de forma positiva nos instrumentos de autorrelato, motivados pela desejabilidade social. Por outro lado, alguns mentem na tentativa de evitar ser responsabilizados pelas suas ações ou para obterem privilégios (Edens, Hart, Johnson, Johnson & Olver, 2000). ^[130]

Mills e Kroner (2006) efetuaram um estudo com agressores violentos que revelou que não é expectável que os agressores digam a verdade nos instrumentos de autorrelato, mas este facto não tem influência nos critérios que predizem a reincidência ^[80]. O uso de dados autorrelatados não constitui uma limitação na avaliação dos processos cognitivos. ^[70]

Os estudos de autorrelato estão igualmente ligados a condicionamentos relacionados com as dificuldades de leitura e escrita. Embora os sujeitos no âmbito do sistema de justiça - penal e tutelar – estejam associados à baixa literacia, nesta investigação essa questão não se colocou, uma vez que se definiu, como critério de participação, que apenas integrariam a amostra sujeitos com o 6º ano de escolaridade concluído ou ciclo de estudos equivalente. Por outro lado, os instrumentos de avaliação deste tipo permitem uma melhor avaliação dos conteúdos internos, como crenças, expectativas e posicionamento face ao processo de mudança do que a avaliação de risco. ^[130]

Os instrumentos de recolha de dados autorrelatados apresentam também outras vantagens, nomeadamente no que concerne aos baixos custos associados e à menor necessidade de tempo de afetação de profissionais. ^[55]

No entanto, seria aconselhável, em futuras investigações, complementar a bateria de avaliações efetuadas com recurso ao autorrelato usando uma metodologia de risco atuarial ^[130] e analisar a eficácia de cada um deles separadamente, e em conjunto. Robustas evidências científicas demonstram que a eficácia da intervenção decorre da correspondência que se consiga estabelecer entre os seus conteúdos (o que se aplica), os destinatários (a quem se aplica) e os contextos (como se processa).

Uma boa avaliação do risco de cometimento de crimes é considerada potenciadora de decisões rigorosas, permitindo melhor diagnóstico, intervenções dirigidas, boa avaliação do impacto da aplicação de programas, uniformização de procedimentos e alocação eficaz de recursos (Andrews & Bonta, 1998; Loza & Simourd, 1994).^[48] O mesmo é dizer que asseguram a consistência na recolha de informação para qualquer tomada de decisões, nomeadamente no que tange à adequação dos níveis de supervisão ao nível de risco obtido. Ou seja, possibilitam a identificação das necessidades criminógenas prioritárias sobre as quais deverá incidir a intervenção e, de forma confiável diferenciam os sujeitos de baixo risco daqueles que apresentam risco mais elevado, de forma a seleccionar o tratamento mais adequado às necessidades identificadas.^[20]

Por último, considerando que os jovens das escolas e dos centros educativos preencheram questionários iguais, com diferenças apenas ao nível das informações do cabeçalho (Ex: *Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal?*), os jovens que integram a amostra comunitária podem ter sentido dificuldades para responder a alguns dos itens com os quais não se identificaram (ex. *Dei comigo a culpar as vítimas de alguns dos meus crimes, dizendo coisas como: “mereceram o que lhes aconteceu” ou “deveriam ter sido mais espertos” ou No início, quando comecei a violar a lei era muito cauteloso mas, à medida que o tempo passava e eu não era “apanhado”, tornei-me demasiado auto-confiante e convenci-me de que poderia fazer qualquer coisa e escapar sempre*) provocando enviesamentos nos resultados.

Deste modo, ainda que os resultados tenham sido positivos nas análises efetuadas e na sua globalidade concordantes com a bibliografia internacional existente sobre a matéria, sugere-se a continuidade dos estudos, utilizando amostras semelhantes no que concerne ao número de jovens do sexo masculino e feminino da comunidade e de centro educativo, permitindo as análises que neste trabalho não se conseguiram concretizar.

A adaptação do instrumento, utilizando uma nova formulação nos itens, como os que acima foram referidos, capaz de servir amostras de jovens com e sem percurso delinvente, poderá igualmente melhorar o potencial discriminatório do IPEPC.

2. Implicações para a intervenção

O debate sobre a justiça criminal, quanto a uma intervenção “mais suave” ou ação interventiva de cariz mais punitivo sobre o crime, está ainda na ordem do dia, cativando transversalmente todas as classes sociais e profissionais.

Nas décadas de 50 e 60, a reabilitação foi considerada uma abordagem promissora para reduzir a reincidência. Em 1954, Kirby analisou estudos anteriores e concluiu que o índice de reincidência era menor em grupos sujeitos a tratamento. Outros estudos posteriores demonstraram que, em 50% a 60%, o tratamento era eficaz (Bailey, 1966; Logan, 1972).^[2]

Na década de 1970, Martinson et al. (Lipton, Martinson & Wilks, 1975; Martinson, 1974) concluíram que, tal como em anteriores revisões, 50% a 60% dos estudos suportavam a eficácia do tratamento. No entanto, reinava por esta altura um sentimento de ineficácia relativamente a este tipo de abordagens.^[2] Este movimento, denominado de “*Nothing Works*”, marcou este período, em particular nos Estados Unidos.

A partir dos anos 90, observou-se uma mudança de linha de pensamento e o movimento “*What Works*” começou a ganhar preponderância, em particular, no Reino Unido, resultado da troca de ideias entre os investigadores e profissionais sobre os princípios da “*Evidence-based practice*”. O tratamento dirigido a delinquentes apresenta resultados positivos, quer em contexto institucional, quer em contexto comunitário, se o programa posto em prática tiver subjacentes os três princípios fundamentais da avaliação de risco que sustentam o modelo Risk-Needs-Responsivity (Andrews, Bonta e Hoge, 1990). Em contexto comunitário, a sua eficácia é maximizada, obtendo-se diferenças médias entre indivíduos

sujeitos a tratamento e sem tratamento, que rondam os 17% para sujeitos institucionalizados e 35% quando em liberdade. ^[2]

Lipsey et al. (2007) realizaram um estudo de meta-análise com 58 investigações anteriores. Entre outros resultados, os obtidos para os infratores com maior risco de reincidência foram superiores aos obtidos para os infratores com menor risco, consistente com os princípios de tratamento correccional eficaz, desenvolvidos por Andrews et al. (1990). ^[61]

Os melhores resultados verificaram-se para os infratores de alto risco que receberam uma intervenção mais intensiva dirigida às necessidades criminógenas (e.g., padrões de pensamento criminal), apoiadas nas teorias da aprendizagem social e cognitivo-comportamental, contrariando a ideia de que os delinquentes de alto risco podem ser menos recetivos ao tratamento.

Os programas que aderem ao modelo RNR têm demonstrado reduzir a reincidência até cerca de 35%. Neste âmbito as intervenções mais promissoras envolvem o uso de princípios comportamentais, cognitivos e de aprendizagem social de influência interpessoal, desenvolvimento de aptidões (Andrews et al., 1990; Andrews & Bonta, 1994). ^[43]

Embora os delinquentes devam assumir a “responsabilidade” sobre o passado, o cerne da intervenção deverá centrar-se nas atitudes e esquemas cognitivos relacionados com a reincidência. As cognições são processos mentais que ocorrem no interior da mente (Rawana, Cryderman & Thompson, 1998). Estes processos são muito importantes durante a adolescência, quando os indivíduos passam por um período de transição. Os novos conhecimentos são adquiridos e os indivíduos são forçados a tomar decisões e ultrapassar muitos obstáculos, a fim de manter o funcionamento “normal”. Uma vez que as cognições desempenham um papel muito importante na superação de muitas destas tarefas, pode

entender-se que as cognições, em última análise, têm impacto sobre o funcionamento geral do indivíduo (Rawana, et al., 1998).^[14]

As racionalizações pré ou pós-transgressão servem para “neutralizar” a consciência ou culpa e, assim, evitar danos na autoimagem após o comportamento antissocial (Sykes & Matza, 1957; cf. Bandura, 1991; Redl & Wineman, 1957).^[61]

A terapia cognitivo-comportamental baseia-se na suposição que os défices cognitivos e distorções características dos delinquentes não são inatos. As terapias cognitivo-comportamentais utilizadas com populações prisionais têm sido concetualizadas como qualquer reestruturação cognitiva, aptidões de *coping* ou terapias de resolução de problemas (Mahoney & Arnkoff, 1978).^[139]

Os programas de intervenção de abordagem cognitivo-comportamental sustentam-se, por essa razão, em técnicas que envolvem o treino cognitivo, gestão da raiva e vários componentes complementares relacionados às aptidões sociais, desenvolvimento moral e prevenção de recaída.

Ao longo das décadas várias meta-análises têm demonstrado que os programas de abordagem cognitivo-comportamental são uma intervenção particularmente eficaz na redução da reincidência em jovens e adultos. Estudos de meta-análise (Pearson et al., 2002; Wilson et al., 2005), abrangendo programas de cariz comportamental (contratação de contingências, economia de fichas) e cognitivo-comportamental, e concluíram que os programas cognitivo-comportamentais mostraram maior eficácia na diminuição da reincidência, com uma redução de 20-30% em relação ao grupo de controlo.^[57]

Considerando os resultados obtidos na investigação, reportados no ponto anterior, e considerando os estudos existentes sobre a abordagem cognitivo-comportamental, sumariamente referidos antes, é necessário reforçar o leque de opções de programas dirigidos à mudança comportamental de jovens delinquentes, em centro educativo. Em

particular, é crucial dotar estas instituições de programas, e técnicos com aptidão para aplicá-los, dirigidos aos erros de pensamento, gestão da raiva e controlo dos impulsos.

Estes, no entanto, só farão sentido se efetivamente existir um sistema de avaliação de risco que, em complementaridade com outros instrumentos de autorrelato, dos quais os usados neste estudo são um exemplo, permita um diagnóstico real das necessidades criminógenas de cada jovem. Deste modo, a afetação de um jovem a determinado programa será sustentada cientificamente e não apenas por critérios relacionados com o livre-arbítrio de cada profissional ou do plano de atividades em que assenta a definição de objetivos para avaliação de desempenho, institucional ou individual.

Urge, por este motivo, o desenvolvimento de uma bateria de testes, adequados à utilização de cada um dos técnicos responsáveis pelos jovens, que lhes permita efetuar a “radiografia” de cada um dos internados e, assim, encaminhá-lo para os programas adequados, bem como definir estratégias corretas tendentes a eliminar os fatores de risco que estiveram na génese do comportamento delincente.

Esta questão entrecruza-se com duas outras de grande relevância que, não constituindo o cerne deste trabalho, são complementares e decisivas para a melhoria da qualidade da intervenção: a relação estabelecida entre o técnico e o jovem e as entrevistas individuais realizadas, que nos centros educativos são denominadas por “Tutorias”.

A relação entre os técnicos e delinquentes, em acompanhamento, apresenta-se como um fator importante na promoção da mudança comportamental (*Princípio das Relações Sociais*, inserido no *Princípio da Responsividade Geral*).^[3] A relação interpessoal positiva - cordial, aberta, entusiástica, com empatia e respeito mútuo - é necessária para envolver e motivar o jovem para o processo de mudança. Esta relação, juntamente com as técnicas utilizadas, onde se incluem não apenas os programas de mudança comportamental mas também as entrevistas de acompanhamento, são as principais dimensões em processos de

influência comportamental (Andrews & Bonta, 2006; Dowden & Andrews, 2004).^[13] Assim, é fundamental que estas entrevistas, onde a relação se cimenta, se centrem, essencialmente, nas necessidades criminógenas avaliadas, com impacto na diminuição da reincidência, em detrimento da análise das condições da medida a executar. Focar a atenção em necessidades criminógenas específicas, fazendo uso de técnicas cognitivo-comportamentais, como modelagem pró-social e *role-playing*, conduz a diferenças nas taxas de novas condenações, com uma diminuição objetiva quando os erros de pensamento são analisados com maior frequência e qualidade.^[12]

Nesta medida, é fundamental proporcionar aos profissionais das equipas de centro educativo, formação ao nível das competências relacionais. O tempo de cada entrevista e os fatores de risco abordados em cada uma delas têm grande importância. Desenvolver estas competências nestes profissionais é decisivo para promover mudanças efetivas nos estilos de pensamento dos delinquentes e ter impacto ao nível da reincidência dos jovens, ou seja, interromper um percurso criminal que, de outro modo, poderá estender-se pela vida adulta.

Neste trabalho são assim apresentados três elementos – Programas cognitivo-comportamentais, competências relacionais e qualidade das “Tutorias” - que, decorrentes dos dados recolhidos na investigação, de acordo com a bibliografia existente, são fundamentais no trabalho a desenvolver com jovens delinquentes, em particular, com aqueles internados em centro educativo.

Conclusão

O presente trabalho assentou no objetivo geral de analisar o pensamento criminal em duas amostras, comunitária e forense, e os resultados obtidos providenciam informações importantes no que concerne à diferenciação entre os jovens sem histórico de medidas tutelares educativas e os jovens internados em centro educativo, com medida tutelar de internamento.

É, assim, possível apontar diferenças entre ambas as amostras, em todas as subescalas que constituem o IPEPC, com os jovens da comunidade a registarem valores significativamente mais baixos. Apenas em três delas as diferenças não foram estatisticamente significativas. Em termos de diferenças entre sexos, ao nível do pensamento criminal, na amostra global, observou-se que os rapazes registaram valores mais altos para sete das oito subescalas, sendo esta diferença estatisticamente significativa em três delas.

No que diz respeito aos objetivos específicos, esperava-se perceber a associação entre o pensamento criminal e os processos cognitivos – adaptativos e mal-adaptativos e entre o pensamento criminal e o comportamento agressivo, considerando as amostras global ($n=139$), comunitária ($n=68$) e forense ($n=71$). Por fim, pretendíamos analisar se o pensamento criminal é um preditor do comportamento agressivo.

Observou-se que todas as subescalas do IPEPC se correlacionam baixa a moderadamente, mas de forma estatisticamente significativa (a subescala *Medo de Mudança* na amostra comunitária é a exceção em todos os grupos), no sentido positivo, com os processos mal-adaptativos nas amostras global, comunitária e forense. Efetuada a análise por amostra, o grupo forense revela uma tendência mais expressiva na associação entre estilos de pensamento criminal e processos mal-adaptativos, comparativamente com a amostra comunitária.

No que concerne à associação entre o pensamento criminal e o comportamento agressivo observou-se que todas as subescalas do **IPEPC** se correlacionam positivamente e de forma estatisticamente significativa com a *Agressividade Total*, nas três amostras. A magnitude das correlações é tendencialmente alta. Existe também uma correlação positiva e estatisticamente significativa com as 4 dimensões da agressividade. A magnitude destas correlações é tendencialmente moderada a alta com as dimensões *Agressão Física*, *Raiva* e *Hostilidade*. Na amostra comunitária a correlação é positiva e de forma estatisticamente significativa com as dimensões *Agressão Física* e *Hostilidade*, sendo a magnitude das correlações tendencialmente moderada a alta. Para a amostra forense a correlação é positiva e de forma estatisticamente significativa com as quatro dimensões da agressividade (*Agressão Física*, *Agressão Verbal*, *Raiva* e *Hostilidade*). Acresce que as mesmas subescalas do pensamento criminal, que se encontram mais fortemente associadas aos processos mal-adaptativos, surgem igualmente mais fortemente associadas ao comportamento agressivo.

Também se analisou o poder preditivo dos estilos de pensamento criminal (variáveis predictoras), medidos pelas três subescalas de pensamento criminal, *Atitudes/ Crenças e Traços Antissociais (ACTA)*, *Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping (CPIEC)* e *Insight/Locus Controllo (ILC)*, sobre o comportamento agressivo (variável critério) medido pela (*Agressividade Total - AQ Total*) para as amostras global, comunitária e forense. Pode-se concluir-se que o modelo é significativo para todas elas, explicando 40,7%, 38,8% e 36,4% da variância, respetivamente. Idêntica análise foi realizada para o poder preditivo do *Pensamento Criminal Corrente* e da *História Pensamento Criminal* sobre o comportamento agressivo, nas três amostras. O modelo é significativo para todas elas, explicando 40,1%, 35,6% e 38,0% da variância, respetivamente.

Ao longo das décadas, várias meta-análises têm demonstrado que os programas de abordagem cognitivo-comportamental são uma intervenção particularmente eficaz na

redução da reincidência em jovens e adultos. Para a terapia cognitivo-comportamental os défices cognitivos e distorções características dos delinquentes não são inatos. Os programas de intervenção de abordagem cognitivo-comportamental sustentam-se, por essa razão, em técnicas que envolvem o treino cognitivo, gestão da raiva, e vários componentes complementares relacionados com aptidões sociais, desenvolvimento moral e prevenção de recaída.

Os dados obtidos neste trabalho têm implicações importantes, não apenas ao nível da avaliação dos jovens delinquentes, mas igualmente, ao nível da intervenção. Desde logo sobressai a ideia de que a formação dos profissionais ao nível do diagnóstico e domínio de algumas técnicas específicas de intervenção, bem como das competências relacionais, é urgente e desejável.

Adicionalmente, é necessário reforçar o leque de opções disponíveis, ao nível dos programas dirigidos à mudança comportamental de jovens delinquentes, em centro educativo, mas igualmente para aqueles que executam medidas não institucionais. Em particular, é crucial dotar as equipas com programas dirigidos aos erros de pensamento, gestão da raiva e controlo dos impulsos e, com técnicos com aptidão para aplicá-los. Os números que resultaram desta investigação parecem apontar nestas direções. De forma a confirmar e reforçar os resultados obtidos neste trabalho, estudos futuros deverão centrar-se nas limitações existentes nesta investigação, por forma a ultrapassá-las e, na análise de outras variáveis que neste trabalho não foram usadas, como por exemplo a raiva enquanto variável preditora da agressividade, mas também outras variáveis que possam constituir-se como moderadoras.

Para terminar, recuamos ao mote dado na introdução da presente dissertação, nomeadamente na necessidade de compreender alguns fatores de risco relacionados com a reincidência e a relação entre eles, por forma a planear uma intervenção eficaz dirigida às

necessidades criminógenas, numa perspetiva holística, em que todos os intervenores são decisivos na interrupção de carreiras delinquentes.

Referências Bibliográficas

1. Abel, G. G., Gore, D. K., Holland, C. L., Camps, N., Becker, J. V. & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Annals of sex research*, 2(2), 135-152.
2. Bonta, J., & Andrews, D. A. (2007). Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation. *Rehabilitation*, 6, 1-22.
3. Andrews, D. A. & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct*. Routledge (5th ed.) New Jersey: Matthew Bender.
4. Andrews, D. A., Bonta, J. & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime and delinquency*, 52(1), 7 – 27.
5. Banse, R., Koppehele-Gossel, J., Kistemaker, L. M., Werner, V. A. & Schmidt, A. F. (2013). Pro-criminal attitudes, intervention, and recidivism. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 673-685.
6. Barriga, A. Q. & Gibbs, J. C. (1996). Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the “How I Think” questionnaire. *Aggressive behavior*, 22(5), 333-343.
7. Barriga, A. Q., Landau, J. R., Stinson, B. L., Liao, A. K. & Gibbs, J. C. (2000). Cognitive distortion and problem behaviors in adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 27(1), 36-56.
8. Bennett, S., Farrington, D. P. & Huesmann, L. R. (2005). Explaining gender differences in crime and violence: The importance of social cognitive skills. *Aggression and Violent Behavior*, 10(3), 263-288.
9. Boduszek, D. & Hyland, P. (2012). Psycho-sociological review of criminal thinking style. *Journal of Humanistics and Social Sciences*, 1(1), 28-36.
10. Boduszek, D., McLaughlin, C. & Hyland, P. (2011). Criminal Attitudes of Ex-Prisoners: the Role of Personality, Anti-Social Friends and Recidivism. *The Internet Journal of Criminology*, 9,1-10. http://eprints.hud.ac.uk/15879/1/Criminal_Attitudes_of_Ex-Prisoners.pdf
11. Bonta, J. & Andrews, D. A. (2007). Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation. *Rehabilitation*, 6, 1-22.
12. Bonta, J., Bourgon, G., Rugge, T., Scott, T. L., Yessine, A. K., Gutierrez, L. & Li, J. (2010). *The strategic training initiative in community supervision: Risk-need-responsivity in the real world 2010-01*. Ottawa: Public Safety Canada.

13. Bonta, J., Rugge, T., Scott, T. L., Bourgon, G. & Yessine, A. K. (2008). Exploring the black box of community supervision. *Journal of Offender Rehabilitation*, 47(3), 248-270.
14. Borden, S. J. (2002). *A Cognitive-behavioural Program for Young Offenders: Focusing on the Peer Helping Approach*. National Library of Canada.
15. Bourgon, G., Gutierrez, L. & Ashton, J. (2012). *From Case Management to Change Agent: The Evolution of 'what Works' Community Supervision*. Public Safety Canada. <http://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/2012-01-cmc/index-en.aspx>
16. Brazão, N., da Motta, C., Rijo, D., do Céu Salvador, M., Pinto-Gouveia, J. & Ramos, J. (2015). Clinical Change in Cognitive Distortions and Core Schemas After a Cognitive–Behavioral Group Intervention: Preliminary Findings from a Randomized Trial with Male Prison Inmates. *Cognitive Therapy and Research*, 39(5), 578-589.
17. Burgess, R. L. & Akers, R. L. (1966). A differential association-reinforcement theory of criminal behavior. *Social problems*, 14(2), 128-147.
18. Buss, A. H. & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*. 63(3). 452-459.
19. Camodeca, M. & Goossens, F. A. (2005). Aggression, social cognitions, anger and sadness in bullies and victims. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(2), 186-197.
20. Campbell, M. A., French, S. & Gendreau, P. (2007). *Assessing the utility of risk assessment tools and personality measures in the prediction of violent recidivism for adult offenders*. Ottawa, ON: Public Safety Canada.
21. Chambers, J. C., Eccleston, L., Day, A., Ward, T. & Howells, K. (2008). Treatment readiness in violent offenders: The influence of cognitive factors on engagement in violence programs. *Aggression and Violent Behavior*, 13(4), 276-284.
22. Chereji, S. V., Pinteá, S. & David, D. (2012). The relationship of anger and cognitive distortions with violence in violent offenders' population: A meta-analytic review. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 4(1), 59-77.
23. Clark, M. (2011). The role of social cognition in the development of the criminal career. *Internet Journal of Criminology*. 1-25. ISSN 2045-6743 (Online) http://www.internetjournalofcriminology.com/Clark_The_Role_of_Social_Cognition_in_the_Development_of_the_Criminal_Career.pdf
24. Copes, H., Vieraitis, L. & Jochum, J. M. (2007). Bridging the gap between research and practice: How neutralization theory can inform Reid interrogations of identity thieves. *Journal of Criminal Justice Education*, 18(3), 444-459.

25. Cottle, C. C., Lee, R. J. & Heilbrun, K. (2001). The prediction of criminal recidivism in juveniles a meta-analysis. *Criminal justice and behavior*, 28(3), 367-394.
26. Cressey, D. R. (1952). Application and verification of the differential association theory. *The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 43(1), 43-52.
27. Cressey, D. R. (1955). Changing criminals: The application of the theory of differential association. *American Journal of Sociology*, 116-120.
28. Crick, N. R. & Dodge, K. A. (1994). A review and reformulation of social information-processing mechanisms in children's social adjustment. *Psychological bulletin*, 115(1), 74 - 101
29. Cunha, O. & Gonçalves, R. A. (2013). Análise confirmatória fatorial de uma versão portuguesa do Questionário de Agressividade de Buss-Perry. *Laboratório de Psicologia*, 10(1), 3-17.
30. de Vogel, V., de Vries Robbé, M., de Ruiter, C. & Bouman, Y. H. (2011). Assessing protective factors in forensic psychiatric practice: Introducing the SAPROF. *International Journal of Forensic Mental Health*, 10(3), 171-177.
31. de Vries Robbé, M., de Vogel, V. & de Spa, E. (2011). Protective factors for violence risk in forensic psychiatric patients: A retrospective validation study of the SAPROF. *International Journal of Forensic Mental Health*, 10(3), 178-186
32. Decreto-Lei n.º 123/2011 - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça
33. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2015). Síntese Estatística Bimestral - Atividade de Assessoria Técnica e Apoio à Execução de Penas e Medidas na Comunidade no âmbito Penal e Tutelar Educativo. Dados provisórios, julho 2015.
34. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2016). Síntese Estatística Bimestral - Atividade de Assessoria Técnica e Apoio à Execução de Penas e Medidas na Comunidade no âmbito Penal e Tutelar Educativo. Dados provisórios, janeiro 2016.
35. Drake, C. R., Ward, T., Nathan, P. & Lee, J. K. (2001). Challenging the cognitive distortions of child molesters: An implicit theory approach. *Journal of Sexual Aggression*, 7(2), 25-40.
36. Egan, V., McMurrin, M., Richardson, C. & Blair, M. (2000). Criminal cognitions and personality: What does the PICTS really measure?. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 10(3), 170-184.
37. Elliott, S. N. & Busse, R. T. (1991). Social skills assessment and intervention with children and adolescents guidelines for assessment and training procedures. *School Psychology International*, 12(1-2), 63-83.

38. English, E. M. (2011). "I ALWAYS WANTED TO BE A HO WHEN I GREW UP:" NARRATIVE CLARIFICATIONS OF WALTERS' CRIMINAL THINKING STYLES (Doctoral dissertation, Indiana University of Pennsylvania).
39. Gacono, C. B., & Meloy, J. R. (1988). The relationship between cognitive style and defensive process in the psychopath. *Criminal Justice and Behavior*, 15(4), 472-483.
40. Gendreau, P. & Ross, R. R. (1987). Revivification of rehabilitation: Evidence from the 1980s. *Justice Quarterly*, 4(3), 349-407.
41. Gendreau, P., Little, T. & Goggin, C. (1996). A meta-analysis of adult offender recidivism: What works! *Criminology*, 34, 575-607.
42. Gibbs, J. C., Potter, G. B., Barriga, A. Q. & Liau, A. K. (1996). Developing the helping skills and prosocial motivation of aggressive adolescents in peer group programs. *Aggression and Violent Behavior*, 1(3), 283-305.
43. Golden, L. (2002). Evaluation of the efficacy of a cognitive behavioral program for offenders on probation: Thinking for a Change (Doctoral dissertation. The. In University of Texas Southwestern Medical Center at Dallas).
44. Goldstein, A. P., Nensén, R., Daleflod, B. & Kalt, M. (Eds.). (2005). New perspectives on aggression replacement training: Practice, research and application. John Wiley & Sons.
45. Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *PSicologia. Teoria. Investigação e Prática*, 1, 081-092
46. Guerra, N. G. & Slaby, R. G. (1989). Evaluative factors in social problem solving by aggressive boys. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 17(3), 277-289.
47. Hanby, L. (2013). A longitudinal study of dynamic risk, protective factors, and criminal recidivism: Change over time and the impact of assessment timing (Doctoral dissertation, Carleton University Ottawa, Canada© 2013).
48. Hannah-Moffat, K. & Maurutto, P. (2003). Youth Risk / Need Assessment: An Overview of issues and Practice. Department of Justice Canada, Youth Justice Research.
49. Hanson, R. K. & Bussiere, M. T. (1998). Predicting relapse: a meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of consulting and clinical psychology*, 66(2), 348-362
50. Hiller. M. L., Knight. K. & Simpson. D. D. (1999). Risk factors that predict dropout from corrections-based treatment for drug abuse. *The Prison Journal*. 79(4). 411-430.

51. Howells, K., Day, A., Williamson, P., Bubner, S., Jauncey, S., Parker, A. & Heseltine, K. (2005). Brief anger management programs with offenders: Outcomes and predictors of change. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 16(2), 296-311.
52. Izzo, R. L., & Ross, R. R. (1990). Meta-analysis of rehabilitation programs for juvenile delinquents: A brief report. *Criminal Justice and Behavior*, 17(1), 134-142
53. Kelly, J. & Egan, V. (2012). A case-control study of alcohol-related violent offending among Irish probation clients. Dublin Institute of Technology. 93-109
54. Keltner, D., Moffitt, T. E. & Stouthamer-Loeber, M. (1995). Facial expressions of emotion and psychopathology in adolescent boys. *Journal of Abnormal Psychology*, 104(4), 644.
55. Kroner, D. G. & Loza, W. (2001). Evidence for the efficacy of self-report in predicting nonviolent and violent criminal recidivism. *Journal of Interpersonal Violence*, 16(2), 168-177.
56. Kroner, D. G. & Mills, J. F. (2001). The accuracy of five risk appraisal instruments in predicting institutional misconduct and new convictions. *Criminal Justice and Behavior*, 28(4), 471-489.
57. Landenberger, N. A. & Lipsey, M. W. (2005). The positive effects of cognitive-behavioral programs for offenders: A meta-analysis of factors associated with effective treatment. *Journal of experimental criminology*, 1(4), 451-476.
58. Latessa, E. J. (2006). Effectiveness of cognitive behavioral interventions for youthful offenders. *Cognitive behavioral interventions for at-risk youth*. Civic Research Institute, Inc., 14, 1-20
59. Laub, J. H., & Sampson, R. J. (1991). The Sutherland-Glueck debate: On the sociology of criminological knowledge. *American Journal of Sociology*, 1402-1440. Reprinted in Piers Beirne, ed., *Origins and Growth of Criminology* (Dartmouth Publishing, 1994). <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:3226954>
60. Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro, 1ª alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro - LTE
61. Liao, A. K., Barriga, A. Q. & Gibbs, J. C. (1998). Relations between self-serving cognitive distortions and overt vs. covert antisocial behavior in adolescents. *Aggressive Behavior*, 24(5), 335-346.
62. Lipsey, Mark W.; Cullen, Francis T. The effectiveness of correctional rehabilitation: A review of systematic reviews. *Annu. Rev. Law Soc. Sci.*, 2007, 3: 297-320.
63. Lipsey, M. W., Landenberger, N. A. & Wilson, S. J. (2007). Effects of cognitive-behavioral programs for criminal offenders.

64. Mandell, W. (2006). Predicting Institutional Adjustment with the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles and the Psychopathology Checklist : Screening Version. PCOM Psychology Dissertations. Paper 94.
65. Mandracchi, J. T. (2009). Inmate thinking patterns: An integrative approach (Doctoral dissertation. Texas Tech University).
66. Mandracchia, J. T. & Morgan, R. D. (2010a). The relationship between status variables and criminal thinking in an offender population. *Psychological Services*, 7(1), 27-33.
67. Mandracchia, J. T. & Morgan, R. D. (2010b). Understanding Criminals' Thinking: Further Examination of the Measure of Offender Thinking Styles–Revised. *Assessment*, 442 - 452
68. Mandracchia, J. T., Morgan, R. D., Garos, S. & Garland, J. T. (2007). Inmate thinking patterns: An empirical investigation. *Criminal Justice and Behavior*, 1029-1043.
69. Marshall, W. L., Marshall, L. E. & Kingston, D. A. (2011). Are the cognitive distortions of child molesters in need of treatment?. *Journal of Sexual Aggression*, 17(2), 118-129.
70. Martin, R. C. & Dahlen, E. R. (2007). The angry cognitions scale: A new inventory for assessing cognitions in anger. *Journal of Rational-Emotive & Cognitive-Behavior Therapy*, 25(3), 155-173.
71. Martin, R. C. & Dahlen, E. R. (2011). Angry thoughts and response to provocation: Validity of the Angry Cognitions Scale. *Journal of Rational-Emotive & Cognitive-Behavior Therapy*, 29(2), 65-76.
72. Martin, R. C. & Vieaux, L. E. (2013). Angry Thoughts and Daily Emotion Logs: Validity of the Angry Cognitions Scale. *Journal of Rational-Emotive & Cognitive-Behavior Therapy*, 31(4), 219-230.
73. Martínez, V. C. & Andrés-Pueyo. A. (2015). The Spanish version of the Criminal Sentiment Scale Modified (CSS-M): Factor structure, reliability and validity. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 7(2), 67-72.
74. Maruna, S. & Copes, H. (2005). What have we learned from five decades of neutralization research? *Crime and justice*, 221-320.
75. Maruna, S. & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions†. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155-177.
76. Matsueda. R. L. (2001). Differential association theory. *Encyclopedia of criminology and deviant behavior*. 1. 125-130.
77. Matza, D. & Sykes, G. M. (1961). Juvenile delinquency and subterranean values. *American sociological review*, 712-719.

78. McCoy, K., Fremouw, W., Tyner, E., Clegg, C. Johansson-Love, J. & Strunk, J. (2006). Criminal-Thinking Styles and Illegal Behavior Among College Students: Validation of the PICTS*. *Journal of forensic sciences*, 51(5), 1174-1177.
79. McMurrin, M., Egan, V., & Duggan, C. (2005) *Social problem solving and offending: Evidence, evaluation and evolution*, (Vol. 22). John Wiley & Sons.
80. Mills, J. F. & Kroner, D. G. (2006). Impression management and self-report among violent offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(2), 178-192.
81. Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological review*, 100(4), 674-701.
82. Morgan, R. D., Fisher, W. H., Duan, N., Mandracchia, J. T. & Murray, D. (2010). Prevalence of Criminal Thinking among State Prison Inmates with Serious Mental Illness. *Law Hum Behav*, 34(4), 324-336.
83. Morrison, E. M., Barriga, A. Q., Liau, A. K. & Gibbs, J. C. (2001). Moral cognition: Explaining the gender difference in antisocial behavior. *Merrill-Palmer Quarterly*, 47(4), 532-562.
84. Murphy, W. D. (1990). Assessment and modification of cognitive distortions in sex offenders. In *Handbook of sexual assault*. Springer US, 331-342.
85. Newburn, T. (2007). *Criminology*. Cullompton, Devon: Willan Publishing.
86. Palmer, E. J. & Hollin, C. R. (2003). Using the psychological inventory of criminal thinking styles with English prisoners. *Legal and Criminological Psychology*, 8(2), 175-187.
87. Palmer, E. J. & Hollin, C. R. (2004). The use of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles with English young offenders. *Legal and Criminological Psychology*, 9(2), 253-264.
88. Pascual-Leone, J. (1996). Vygotsky, Piaget, and the problems of Plato. *Swiss Journal of Psychology*, 55, 84-92.
89. Ragatz, L. L., Anderson, R. J., Fremouw, W. & Schwartz, R. (2011). Criminal thinking patterns, aggression styles and the psychopathic traits of late high school bullies and bully-victims. *Aggressive behavior*, 37(2), 145-160.
90. Reid, C. L. (1998). A balanced review of Yochelson-Samenow's theory of "the criminal personality"*. *Criminal Justice Studies*, 10(4), 333-360.
91. Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2013). Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral.

92. Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2014). Sistema de Segurança Interna, Gabinete do Secretário-Geral.
93. Rode, M. & Rode, D. (2011). Criminal Thinking Styles of Juvenile Delinquents. *Problems of Forensic Science*, 84, 356-379.
94. Rode, M. (2014). Criminal thinking styles of minors. Social and personality correlates. *Current Issues in Personality Psychology*. 2(4), 1-14.
95. Rozycki, A. T. (2007). Prison tattoos as a reflection of the criminal lifestyle and predictor of recidivism (Doctoral dissertation. Texas Tech University).
96. Samenow, S. E. (1998). *Straight Talk About Criminals*. Northvale: Jason Aronson.
97. Samenow, S. E. (2007). *The myth of the out of character crime*. Greenwood Publishing Group.
98. Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos do que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 3, 387-404.
99. Sukhodolsky, D. G., Kassinove, H. & Gorman, B. S. (2004). Cognitive-behavioral therapy for anger in children and adolescents: A meta-analysis. *Aggression and violent behavior*, 9(3), 247-269.
100. Sutherland, E. & Cressey, D. (1978). *Criminology* (10th edn). J. B. Lippincott Company
101. Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American sociological review*, 22(6), 664-670.
102. Tangney, J. P., Baumeister, R. F. & Boone, A. L. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of personality*, 72(2), 271-324.
103. Taxman, F. S., Rhodes, A. G. & Dumenci, L. (2011). Construct and predictive validity of criminal thinking scales. *Criminal justice and behavior*, 38(2), 174-187.
104. Tong, L. S. J., & Farrington, D. P. (2006). How effective is the “Reasoning and Rehabilitation” programme in reducing reoffending? A meta-analysis of evaluations in four countries. *Psychology, Crime & Law*, 12(1), 3-24.
105. Topalli, V. (2005). WHEN BEING GOOD IS BAD: AN EXPANSION OF NEUTRALIZATION THEORY*. *Criminology*, 43(3), 797-836.
106. Topalli, V. (2006). The seductive nature of autotelic crime: How neutralization theory serves as a boundary condition for understanding hardcore street offending. *Sociological Inquiry*, 76(4), 475-XXX.

107. Vieira, A. & Soeiro, C. (2002). Agressividade e Psicopatia. *Temas Penitenciários*, 2(8-9), 25-35.
108. Vieira, S. (2011). Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. Escola de Psicologia
109. Von Glasersfeld, E. (1989). Cognition, construction of knowledge, and teaching. *Synthese*. 80(1), 121-140.
110. Von Glasersfeld, E. (1997). Piaget's legacy: Cognition as adaptive activity. Retrieved December, 12:2003, 283-287.
111. Wallinius, M., Johansson, P., Larden, M. & Dernevik, M. (2011). Self-serving cognitive distortions and antisocial behavior among adults and adolescents. *Criminal justice and behavior*, 38(3), 286-301.
112. Walters, G. D. & Geyer, M. D. (2005). Construct validity of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles in relationship to the PAI. disciplinary adjustment. and program completion. *Journal of Personality Assessment*, 84(3), 252-260.
113. Walters, G. D. & Knight, R. A. (2010). Antisocial personality disorder with and without antecedent childhood conduct disorder: does it make a difference?. *Journal of personality disorders*, 24(2), 258-271.
114. Walters, G. D. & White, T. W. (1988). Crime. popular mythology. and personal responsibility. *Fed. Probation*, 52, 18-26.
115. Walters, G. D. & White, T. W. (1989). HEREDITY AND CRIME: BAD GENES OR BAD RESEARCH?*. *Criminology*, 27(3), 455-485.
116. Walters, G. D. (1990). *The criminal lifestyle: Patterns of serious criminal conduct*. Sage.
117. Walters, G. D. (1995a). The psychological inventory of criminal thinking styles Part I: reliability and preliminary validity. *Criminal Justice and Behavior*, 22(3), 307-325.
118. Walters, G. D. (1995b). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles Part II: Identifying Simulated Response Sets. *Criminal Justice and Behavior*, 22(4), 437-445.
119. Walters, G. D. (1996). The psychological inventory of criminal thinking styles: Part III. Predictive validity. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 40(2), 105-112.
120. Walters, G. D. (2001b). Revised validity scales for the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Journal of Offender Rehabilitation*, 32(4), 1-13.

121. Walters, G. D. (2002a). Current and historical content scales for the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Legal and Criminological Psychology*, 7(1), 73-86.
122. Walters, G. D. (2002b). Criminal Belief Systems: An Integrated-Interactive Theory of Lifestyles: An Integrated-Interactive Theory of Lifestyles. ABC-CLIO.
123. Walters, G. D. (2002c). The Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS) A Review and Meta-Analysis. *Assessment*, 9(3), 278-291.
124. Walters, G. D. (2003a). Predicting criminal justice outcomes with the Psychopathy Checklist and Lifestyle Criminality Screening Form: a meta-analytic comparison. *Behavioral sciences & the law*, 21(1), 89-102.
125. Walters, G. D. (2003b). Changes in outcome expectancies and criminal thinking following a brief course of psychoeducation. *Personality and Individual Differences*, 35(3), 691-701.
126. Walters, G. D. (2005a). Predicting institutional adjustment with the lifestyle criminality screening form and psychological inventory of criminal thinking styles. *International Journal of Forensic Mental Health*, 4(1), 63-70.
127. Walters, G. D. (2005b). How many factors are there on the PICTS? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 15, 273-283.
128. Walters, G. D. (2006a). Appraising, researching and conceptualizing criminal thinking: A personal view. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 16(2), 87-99.
129. Walters, G. D. (2006b). Proactive and reactive composite scales for the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Journal of Offender Rehabilitation*, 42(4), 23-36.
130. Walters, G. D. (2006c). Risk-appraisal versus self-report in the prediction of criminal justice outcomes a meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 33(3), 279-304.
131. Walters, G. D. (2007). The latent structure of the criminal lifestyle: A taxometric analysis of the lifestyle criminality screening form and Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles. *Criminal Justice and Behavior*, 34(12), 1623-1637.
132. Walters, G. D. (2012). Criminal thinking and recidivism: Meta-analytic evidence on the predictive and incremental validity of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Aggression and Violent Behavior*, 17(3), 272-278.
133. Walters, G. D. (2014). An item response theory analysis of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles: Comparing male and female probationers and prisoners. *Psychological assessment*, 26(3), 1050-1055.

134. Walters, G. D., Elliott, W. N. & Miscoll, D. (1998). Use of the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles in a group of female offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 25(1), 125-135
135. Walters, G. D. (2001a). Development of a fear-of-change scale for the Psychological Inventory of Criminal Thinking Styles (PICTS). *Journal of Offender Rehabilitation* 34(1), 1-8.
136. Ward, T. & Nee, C. (2009). Surfaces and depths: evaluating the theoretical assumptions of cognitive skills programmes. *Psychology, Crime & Law*, 15(2-3), 165-182.
137. Ward, T., Hudson, S. M., Johnston, L. & Marshall, W. L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: An integrative review. *Clinical psychology review*, 17(5), 479-507.
138. White, T. W. & Walters, G. D. (1989). Lifestyle criminality and the psychology of irresponsibility. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 33(3), 257-263
139. Wilson, D. B., Bouffard, L. A. & MacKenzie, D. L. (2005). A quantitative review of structured, group-oriented, cognitive-behavioral programs for offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 32(2), 172-204.
140. Wong, S. K. (1998). Peer relations and Chinese-Canadian delinquency. *Journal of Youth and Adolescence*, 27, 641-659.
141. Yip, V. C., Gudjonsson, G. H., Perkins, D., Doidge, A., Hopkin, G. & Young, S. (2013). A non-randomised controlled trial of the R&R2MHP cognitive skills program in high risk male offenders with severe mental illness. *BMC psychiatry*, 13(1), 1. <http://www.biomedcentral.com/1471-244X/13/267>

Anejos



Anexo I - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação (Amostra Forense)

(de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo)

Por favor, lê com atenção.

Este documento, designado Consentimento, Informado, Livre e Esclarecido, contém informação importante em relação ao estudo que pretendemos realizar e para o qual pedimos a tua colaboração. Se tiveres alguma questão que queiras colocar, deves fazê-lo para que não fiquem dúvidas por esclarecer. Se concordares em dar a tua colaboração, por favor, assina este documento no local indicado, que se encontra na tabela.

Título do estudo: Estilos de Pensamento Delitivo em Jovens Delinquentes

Pessoa responsável pelo projeto: Nuno Miguel Roldão Cabral

Enquadramento: A investigação em curso é realizada no âmbito do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, da Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre.

Explicação do estudo: O internamento em centro educativo é uma das medidas tutelares, da Lei Tutelar Educativa. Esta é chamada de medida institucional e é considerada a mais gravosa, tendo em conta o grau de limitação na autonomia de decisão e condução da vida dos jovens que praticaram factos que, no código penal, são considerados *crime*.

O objetivo do trabalho é analisar as características dos jovens que estão internados em centro educativo ao nível do estilo de pensamento que se pensa estar relacionado com o comportamento delinquente. Também pretendemos estudar, ao mesmo tempo, se existe relação entre os estilos de pensamento e algumas competências pessoais e sociais que nos ajudam a ficar longe de problemas relacionados com a lei.

O objetivo é efetuar o estudo comparativo entre os dados dos jovens que estão no centro educativo, como é o teu caso, e os dados uma amostra constituída por outros jovens que não tiveram aplicação de medidas tutelares educativas, e que estão a estudar em escolas públicas portuguesas. Queremos perceber as diferenças entre ambos os grupos e, assim, formular propostas para futuras investigações e o desenvolvimento de programas que te ajudem, a ti, e outros jovens em situações semelhantes à tua, a não praticarem atos que prejudiquem outras pessoas, a ti próprio e a sociedade em geral.

Para recolher os dados necessários para concluir o estudo pretendemos aplicar de 5 instrumentos de avaliação, de autorrelato. A aplicação demora cerca de 20 minutos.

Confidencialidade e anonimato: A confidencialidade será assegurada pelo não registo de dados de identificação pessoal, sendo os questionários agrupados previamente de modo a assegurar que nenhum dos 5 instrumentos se extraviará. Os dados resultantes da aplicação dos questionários e da sua análise estatística serão divulgados salvaguardando os princípios éticos.

Assinatura/s: Data: / /

..... Data: / /

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM /ESTUDANTE
NOME:
BI/CC Nº: DATA OU VALIDADE / /
ASSINATURA

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINA/S E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA O/A INVESTIGADOR/A, OUTRA PARA A/O JOVEM QUE CONSENTE



Anexo II - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação (Amostra Comunitária)

(de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo)

Por favor, lê com atenção.

Este documento, designado Consentimento, Informado, Livre e Esclarecido, contém informação importante em relação ao estudo que pretendemos realizar e para o qual pedimos a tua colaboração. Se tiveres alguma questão que queiras colocar, deves fazê-lo para que não fiquem dúvidas por esclarecer. Se concordares em dar a tua colaboração, por favor, assina este documento no local indicado, que se encontra na tabela.

Título do estudo: Estilos de Pensamento Delitivo em Jovens Delinquentes

Pessoa responsável pelo projeto: Nuno Miguel Roldão Cabral

Enquadramento: A investigação em curso é realizada no âmbito do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, da Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre.

Explicação do estudo: O internamento em centro educativo é uma das medidas tutelares, da Lei Tutelar Educativa. Esta é chamada de medida institucional e é considerada a mais gravosa, tendo em conta o grau de limitação na autonomia de decisão e condução da vida dos jovens que praticaram factos que, no código penal, são considerados *crime*.

O objetivo do trabalho é analisar as características dos jovens que estão internados em centro educativo ao nível do estilo de pensamento que se pensa estar relacionado com o comportamento delincente. Também pretendemos estudar, ao mesmo tempo, se existe relação entre os estilos de pensamento e algumas competências pessoais e sociais que nos ajudam a ficar longe de problemas relacionados com a lei.

O objetivo é efetuar o estudo comparativo entre os dados dos jovens que estão no centro educativo e os dados uma amostra constituída por outros jovens que não tiveram aplicação de medidas tutelares educativas, e que estão a estudar em escolas públicas portuguesas, como é o teu caso. Queremos perceber as diferenças entre ambos os grupos e, assim, formular propostas para futuras investigações e o desenvolvimento de programas que ajudem aqueles jovens e outros, em situações semelhantes, a não praticarem atos que prejudiquem outras pessoas, a eles próprios e a sociedade em geral.

Para recolher os dados necessários para concluir o estudo pretendemos aplicar de 5 instrumentos de avaliação, de autorrelato. A aplicação demora cerca de 20 minutos.

Confidencialidade e anonimato: A confidencialidade será assegurada pelo não registo de dados de identificação pessoal, sendo os questionários agrupados previamente de modo a assegurar que nenhum dos 5 instrumentos se extraviará. Os dados resultantes da aplicação dos questionários e da sua análise estatística serão divulgados salvaguardando os princípios éticos.

Assinatura/s: Data: / /

..... Data: / /

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

IDENTIFICAÇÃO DO JOVEM /ESTUDANTE
NOME:
BI/CC Nº: DATA OU VALIDADE / /
ASSINATURA

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINA/S E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA O/A INVESTIGADOR/A, OUTRA PARA A/O JOVEM QUE CONSENTE



Anexo III - Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação (Pais, Representante Legal, Detentor da Guarda de Facto)

de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo

Por favor, leia com atenção.

Este documento, designado Consentimento, Informado, Livre e Esclarecido, contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi abordado/a, bem como o que esperar se decidir participar no mesmo. Leia atentamente toda a informação aqui contida. Deve sentir-se inteiramente livre para colocar qualquer questão, assim como para discutir com terceiros (amigos, familiares) a decisão da sua participação no mesmo. Se concordar com a proposta que é apresentada, queira assinar este documento.

Título do estudo: Estilos de Pensamento Delitivo em Jovens Delinquentes

Pessoa responsável pelo projeto: Nuno Miguel Roldão Cabral

Enquadramento: A investigação em curso é realizada no âmbito do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, da Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre.

Explicação do estudo: O internamento em centro educativo é uma das medidas tutelares, elencadas na Lei Tutelar Educativa, denominada de institucional, sendo considerada a mais gravosa, tendo em conta o grau de limitação na autonomia de decisão e condução da vida dos jovens.

O objetivo do trabalho que se pretende concretizar é analisar as características dos jovens internados em centro educativo ao nível do estilo de pensamento - propostos por Glenn Walter (1990) - que suportam o comportamento delincente, estudando simultaneamente a relação entre estes e as competências pessoais e sociais – Empatia, Impulsividade/Autocontrolo e Competências de Resolução de Problemas.

Partindo desta análise efetuar-se-á o estudo comparativo entre os jovens que cumprem medida tutelar em centro educativo e uma amostra de jovens que não tiveram aplicação de medidas tutelares educativas, procurando perceber as diferenças entre ambos e, assim, formular propostas para futuras investigações e o desenvolvimento de programas de tratamento do comportamento delincente em jovens com medidas tutelares.

A investigação será suportada pela aplicação de 5 instrumentos de avaliação, de autorrelato, que medem os estilos de pensamento associados ao cometimento de crimes, processos cognitivos adaptativos e as distorções cognitivas mais associadas ao comportamento desviante, empatia afetiva e cognitiva, a cooperação, assertividade, empatia e autocontrolo da agressividade nos domínios instrumental, emocional e cognitivo.

Confidencialidade e anonimato: A confidencialidade será assegurada pelo não registo de dados de identificação pessoal, sendo os questionários agrupados previamente de modo a assegurar que nenhum dos 5 instrumentos se extraviará. Os dados resultantes da aplicação dos questionários e da sua análise estatística serão divulgados salvaguardando os princípios éticos.

Assinatura/s: Data: /..... /.....

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome do Jovem

Assinatura Data: /..... /.....

PAIS, REPRESENTANTE LEGAL, DETENTOR DA GUARDA DE FACTO
(se o menor/jovem consentir deve também assinar em cima)

Nome: BI/CC Nº:

Data ou validade /... /... GRAU DE PARENTESCO OU TIPO DE REPRESENTAÇÃO: ASSINATURA

.....

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 2 PÁGINA/S E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA O/A INVESTIGADOR/A, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE



Anexo IV – Nota Introdutória (Amostra Forense e Comunitária)

INTRODUÇÃO

Por favor, leia com atenção!

Este documento contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi convidada(o) a prestar a sua colaboração. Este realiza-se no âmbito do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, da Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre.

A sua participação é totalmente voluntária. Se optar por participar no mesmo pode, ainda assim, a qualquer momento, por qualquer motivo, interromper a sua participação.

A investigação será suportada pela aplicação de 5 instrumentos de avaliação de autorelato. Não há respostas certas ou erradas!

Por favor, demore o tempo necessário para completar cada um dos questionários, tentando dar a resposta que melhor se adegue a cada uma das situações que os compõem.

Confidencialidade e anonimato: Os seus dados pessoais são confidenciais e não serão partilhados com ninguém ou nenhuma instituição.

Todos os resultados decorrentes das suas respostas apresentados em publicações ou relatórios estarão de forma agregada, para que nenhum dos participantes possa ser identificado.

Obrigado pela sua participação!

Anexo V - I. P. E. P. C. (Amostra Forense)

(Glenn Walters, Ph. D., 1981, Versão portuguesa: Vieira, 2010)

(Versão 4.0)

Número _____ Data _____ Idade _____ Sexo _____

Escolaridade (último grau aprovado) _____ Estado civil _____

Nacionalidade _____ Naturalidade _____ Concelho de Residência _____

Instruções:

Os seguintes itens, se respondidos honestamente, são concebidos de forma a ajudá-lo a compreender melhor o seu próprio modo de pensar e agir.

Por favor, demore o tempo necessário para completar cada um dos 80 itens deste inventário, usando para tal a seguinte escala de 4 pontos:

4 – Concordo Totalmente (CT)

3 – Concordo (C)

2 – Tenho dúvidas/ Talvez (T)

1 – Discordo (D)

	CT	C	T	D
1. Quando quero alguma coisa, não deixo que nada se atravesse no meu caminho.	4	3	2	1
2. Dou por mim a culpar a sociedade e os outros pelos problemas que tenho tido na vida.	4	3	2	1
3. Mudar pode ser assustador.	4	3	2	1
4. Apesar de ter boas intenções, tenho dificuldade em permanecer centrado nos meus objectivos e manter-me 'na linha'.	4	3	2	1
5. Se me esforçar o suficiente, não há nada que eu não consiga fazer.	4	3	2	1
6. Quando pressionado pelos problemas da vida, tenho dito "Que se lixe!" e a seguir uso drogas ou cometo crimes.	4	3	2	1
7. É perturbador não saber o que o futuro nos reserva.	4	3	2	1
8. Dei comigo a culpar as vítimas de alguns dos meus crimes, dizendo coisas como: "mereceram o que lhes aconteceu" ou "deveriam ter sido mais espertos".	4	3	2	1
9. Uma das primeiras coisas em que penso quando estou a avaliar outra pessoa é se ele parece forte ou fraco.	4	3	2	1
10. Por vezes, penso em coisas tão horríveis que não podem ser ditas.	4	3	2	1
11. Tenho medo de ficar maluco.	4	3	2	1
12. Da maneira como vejo as coisas, já paguei as minhas contas, e por isso justifiquei aquilo que fiz.	4	3	2	1

13. Quanto mais me envolvia no crime, mais pensava que não havia maneira de a polícia ou as autoridades me apanharem.	4	3	2	1
14. Acredito que violar a lei não tem muita importância desde que não se cause sofrimento físico a ninguém.	4	3	2	1
15. Já ajudei amigos e família com o dinheiro adquirido ilegalmente.	4	3	2	1
16. Não ligo aos meus pensamentos e ideias ao ponto de ignorar os problemas e dificuldades que lhes estão associados, até ser tarde demais.	4	3	2	1
17. É injusto que eu tenha sido preso pelos meus crimes quando há banqueiros, juizes e políticos que, todos os dias, escapam ilesos de todo o tipo de comportamentos ilegais e não éticos.	4	3	2	1
18. Dou por mim a discutir com outras pessoas por questões ou problemas relativamente banais.	4	3	2	1
19. Posso dizer honestamente que o “bem-estar” das minhas vítimas foi algo que tive em consideração quando cometi os meus crimes.	4	3	2	1
20. Quando me sinto frustrado dou por mim a dizer “Que se lixe!” e a seguir vou cometer um acto irresponsável ou sem sentido.	4	3	2	1
21. Novas situações e desafios põem-me nervoso.	4	3	2	1
22. Mesmo quando era apanhado por um crime, achava que não havia maneira de me condenarem ou mandarem para a prisão.	4	3	2	1
23. Dou por mim a meter-me por atalhos, mesmo quando sei que isso irá interferir na minha capacidade para atingir objectivos que tracei.	4	3	2	1
24. Quando não tenho o controlo de uma situação, sinto-me fraco e desesperado e sinto um desejo de exercer poder sobre os outros.	4	3	2	1
25. Apesar da “vida criminal” que tenho levado, no fundo sou basicamente uma boa pessoa.	4	3	2	1
26. Frequentemente começo uma actividade, um projecto ou um trabalho mas acabo por nunca o terminar.	4	3	2	1
27. Regularmente ouço vozes e tenho visões que os outros não ouvem nem vêem.	4	3	2	1
28. No fim de contas, a sociedade tem uma dívida para comigo.	4	3	2	1
29. Já disse para comigo, mais que uma vez, que se não fossem outros a acusar-me nunca teria sido apanhado.	4	3	2	1
30. Quando devia actuar, tenho tendência a deixar as coisas correr, porque acho que irão acabar por se resolver por si próprias.	4	3	2	1
31. Já usei álcool ou drogas para eliminar o medo ou o nervosismo antes de cometer um crime.	4	3	2	1
32. Já cometi erros na vida.	4	3	2	1
33. Em liberdade, eu dizia a mim mesmo que precisava de roubar ou assaltar para poder continuar a levar o tipo de vida que levava.	4	3	2	1
34. Gosto de ter o papel central nas minhas relações e nas conversas com os outros, para controlar as coisas o máximo possível.	4	3	2	1

35. Quando me perguntam acerca dos meus motivos para me iniciar no crime, justifico o meu comportamento explicando o quanto a minha vida tem sido dura.	4	3	2	1
36. Tenho problemas em seguir em frente com as boas intenções iniciais.	4	3	2	1
37. Já dei por mim a ser carinhoso com animais ou crianças para me sentir melhor depois de ter cometido um crime ou me ter comportado de forma irresponsável.	4	3	2	1
38. Houve alturas na minha vida em que senti que estava acima da lei.	4	3	2	1
39. Pareço ter problemas em concentrar-me nas tarefas mais simples.	4	3	2	1
40. Tendo a agir impulsivamente quando estou sob <i>stress</i> .	4	3	2	1
41. Não há nenhuma razão pela qual devo mostrar-me desamparado em frente de amigos e familiares, quando é tão fácil aproveitar-me dos outros.	4	3	2	1
42. Muitas vezes, não tentei certas coisas por medo de falhar.	4	3	2	1
43. Tendo a adiar para amanhã aquilo que deveria ser feito hoje.	4	3	2	1
44. Apesar de ter tido sempre consciência que poderia ser apanhado por um crime, dizia para mim mesmo “Não há maneira de me apanharem desta vez”.	4	3	2	1
45. Justifiquei o facto de vender drogas, roubar ou assaltar, dizendo a mim mesmo que se eu não o fizesse, outra pessoa o faria.	4	3	2	1
46. É-me difícil comprometer-me com alguma coisa da qual não tenho a certeza, porque fico com medo.	4	3	2	1
47. As pessoas têm dificuldade em compreender-me, porque quando falo tendo a saltar de um assunto para outro.	4	3	2	1
48. Não há nada mais assustador do que a mudança.	4	3	2	1
49. Não admito que me digam o que devo fazer, e se tentarem, eu responderei com ameaças, ou poderei até tornar-me fisicamente agressivo.	4	3	2	1
50. Quando cometo um crime ou actuo de forma irresponsável, costumo fazer de seguida um “boa acção” ou algo simpático a alguém para compensar o mal que fiz.	4	3	2	1
51. Tenho dificuldade em avaliar de forma crítica os meus pensamentos, ideias e planos.	4	3	2	1
52. Ninguém no passado ou no futuro fará melhor que eu, porque sou mais forte, mais esperto ou desenrascado do que a maioria das pessoas.	4	3	2	1
53. Explico as minhas acções irresponsáveis afirmando: “Toda a gente está a fazer o mesmo, porque é que eu não o hei-de fazer?”.	4	3	2	1
54. Por vezes quando me provocam concordo, mesmo quando sei que as outras pessoas estão erradas, porque é mais fácil do que ficar a discutir com elas o assunto.	4	3	2	1
55. O medo da mudança fez com fosse difícil, para mim, ser bem sucedido na vida.	4	3	2	1
56. Do meu ponto de vista, não sou verdadeiramente um criminoso, porque nunca tive a intenção de magoar ninguém.	4	3	2	1
57. Ainda dou por mim a dizer: “Nem pensar em ter um trabalho regular, vou é sacar algum...”.	4	3	2	1
58. Às vezes queria poder apagar certas coisas que disse ou que fiz.	4	3	2	1
59. Olhando para trás na minha vida, vejo agora que me faltou orientação e consistência nos objectivos.	4	3	2	1

60. Sinto, por vezes, cheiros estranhos para os quais não há explicação.	4	3	2	1
61. Quando estava em liberdade, acreditei que podia usar drogas e não ficar dependente como outros o ficaram.	4	3	2	1
62. Facilmente saio do caminho em que estou e, por isso, raramente acabo o que começo.	4	3	2	1
63. Se houver um atalho ou um caminho mais fácil para contornar um problema, eu descubro-o.	4	3	2	1
64. Tenho dificuldade em controlar os meus sentimentos de raiva.	4	3	2	1
65. Acredito que sou uma pessoa especial e que a minha situação merece uma consideração especial.	4	3	2	1
66. Não há nada pior do que ser visto como fraco ou desamparado.	4	3	2	1
67. Olho para as coisas positivas que fiz pelos outros como forma de compensar as coisas negativas.	4	3	2	1
68. Mesmo quando estabeleço objectivos, frequentemente não os alcanço porque estou distraído com coisas que se passam à minha volta.	4	3	2	1
69. Houve alturas em que tentei mudar, mas, por medo, fui incapaz de o fazer.	4	3	2	1
70. Quando me sinto frustrado atiro fora os pensamentos racionais com afirmações como “Que se lixe!”.	4	3	2	1
71. Já disse a mim mesmo que nunca me teria envolvido no crime se tivesse tido um bom emprego.	4	3	2	1
72. Considero que a minha vida seria mais satisfatória se eu tivesse aprendido a tomar melhores decisões.	4	3	2	1
73. Houve alturas em que me achei no direito de violar a lei para pagar umas férias, um carro novo ou roupa cara, que eu achava que precisava.	4	3	2	1
74. Raramente prestei atenção às consequências das minhas acções quando estava em liberdade.	4	3	2	1
75. Uma parte importante da minha vida em liberdade foi passada a tentar controlar pessoas e situações.	4	3	2	1
76. No início, quando comecei a violar a lei era muito cauteloso mas, à medida que o tempo passava e eu não era “apanhado”, tornei-me demasiado auto-confiante e convenci-me de que poderia fazer qualquer coisa e escapar sempre.	4	3	2	1
77. Agora, ao olhar para trás, vejo que era uma pessoa bastante boa, mesmo estando envolvido no crime.	4	3	2	1
78. Houve alturas em que tinha planos para fazer algo com a minha família e depois cancelei-os para poder sair com os meus amigos, drogar-me ou cometer crimes.	4	3	2	1
79. Tendo a “empurrar os problemas para o lado” em vez de os enfrentar.	4	3	2	1
80. Já cometi crimes ou actos irresponsáveis (como consumir drogas), usando para isso desculpas como estar afastado do crime há algum tempo ou ter agredido a minha mulher.	4	3	2	1

Anexo VI - I. P. E. P. C. (Amostra Comunitária)

(Glenn Walters, Ph. D., 1981, Versão portuguesa: Vieira, 2010)
(Versão 4.0)

Data _____ Idade _____ Sexo _____ Escolaridade (último grau/ano aprovado) _____

Estado Civil _____ Nacionalidade _____ Naturalidade _____

Concelho de Residência _____

Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal? _____

Qual o motivo? _____

Instruções:

Os seguintes itens, se respondidos honestamente, são concebidos de forma a ajudá-lo a compreender melhor o seu próprio modo de pensar e agir.

Por favor, demore o tempo necessário para completar cada um dos 80 itens deste inventário, usando para tal a seguinte escala de 4 pontos:

4 – Concordo Totalmente (CT)

3 – Concordo (C)

2 – Tenho dúvidas/ Talvez (T)

1 – Discordo (D)

	CT	C	T	D
1. Quando quero alguma coisa, não deixo que nada se atravesse no meu caminho.	4	3	2	1
2. Dou por mim a culpar a sociedade e os outros pelos problemas que tenho tido na vida.	4	3	2	1
3. Mudar pode ser assustador.	4	3	2	1
4. Apesar de ter boas intenções, tenho dificuldade em permanecer centrado nos meus objectivos e manter-me 'na linha'.	4	3	2	1
5. Se me esforçar o suficiente, não há nada que eu não consiga fazer.	4	3	2	1
6. Quando pressionado pelos problemas da vida, tenho dito "Que se lixe!" e a seguir uso drogas ou cometo crimes.	4	3	2	1
7. É perturbador não saber o que o futuro nos reserva.	4	3	2	1
8. Dei comigo a culpar as vítimas de alguns dos meus crimes, dizendo coisas como: "mereceram o que lhes aconteceu" ou "deveriam ter sido mais espertos".	4	3	2	1
9. Uma das primeiras coisas em que penso quando estou a avaliar outra pessoa é se ele parece forte ou fraco.	4	3	2	1
10. Por vezes, penso em coisas tão horríveis que não podem ser ditas.	4	3	2	1
11. Tenho medo de ficar maluco.	4	3	2	1
12. Da maneira como vejo as coisas, já paguei as minhas contas, e por isso justifiquei aquilo que fiz.	4	3	2	1

13. Quanto mais me envolvia no crime, mais pensava que não havia maneira de a polícia ou as autoridades me apanharem.	4	3	2	1
14. Acredito que violar a lei não tem muita importância desde que não se cause sofrimento físico a ninguém.	4	3	2	1
15. Já ajudei amigos e família com o dinheiro adquirido ilegalmente.	4	3	2	1
16. Não ligo aos meus pensamentos e ideias ao ponto de ignorar os problemas e dificuldades que lhes estão associados, até ser tarde demais.	4	3	2	1
17. É injusto que eu tenha sido preso pelos meus crimes quando há banqueiros, juizes e políticos que, todos os dias, escapam ilesos de todo o tipo de comportamentos ilegais e não éticos.	4	3	2	1
18. Dou por mim a discutir com outras pessoas por questões ou problemas relativamente banais.	4	3	2	1
19. Posso dizer honestamente que o “bem-estar” das minhas vítimas foi algo que tive em consideração quando cometi os meus crimes.	4	3	2	1
20. Quando me sinto frustrado dou por mim a dizer “Que se lixe!” e a seguir vou cometer um acto irresponsável ou sem sentido.	4	3	2	1
21. Novas situações e desafios põem-me nervoso.	4	3	2	1
22. Mesmo quando era apanhado por um crime, achava que não havia maneira de me condenarem ou mandarem para a prisão.	4	3	2	1
23. Dou por mim a meter-me por atalhos, mesmo quando sei que isso irá interferir na minha capacidade para atingir objectivos que tracei.	4	3	2	1
24. Quando não tenho o controlo de uma situação, sinto-me fraco e desesperado e sinto um desejo de exercer poder sobre os outros.	4	3	2	1
25. Apesar da “vida criminal” que tenho levado, no fundo sou basicamente uma boa pessoa.	4	3	2	1
26. Frequentemente começo uma actividade, um projecto ou um trabalho mas acabo por nunca o terminar.	4	3	2	1
27. Regularmente ouço vozes e tenho visões que os outros não ouvem nem vêem.	4	3	2	1
28. No fim de contas, a sociedade tem uma dívida para comigo.	4	3	2	1
29. Já disse para comigo, mais que uma vez, que se não fossem outros a acusar-me nunca teria sido apanhado.	4	3	2	1
30. Quando devia actuar, tenho tendência a deixar as coisas correr, porque acho que irão acabar por se resolver por si próprias.	4	3	2	1
31. Já usei álcool ou drogas para eliminar o medo ou o nervosismo antes de cometer um crime.	4	3	2	1
32. Já cometi erros na vida.	4	3	2	1
33. Em liberdade, eu dizia a mim mesmo que precisava de roubar ou assaltar para poder continuar a levar o tipo de vida que levava.	4	3	2	1
34. Gosto de ter o papel central nas minhas relações e nas conversas com os outros, para controlar as coisas o máximo possível.	4	3	2	1
35. Quando me perguntam acerca dos meus motivos para me iniciar no crime, justifico o	4	3	2	1

meu comportamento explicando o quanto a minha vida tem sido dura.

36. Tenho problemas em seguir em frente com as boas intenções iniciais.	4	3	2	1
37. Já dei por mim a ser carinhoso com animais ou crianças para me sentir melhor depois de ter cometido um crime ou me ter comportado de forma irresponsável.	4	3	2	1
38. Houve alturas na minha vida em que senti que estava acima da lei.	4	3	2	1
39. Pareço ter problemas em concentrar-me nas tarefas mais simples.	4	3	2	1
40. Tendo a agir impulsivamente quando estou sob <i>stress</i> .	4	3	2	1
41. Não há nenhuma razão pela qual devo mostrar-me desamparado em frente de amigos e familiares, quando é tão fácil aproveitar-me dos outros.	4	3	2	1
42. Muitas vezes, não tentei certas coisas por medo de falhar.	4	3	2	1
43. Tendo a adiar para amanhã aquilo que deveria ser feito hoje.	4	3	2	1
44. Apesar de ter tido sempre consciência que poderia ser apanhado por um crime, dizia para mim mesmo “Não há maneira de me apanharem desta vez”.	4	3	2	1
45. Justifiquei o facto de vender drogas, roubar ou assaltar, dizendo a mim mesmo que se eu não o fizesse, outra pessoa o faria.	4	3	2	1
46. É-me difícil comprometer-me com alguma coisa da qual não tenho a certeza, porque fico com medo.	4	3	2	1
47. As pessoas têm dificuldade em compreender-me, porque quando falo tendo a saltar de um assunto para outro.	4	3	2	1
48. Não há nada mais assustador do que a mudança.	4	3	2	1
49. Não admito que me digam o que devo fazer, e se tentarem, eu responderei com ameaças, ou poderei até tornar-me fisicamente agressivo.	4	3	2	1
50. Quando cometo um crime ou actuo de forma irresponsável, costumo fazer de seguida um “boa acção” ou algo simpático a alguém para compensar o mal que fiz.	4	3	2	1
51. Tenho dificuldade em avaliar de forma crítica os meus pensamentos, ideias e planos.	4	3	2	1
52. Ninguém no passado ou no futuro fará melhor que eu, porque sou mais forte, mais esperto ou desenrascado do que a maioria das pessoas.	4	3	2	1
53. Explico as minhas acções irresponsáveis afirmando: “Toda a gente está a fazer o mesmo, porque é que eu não o hei-de fazer?”.	4	3	2	1
54. Por vezes quando me provocam concordo, mesmo quando sei que as outras pessoas estão erradas, porque é mais fácil do que ficar a discutir com elas o assunto.	4	3	2	1
55. O medo da mudança fez com fosse difícil, para mim, ser bem sucedido na vida.	4	3	2	1
56. Do meu ponto de vista, não sou verdadeiramente um criminoso, porque nunca tive a intenção de magoar ninguém.	4	3	2	1
57. Ainda dou por mim a dizer: “Nem pensar em ter um trabalho regular, vou é sacar algum...”.	4	3	2	1
58. Às vezes queria poder apagar certas coisas que disse ou que fiz.	4	3	2	1
59. Olhando para trás na minha vida, vejo agora que me faltou orientação e consistência nos objectivos.	4	3	2	1

60. Sinto, por vezes, cheiros estranhos para os quais não há explicação.	4	3	2	1
61. Quando estava em liberdade, acreditei que podia usar drogas e não ficar dependente como outros o ficaram.	4	3	2	1
62. Facilmente saio do caminho em que estou e, por isso, raramente acabo o que começo.	4	3	2	1
63. Se houver um atalho ou um caminho mais fácil para contornar um problema, eu descubro-o.	4	3	2	1
64. Tenho dificuldade em controlar os meus sentimentos de raiva.	4	3	2	1
65. Acredito que sou uma pessoa especial e que a minha situação merece uma consideração especial.	4	3	2	1
66. Não há nada pior do que ser visto como fraco ou desamparado.	4	3	2	1
67. Olho para as coisas positivas que fiz pelos outros como forma de compensar as coisas negativas.	4	3	2	1
68. Mesmo quando estabeleço objectivos, frequentemente não os alcanço porque estou distraído com coisas que se passam à minha volta.	4	3	2	1
69. Houve alturas em que tentei mudar, mas, por medo, fui incapaz de o fazer.	4	3	2	1
70. Quando me sinto frustrado atiro fora os pensamentos racionais com afirmações como “Que se lixe!”.	4	3	2	1
71. Já disse a mim mesmo que nunca me teria envolvido no crime se tivesse tido um bom emprego.	4	3	2	1
72. Considero que a minha vida seria mais satisfatória se eu tivesse aprendido a tomar melhores decisões.	4	3	2	1
73. Houve alturas em que me achei no direito de violar a lei para pagar umas férias, um carro novo ou roupa cara, que eu achava que precisava.	4	3	2	1
74. Raramente prestei atenção às consequências das minhas acções quando estava em liberdade.	4	3	2	1
75. Uma parte importante da minha vida em liberdade foi passada a tentar controlar pessoas e situações.	4	3	2	1
76. No início, quando comecei a violar a lei era muito cauteloso mas, à medida que o tempo passava e eu não era “apanhado”, tornei-me demasiado auto-confiante e convenci-me de que poderia fazer qualquer coisa e escapar sempre.	4	3	2	1
77. Agora, ao olhar para trás, vejo que era uma pessoa bastante boa, mesmo estando envolvido no crime.	4	3	2	1
78. Houve alturas em que tinha planos para fazer algo com a minha família e depois cancelei-os para poder sair com os meus amigos, drogar-me ou cometer crimes.	4	3	2	1
79. Tendo a “empurrar os problemas para o lado” em vez de os enfrentar.	4	3	2	1
80. Já cometi crimes ou actos irresponsáveis (como consumir drogas), usando para isso desculpas como estar afastado do crime há algum tempo ou ter agredido a minha mulher.	4	3	2	1

Anexo VII – AQ (Amostras Forense e Comunitária)

(Buss & Perry, 1992; Tradução e adaptação: Ana Vieira & Cristina Soeiro, 2002)

Instruções:

Em baixo vai encontrar uma lista de afirmações que abordam características pessoais. Em relação a cada uma delas, indique qual a resposta que melhor se adapta a si. Para responder, utilize as seguintes opções:

Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1	2	3	4	5

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre
1. De vez em quando não consigo controlar a necessidade de bater noutra pessoa	1	2	3	4	5
2. Quando não estou de acordo com os meus amigos, digo-lhes abertamente	1	2	3	4	5
3. Exalto-me facilmente, mas recupero rapidamente	1	2	3	4	5
4. De vez em quando tenho muita inveja dos outros	1	2	3	4	5
5. Se me provocarem bastante, posso bater noutra pessoa	1	2	3	4	5
6. Muitas vezes entro em desacordo com as pessoas	1	2	3	4	5
7. Quando fico frustrado, mostro a minha irritação	1	2	3	4	5
8. Por vezes sinto que a vida não me dá o suficiente	1	2	3	4	5
9. Se alguém me bate, respondo da mesma forma	1	2	3	4	5
10. Quando as pessoas me aborrecem, chego a dizer-lhes o que penso delas	1	2	3	4	5
11. Por vezes sinto-me um barril de pólvora pronto a explodir	1	2	3	4	5
12. As outras pessoas parecem ter sempre as melhores oportunidades	1	2	3	4	5
13. Costumo entrar em brigas mais vezes que a maioria das pessoas	1	2	3	4	5
14. Não consigo deixar de discutir quando as pessoas que discordam de mim	1	2	3	4	5
15. Sou uma pessoa extremamente calma	1	2	3	4	5
16. Pergunto-me porque às vezes me sinto tão amargo(a) com as coisas	1	2	3	4	5

17. Se tiver que recorrer à violência para proteger os meus direitos, faço-o	1	2	3	4	5
18. Os meus amigos dizem que gosto de discutir	1	2	3	4	5
19. Às vezes perco o controlo sem razão em especial	1	2	3	4	5
20. Sei que "amigos" falam nas minhas costas	1	2	3	4	5
21. Há gente que me pressionou tanto que chegámos a "vias de facto"	1	2	3	4	5
22. Alguns dos meus amigos pensam que sou quizilento	1	2	3	4	5
23. Fico desconfiado de estranhos muito amáveis	1	2	3	4	5
24. Não consigo encontrar nenhuma boa razão para bater em alguém	1	2	3	4	5
25. Tenho dificuldade em controlar o meu feitio	1	2	3	4	5
26. Por vezes sinto que as pessoas se riem nas minhas costas	1	2	3	4	5
27. Já ameacei pessoas que conheço	1	2	3	4	5
28. Quando os outros são especialmente amáveis, pergunto-me o que quererão	1	2	3	4	5
29. Já fiquei tão zangado que parti coisas	1	2	3	4	5

Anexo VIII – ACS (Amostras Forense e Comunitária)

(Ryan C. Martin & Eric R. Dahlen, 2007)
(Versão experimental portuguesa autorizada, 2008)

Instruções:

De seguida é apresentado um conjunto de **acontecimentos/cenários**. Em situações semelhantes, e quando confrontadas com estes **acontecimentos/cenários**, as pessoas apresentam habitualmente vários tipos de pensamentos. Para cada um dos acontecimentos/cenários imagine que o que está a ser descrito acabou de acontecer consigo.

De seguida, leia para cada **acontecimento/cenário** os pensamentos apresentados e assinale com um círculo as alternativas que melhor correspondem aos seus pensamentos nessa situação ou numa situação semelhante. Não há respostas certas ou erradas. Não está a ser questionado se esses pensamentos são apropriados, mas apenas se é provável ter pensamentos semelhantes aos indicados. Por favor, responda a todas as perguntas.

Muito improvável	Improvável	Um pouco provável	Provável	Muito provável
1	2	3	4	5

Está a conduzir numa zona residencial quando alguém sai de uma zona privada (garagem) e quase que lhe bate com o carro.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
1. Ele/Ela só fez isto para eu ter de parar. Ele/ela estava a tentar assustar-me.	1	2	3	4	5
2. Não tolero quando este tipo de coisas acontece. Ele/ ela quase bateu no meu carro.	1	2	3	4	5
3. Já ninguém sabe conduzir. As pessoas não têm cuidado nenhum.	1	2	3	4	5
4. Ele/Ela não me deve ter visto.	1	2	3	4	5
5. As pessoas deviam olhar por onde andam. Eu estava aqui primeiro. Ele/Ela não se devia ter metido no meu caminho.	1	2	3	4	5
6. Este(a) estúpido(a) / parvo(a) / idiota/ burro(a)!	1	2	3	4	5

O(A) seu(sua) novo(a) companheiro(a) não limpa a cozinha depois de ter recebido alguns amigos.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
7. Ele/Ela sabe como isto me irrita e mesmo assim não se importa.	1	2	3	4	5
8. Eu não sou capaz de lidar com a desarrumação dele / dela.	1	2	3	4	5
9. Ele/Ela deve manter este local limpo porque é assim que eu quero que esteja. Ele/Ela devia respeitar a minha casa.	1	2	3	4	5
10. Mesmo que eu queira, eu não consigo controlar as coisas que	1	2	3	4	5
11. Este(a) pateta/ estúpido(a) parece que já nasceu cansado(a)!	1	2	3	4	5
12. Ele/Ela está sempre a fazer isto/. Está sempre a sujar tudo e nunca limpa nada.	1	2	3	4	5

Alguém lhe dá um encontrão no supermercado e não pede desculpa.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
13. As pessoas são sempre tão descuidadas.	1	2	3	4	5
14. Às vezes não consigo tolerar as pessoas.	1	2	3	4	5
15. Tenho a certeza que ele/ela não me teria empurrado se me tivesse visto.	1	2	3	4	5
16. Ele/ela é demasiado descuidado(a) para andar por aí.	1	2	3	4	5
17. Aquele(a) besta / parvo(a) / idiota!	1	2	3	4	5
18. As pessoas precisam de aprender a ver por onde andam.	1	2	3	4	5

Chega a casa depois de passar pelo restaurante onde encomendou a comida e descobre que lhe deram a comida errada.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
19. Isto não é assim tão difícil. Como podem as pessoas ser tão estúpidas?	1	2	3	4	5
20. As pessoas devem fazer o seu trabalho bem feito. É o mínimo que se pede!	1	2	3	4	5
21. Aposto que eles sabiam que se enganaram no meu pedido e nem se importaram.	1	2	3	4	5
22. Isto é horrível/ Odeio isto!	1	2	3	4	5
23. Eles enganam-se sempre no meu pedido. Este restaurante não presta para nada.	1	2	3	4	5
24. Ora bem, ficar irritado(a) não me irá trazer aquilo que eu pedi.	1	2	3	4	5

Encontra-se a conduzir atrás de um condutor que vai demasiado lento quando não tem ninguém à sua frente.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
25. Agora nunca mais lá chego!	1	2	3	4	5
26. As pessoas precisam de aprender a conduzir.	1	2	3	4	5
27. As pessoas estão sempre a fazer com que eu me atrase/ metem-se no meu caminho.	1	2	3	4	5
28. Ele/ela está a fazer isto só para me irritar.	1	2	3	4	5
29. Mas que grande besta/atraso de vida/ idiota!	1	2	3	4	5
30. Ficar furioso(a) com isto não me vai fazer chegar mais cedo.	1	2	3	4	5

Encontra-se numa loja à espera de ser atendido(a) mas os empregados encontram-se a conversar uns com os outros e ignoram-no.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
31. Estes anormais/ estúpidos/ bestas/ idiotas!	1	2	3	4	5
32. Ficar furioso(a) com isto não vai fazer com que seja atendido mais depressa.	1	2	3	4	5
33. Estão provavelmente a ignorar-me de propósito apenas para não terem de fazer o trabalho deles.	1	2	3	4	5
34. Isto é horrível. Nunca mais vou conseguir sair daqui.	1	2	3	4	5
35. As pessoas são tão mal educadas. São pessoas como estas que me atrasam a vida. Já ninguém se importa com os clientes.	1	2	3	4	5
36. Eu não quero saber do que estão a falar. Eles têm que chegar aqui e atender-me agora.	1	2	3	4	5

O seu cônjuge /ou alguém significativo para si não cumpriu aquilo que lhe prometeu, embora tenha ficado responsável por isso.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
37. Às vezes, ele/ela consegue ser tão estúpido(a)/inútil/ irresponsável.	1	2	3	4	5
38. Nunca posso contar com ele/ela. Ele/Ela esquece-se sempre de fazer as coisas.	1	2	3	4	5
39. Ele/Ela devia ser capaz de fazer melhor do que isto.	1	2	3	4	5
40. É uma catástrofe! Eu não acredito que isto está acontecer. Eu não posso mesmo confiar nele/nela.	1	2	3	4	5
41. Ele/ Ela sabia como isto era importante para mim e mesmo assim não o fez. Ele/Ela não me leva a sério. Ele/ela está a tentar vingar-se de mim por alguma coisa.	1	2	3	4	5
42. Tenho a certeza que deve haver uma boa razão pela qual não tenha feito o que devia.	1	2	3	4	5

Alguém lhe fala mal/É menosprezado por alguém.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
43. Eu não tenho que ficar aqui a ouvir isto.	1	2	3	4	5
44. As pessoas são tão insolentes. Ele/Ela age sempre desta forma.	1	2	3	4	5
45. Ele/ela deve pensar que é melhor que eu. Eu sei que ele/ela está apenas a tentar chatear-me.	1	2	3	4	5
46. Odeio este arrogante /presunçoso(a) / falhado(a).	1	2	3	4	5
47. Eu não deveria ter que ouvir isto. As pessoas não podem falar comigo desta forma.	1	2	3	4	5
48. Apesar de não gostar que de ouvir isto, eu não consigo controlar o que os outros me dizem.	1	2	3	4	5

A sua família não leva a sério os seus estudos/profissão.					
	Muito Improvável	Improvável	Um Pouco provável	Provável	Muito provável
49. Eles não se importam com o que é importante para mim.	1	2	3	4	5
50. Quando eles agem desta maneira, não consigo lidar com a situação.	1	2	3	4	5
51. Não mereço ser tratado desta forma. Eles deviam apenas ficar calados e deixarem-me em paz.	1	2	3	4	5
52. Às vezes eles conseguem ser tão cruéis/ desagradáveis/ egoístas.	1	2	3	4	5
53. As pessoas nunca me compreendem. Tenho sempre de tolerar este tipo de comportamento por parte das pessoas.	1	2	3	4	5
54. Não posso esperar que eles concordem com tudo o que eu faça ou diga.	1	2	3	4	5

Anexo IX – Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal * Sexo /
Qui-Quadrado de Pearson

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal	Count	55	16	71
	% within Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal	77,5%	22,5%	100,0%
	% within Sexo	67,1%	28,1%	51,1%
	% of Total	39,6%	11,5%	51,1%
	Count	27	41	68
Não	% within Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal	39,7%	60,3%	100,0%
	% within Sexo	32,9%	71,9%	48,9%
	% of Total	19,4%	29,5%	48,9%
	Count	82	57	139
	% within Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal	59,0%	41,0%	100,0%
Total	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	59,0%	41,0%	100,0%

Qui-Quadrado de Pearson

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	20,471 ^a	1	,000	,000	,000	
Continuity Correction ^b	18,940	1	,000			
Likelihood Ratio	21,038	1	,000	,000	,000	
Fisher's Exact Test				,000	,000	
Linear-by-Linear Association	20,323 ^c	1	,000	,000	,000	,000
N of Valid Cases	139					

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 27,88.

b. Computed only for a 2x2 table

c. The standardized statistic is 4,508.

Anexo X - Estatística Descritiva da amostra global

	<i>N</i>	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade	139	14	19	16.32	1.258
Escolaridade	139	1	11	8.27	2.002

Anexo XI – Teste-t para amostras independentes

	Sample	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Idade	Forense	71	16.70	1.292	.153
	Comunitária	68	15.93	1.097	.133
Escolaridade	Forense	71	7.06	2.049	.243
	Comunitária	68	9.53	.837	.102

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower		Upper
Idade	Equal variances assumed	3.711	.056	3.818	137	.000	.778	.204	.375	1.181
	Equal variances not assumed			3.832	135.089	.000	.778	.203	.376	1.179
Escolaridade	Equal variances assumed	50.321	.000	-9.242	137	.000	-2.473	.268	-3.002	-1.944
	Equal variances not assumed			-9.387	93.560	.000	-2.473	.263	-2.996	-1.950

Anexo XII - Frequências de Nacionalidade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Portuguesa	133	95.7	95.7	95.7
Guineense	3	2.2	2.2	97.8
Outra Europeia	1	.7	.7	98.6
Valid Brasil	1	.7	.7	99.3
Outra	1	.7	.7	100.0
Total	139	100.0	100.0	

Anexo XIII - T-Test nas duas amostras: comunitária e forense

Group Statistics – Endosso de Pensamento Criminal

	Alguma vez teve problemas com a polícia ou tribunal	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
PICTS_ACTA	Forense	71	61.5493	12.24020	1.45264
	Comunitária	68	43.3235	6.54819	.79409
PICTS_CPIEC	Forense	71	39.3662	10.30706	1.22322
	Comunitária	68	34.9118	7.99391	.96940
PICTS_ILC	Forense	71	37.6901	9.99227	1.18586
	Comunitária	68	29.8088	7.49578	.90900
PICTS_Conteúdo_HPC	Forense	71	27.1549	8.15501	.96782
	Comunitária	68	13.9853	3.87296	.46966
PICTS_Conteúdo_PCC	Forense	71	27.6197	6.93102	.82256
	Comunitária	68	24.7353	5.48163	.66475
PICTS_ESPECIAL_Medo_Mudança	Forense	71	17.5634	5.11505	.60705
	Comunitária	68	17.5294	4.96095	.60160
PICTS_FATOR_LCEACG	Forense	71	54.1972	12.70840	1.50821
	Comunitária	68	36.6471	7.05578	.85564
PICTS_FATOR_BADVP	Forense	71	27.7465	8.50667	1.00956
	Comunitária	68	24.3088	6.71656	.81450

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
PICTS_ACTA	Equal variances assumed	22.107	.000	10.877	137	.000	18.22577	1.67561	14.91235	21.53918
	Equal variances not assumed			11.009	108.009	.000	18.22577	1.65552	14.94424	21.50729
PICTS_CPIEC	Equal variances assumed	3.995	.048	2.839	137	.005	4.45443	1.56924	1.35137	7.55750
	Equal variances not assumed			2.854	131.391	.005	4.45443	1.56077	1.36693	7.54193
PICTS_ILC	Equal variances assumed	7.565	.007	5.243	137	.000	7.88132	1.50329	4.90867	10.85397
	Equal variances not assumed			5.275	129.659	.000	7.88132	1.49417	4.92520	10.83743
PICTS_Conteúdo_H PC	Equal variances assumed	40.596	.000	12.075	137	.000	13.16964	1.09064	11.01296	15.32631
	Equal variances not assumed			12.242	101.000	.000	13.16964	1.07576	11.03561	15.30366
PICTS_Conteúdo_P CC	Equal variances assumed	2.095	.150	2.714	137	.008	2.88442	1.06290	.78262	4.98623
	Equal variances not assumed			2.727	132.323	.007	2.88442	1.05759	.79246	4.97639
PICTS_ESPECIAL_ Medo_Mudança	Equal variances assumed	.007	.935	.040	137	.968	.03397	.85522	-1.65717	1.72511
	Equal variances not assumed			.040	136.977	.968	.03397	.85465	-1.65605	1.72399
PICTS_FATOR_LC EACG	Equal variances assumed	20.342	.000	10.005	137	.000	17.55012	1.75406	14.08158	21.01867
	Equal variances not assumed			10.121	110.366	.000	17.55012	1.73402	14.11384	20.98641
PICTS_FATOR_BA DVP	Equal variances assumed	3.442	.066	2.637	137	.009	3.43766	1.30372	.85965	6.01566
	Equal variances not assumed			2.650	132.246	.009	3.43766	1.29716	.87179	6.00352

Anexo XIV - T-Test nas duas amostras: rapazes e raparigas

Group Statistics – Endosso de Pensamento Criminal

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
PICTS_ACTA	Masculino	82	55,7317	14,57552	1,60960
	Feminino	57	48,1754	10,15087	1,34452
PICTS_CPIEC	Masculino	82	37,5732	10,10687	1,11612
	Feminino	57	36,6316	8,55994	1,13379
PICTS_ILC	Masculino	82	35,1098	10,28724	1,13604
	Feminino	57	32,0000	8,46632	1,12139
PICTS_Conteúdo_HPC	Masculino	82	23,2561	9,71420	1,07275
	Feminino	57	17,0526	7,00362	,92765
PICTS_Conteúdo_PCC	Masculino	82	26,4146	6,80405	,75138
	Feminino	57	25,9123	5,83487	,77285
PICTS_ESPECIAL_Medo_Mudança	Masculino	82	17,0122	4,84193	,53470
	Feminino	57	18,3158	5,21727	,69104
PICTS_FATOR_LCEACG	Masculino	82	48,8293	14,50824	1,60217
	Feminino	57	40,9825	10,53818	1,39582
PICTS_FATOR_BADVP	Masculino	82	26,6341	8,09284	,89371
	Feminino	57	25,2456	7,47443	,99001

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
PICTS_ACTA	Equal variances assumed	10.788	.001	3.383	137	.001	7.55627	2.23338	3.13992	11.97262
	Equal variances not assumed			3.603	136.997	.000	7.55627	2.09727	3.40907	11.70347
PICTS_CPIEC	Equal variances assumed	.697	.405	.574	137	.567	.94159	1.63914	-2.29970	4.18288
	Equal variances not assumed			.592	131.651	.555	.94159	1.59098	-2.20559	4.08878
PICTS_ILC	Equal variances assumed	3.553	.062	1.881	137	.062	3.10976	1.65290	-.15874	6.37825
	Equal variances not assumed			1.948	133.046	.054	3.10976	1.59628	-.04761	6.26712
PICTS_Conteúdo_HPC	Equal variances assumed	13.111	.000	4.131	137	.000	6.20347	1.50183	3.23370	9.17323
	Equal variances not assumed			4.374	136.794	.000	6.20347	1.41822	3.39900	9.00793
PICTS_Conteúdo_PCC	Equal variances assumed	.691	.407	.453	137	.651	.50235	1.10809	-1.68882	2.69353
	Equal variances not assumed			.466	130.988	.642	.50235	1.07790	-1.62999	2.63470
PICTS_ESPECIAL_Medo_Mudança	Equal variances assumed	2.003	.159	-1.512	137	.133	-1.30359	.86204	-3.00821	.40102
	Equal variances not assumed			-1.492	114.703	.138	-1.30359	.87376	-3.03438	.42719
PICTS_FATOR_LCEACG	Equal variances assumed	8.323	.005	3.491	137	.001	7.84681	2.24744	3.40266	12.29097
	Equal variances not assumed			3.693	136.708	.000	7.84681	2.12491	3.64487	12.04876
PICTS_FATOR_BADVP	Equal variances assumed	.263	.609	1.026	137	.307	1.38853	1.35303	-1.28700	4.06407
	Equal variances not assumed			1.041	126.418	.300	1.38853	1.33373	-1.25079	4.02786

Anexo XV – Correlações entre IPEPC - ACS e IPEPC - AQ na amostra global

		ACS PROCESSOS MAL-ADAPTATIVOS	ACS PROCESSOS ADAPTATIVOS	AQ AGRESSAO FISICA	AQ AGRESSAO VERBAL	AQ RAIVA	AQ HOSTILIDADE	AQ TOTAL
PICTS ACTA	Pearson Correlation	.355	-.211	.637	.337	.449	.364	.570
	Sig. (2-tailed)	.000	.013	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS CPIEC	Pearson Correlation	.389	-.247	.489	.372	.537	.561	.605
	Sig. (2-tailed)	.000	.003	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS ILC	Pearson Correlation	.358	-.218	.542	.323	.462	.464	.565
	Sig. (2-tailed)	.000	.010	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS Conteúdo HPC	Pearson Correlation	.301	-.199	.634	.303	.409	.338	.542
	Sig. (2-tailed)	.000	.019	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS Conteúdo PCC	Pearson Correlation	.362	-.235	.480	.371	.525	.529	.588
	Sig. (2-tailed)	.000	.005	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS_ESPECIAL _Medo_Mudança	Pearson Correlation	.217	-.165	.206	.180	.300	.507	.367
	Sig. (2-tailed)	.010	.053	.015	.034	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS FATOR LCEACG	Pearson Correlation	.369	-.246	.654	.357	.470	.400	.598
	Sig. (2-tailed)	.000	.004	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139
PICTS FATOR BADVP	Pearson Correlation	.387	-.202	.445	.304	.461	.493	.531
	Sig. (2-tailed)	.000	.017	.000	.000	.000	.000	.000
	N	139	139	139	139	139	139	139

Anexo XVI - Correlações entre IPEPC - ACS e IPEPC - AQ na amostra Comunitária

		ACS PROCESSOS MAL-ADAPTATIVOS	ACS PROCESSOS ADAPTATIVOS	AQ AGRESSAO FISICA	AQ AGRESSAO VERBAL	AQ RAIVA	AQ HOSTILIDADE	AQ TOTAL
PICTS ACTA	Pearson Correlation	.339	-.218	.421	.225	.264	.380	.438
	Sig. (2-tailed)	.005	.074	.000	.065	.029	.001	.000
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS CPIEC	Pearson Correlation	.413	-.152	.438	.351	.516	.623	.635
	Sig. (2-tailed)	.000	.215	.000	.003	.000	.000	.000
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS ILC	Pearson Correlation	.343	-.156	.421	.282	.371	.574	.553
	Sig. (2-tailed)	.004	.204	.000	.020	.002	.000	.000
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS Conteúdo HPC	Pearson Correlation	.266	-.277	.401	.144	.144	.319	.355
	Sig. (2-tailed)	.028	.022	.001	.243	.242	.008	.003
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS Conteúdo PCC	Pearson Correlation	.381	-.136	.418	.353	.521	.577	.612
	Sig. (2-tailed)	.001	.269	.000	.003	.000	.000	.000
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS_ESPECIAL _Medo_Mudança	Pearson Correlation	.139	-.130	.091	-.003	.193	.467	.265
	Sig. (2-tailed)	.257	.290	.459	.983	.116	.000	.029
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS FATOR LCEACG	Pearson Correlation	.423	-.294	.520	.313	.338	.473	.553
	Sig. (2-tailed)	.000	.015	.000	.009	.005	.000	.000
	N	68	68	68	68	68	68	68
PICTS FATOR BADVP	Pearson Correlation	.395	-.108	.397	.249	.397	.556	.537
	Sig. (2-tailed)	.001	.383	.001	.041	.001	.000	.000
	N	68	68	68	68	68	68	68

Anexo XVII - Correlações entre IPEPC - ACS e IPEPC - AQ na amostra Forense

		ACS PROCESSOS MAL-ADAPTATIVOS	ACS PROCESSOS ADAPTATIVOS	AQ AGRESSAO FISICA	AQ AGRESSAO VERBAL	AQ RAIVA	AQ HOSTILIDADE	AQ TOTAL
PICTS ACTA	Pearson Correlation	.471	-.149	.600	.366	.494	.602	.608
	Sig. (2-tailed)	.000	.216	.000	.002	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS CPIEC	Pearson Correlation	.363	-.280	.453	.347	.509	.554	.543
	Sig. (2-tailed)	.002	.018	.000	.003	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS ILC	Pearson Correlation	.372	-.201	.467	.287	.444	.473	.493
	Sig. (2-tailed)	.001	.093	.000	.015	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS Conteúdo HPC	Pearson Correlation	.416	-.105	.608	.338	.470	.615	.602
	Sig. (2-tailed)	.000	.385	.000	.004	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS Conteúdo PCC	Pearson Correlation	.339	-.271	.457	.344	.485	.525	.528
	Sig. (2-tailed)	.004	.022	.000	.003	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS_ESPECIAL _Medo_Mudança	Pearson Correlation	.289	-.198	.361	.340	.402	.547	.476
	Sig. (2-tailed)	.015	.097	.002	.004	.001	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS FATOR LCEACG	Pearson Correlation	.438	-.180	.587	.357	.494	.595	.600
	Sig. (2-tailed)	.000	.133	.000	.002	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71
PICTS FATOR BADVP	Pearson Correlation	.372	-.233	.405	.300	.458	.475	.479
	Sig. (2-tailed)	.001	.051	.000	.011	.000	.000	.000
	N	71	71	71	71	71	71	71

Anexo XVIII – Regressão Subescalas de Estilos de Pensamento Criminal e AQ Total na amostra global**Variables Entered/Removed^a**

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	PICTS_ILC, PICTS_ACTA, PICTS_CPIEC ^b		Enter

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,648 ^a	,420	,407	14,45363

a. Predictors: (Constant), PICTS_ILC, PICTS_ACTA, PICTS_CPIEC

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	20399,590	3	6799,863	32,550	,000 ^b
	Residual	28202,496	135	208,907		
	Total	48602,086	138			

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. Predictors: (Constant), PICTS_ILC, PICTS_ACTA, PICTS_CPIEC

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
	(Constant)	24,435	5,490		4,451	,000
1	PICTS_ACTA	,430	,151	,307	2,841	,005
	PICTS_CPIEC	,809	,215	,409	3,765	,000
	PICTS_ILC	-,011	,263	-,006	-,042	,967

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

Anexo XIX – Regressão Subescalas de Estilos de Conteúdo e AQ Total na amostra global**Variables Entered/Removed^a**

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC ^b		Enter

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,640 ^a	,409	,401	14,52958

a. Predictors: (Constant), PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	19891,319	2	9945,660	47,112	,000 ^b
	Residual	28710,767	136	211,109		
	Total	48602,086	138			

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. Predictors: (Constant), PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
	(Constant)	32,104	5,209		6,164	,000
1	PICTS_Conteúdo_HPC	,628	,163	,308	3,842	,000
	PICTS_Conteúdo_PCC	1,208	,235	,413	5,151	,000

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

Anexo XX – Regressão Subescalas de Estilos de Pensamento Criminal e AQ Total na amostra Comunitária**Variables Entered/Removed^a**

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	PICTS_ILC, PICTS_CPIEC, PICTS_ACTA ^b		Enter

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,644 ^a	,415	,388	13,12773	,415	15,155	3	64	,000

a. Predictors: (Constant), PICTS_ILC, PICTS_CPIEC, PICTS_ACTA

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	7835,353	3	2611,784	15,155	,000 ^b
	Residual	11029,588	64	172,337		
	Total	18864,941	67			

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. Predictors: (Constant), PICTS_ILC, PICTS_CPIEC, PICTS_ACTA

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
	(Constant)	23,180	11,714		1,979	,052
1	PICTS_ACTA	-,007	,402	-,003	-,017	,986
	PICTS_CPIEC	1,063	,306	,506	3,467	,001
	PICTS_ILC	,386	,429	,172	,899	,372

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

Anexo XXI – Regressão Subescalas de Conteúdo e AQ Total na amostra Comunitária**Variables Entered/Removed^a**

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC ^b		Enter

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,613 ^a	,375	,356	13,46642	,375	19,514	2	65	,000

a. Predictors: (Constant), PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	7077,557	2	3538,778	19,514	,000 ^b
	Residual	11787,384	65	181,344		
	Total	18864,941	67			

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. Predictors: (Constant), PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
	(Constant)	24,545	7,929		3,095	,003
1	PICTS_Conteúdo_HPC	,132	,507	,030	,261	,795
	PICTS_Conteúdo_PCC	1,822	,358	,595	5,090	,000

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

Anexo XXII – Regressão Subescalas de Estilos de Pensamento Criminal e AQ Total na amostra Forense**Variables Entered/Removed^a**

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	PICTS_ILC, PICTS_ACTA, PICTS_CPIEC ^b		Enter

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,625 ^a	,391	,364	15,36997

a. Predictors: (Constant), PICTS_ILC, PICTS_ACTA, PICTS_CPIEC

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	10160,771	3	3386,924	14,337	,000 ^b
	Residual	15827,821	67	236,236		
	Total	25988,592	70			

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. Predictors: (Constant), PICTS_ILC, PICTS_ACTA, PICTS_CPIEC

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
	(Constant)	22,287	9,440		2,361	,021
1	PICTS_ACTA	,778	,251	,494	3,102	,003
	PICTS_CPIEC	,479	,318	,256	1,504	,137
	PICTS_ILC	-,190	,350	-,098	-,543	,589

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

Anexo XXIII – Regressão Subescalas de Conteúdo e AQ Total na amostra Forense**Variables Entered/Removed^a**

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC ^b		Enter

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,630 ^a	,397	,380	15,17778

a. Predictors: (Constant), PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	10323,777	2	5161,888	22,407	,000 ^b
	Residual	15664,815	68	230,365		
	Total	25988,592	70			

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL

b. Predictors: (Constant), PICTS_Conteúdo_PCC, PICTS_Conteúdo_HPC

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	
	B	Std. Error	Beta			
1	(Constant)	34,568	7,675		4,504	,000
	PICTS_Conteúdo_HPC	1,057	,289	,448	3,655	,001
	PICTS_Conteúdo_PCC	,673	,340	,242	1,976	,052

a. Dependent Variable: AQ_TOTAL